

ADRIANA FERREIRA SILVA

**EVOLUÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO INTRA-INDÚSTRIA PARA
O CRESCIMENTO DO COMÉRCIO TOTAL ENTRE OS PAÍSES DO
MERCOSUL**

Tese apresentada à
Universidade federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Aplicada, para
obtenção de título de “Magister
Scientiae”.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS-BRASIL
2005**

ADRIANA FERREIRA SILVA

**EVOLUÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO INTRA-INDÚSTRIA PARA
O CRESCIMENTO DO COMÉRCIO TOTAL ENTRE OS PAÍSES DO
MERCOSUL**

Tese apresentada à
Universidade federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Aplicada, para
obtenção de título de “Magister
Scientiae”.

Aprovada: 1º de dezembro de 2005.

Beatriz Rodrigues Campos

Marília Fernandes Maciel Gomes

Ricardo Correa Gomes

Viviani Silva Lírio
(Conselheira)

Orlando Monteiro da Silva
(Orientador)

AGRADECIMENTO

A Deus, por toda providência para realização deste trabalho, pela paz, saúde e conforto nas horas difíceis.

À minha mãe, pela compreensão e pelo apoio dispensados em favor dos meus sonhos.

Ao professor e orientador, Orlando Monteiro da Silva, pela exímia orientação, sugestões, preocupação e especialmente pela paciência e amizade.

Aos conselheiros, professores Antônio Carvalho e Viviani Silva Lírio, pelas idéias e sugestões.

Aos membros da banca, pela prestimosa colaboração.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada do Departamento de Economia Rural, pelos ensinamentos.

À CAPES e CNPQ, pelo financiamento desta pesquisa.

Aos colegas de curso, que, com amizade e alegria, contribuíram para meu crescimento.

A todos os funcionários do Departamento de Economia Rural, que, direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho, quer com um sorriso, uma palavra, um olhar, quer com um serviço prestado com dedicação e presteza.

Aos meus grandes amigos de república Cristine, Breno e Ellenise, e a turma do 1712 pelo apoio e amizade. Finalmente, a meu maior amigo e namorado “Sapo” que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos.

BIOGRAFIA

ADRIANA FERREIRA SILVA, filha de Carlos Roberto da Silva Costa e Marli Dias Ferreira da Costa, nasceu em Itabira, Minas Gerais, em 24 de junho de 1980.

Em janeiro de 2004, bacharelou-se em Ciências Econômicas, na Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais.

Em março do mesmo ano, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, em nível de Mestrado, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa, MG.

Em dezembro de 2005, submeteu sua tese de mestrado à defesa, a qual foi aprovada pela banca examinadora.

ÍNDICE

	Página
RESUMO.....	vii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Considerações Iniciais e Antecedentes do Mercosul.....	1
1.2. A formação do Mercosul.....	4
1.3. O Problema e sua Importância.....	7
1.4. Hipótese.....	12
1.5. Objetivos.....	12
1.5.1. Objetivo Geral.....	12
1.5.2. Objetivos específicos.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3. Metodologia.....	21
3.1. Modelo Analítico.....	21
3.2. Fonte de Dados.....	30
4. RESULTADOS.....	31
4.1. Intensidade de Comércio entre Brasil e Mercosul.....	31
4.2. Orientação Regional das exportações Brasileiras Intra e Extra- Mercosul.....	33
4.3. Evolução do índice de Comércio Intra-indústria para o Fluxo Comercial entre Brasil e os demais Países do Mercosul.....	37
4.3.1. Evolução do Comércio Intra-indústria para o Fluxo Comercial entre Brasil e Argentina.....	37
4.3.2. Evolução do índice de Comércio Intra-indústria para o Fluxo Comercial entre Brasil e Paraguai.....	43
4.3.3. Evolução do comércio intra-indústria para o fluxo comercial	46

entre Brasil e Uruguai.....	50
4.3.4. Evolução do comércio intra-indústria para o fluxo comercial entre Brasil e o Mercosul.....	54
4.4. Intercâmbio comercial entre Brasil e os países-membro do Mercosul nos subperíodos selecionados.....	54
4.4.1. Intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina para os subperíodos selecionados.....	61
4.4.2. Intercâmbio comercial entre Brasil e Mercosul nos subperíodos selecionados.....	64
4.5. Contribuição do comércio Inter e Intra-indústria para o crescimento do comércio entre Brasil e Mercosul.....	93
5. CONCLUSÕES.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXO.....	

LISTA DE QUADROS

1	Características referentes ao país e ao produto que afetam os níveis de comércio intra-industrial entre pares de países.....	18
2	Padrões de comércio, segundo a dotação de fatores.....	24
3	Nível de competitividade segundo o padrão de comércio.....	26

LISTA DE FIGURAS

	página
1 Comércio Intrazona no Mercosul	9
2 Comércio inerindústria	16
3 Comércio inter e intra-indústria	17
4 Índice de intensidade de comércio Brasil/Mercosul	33
5 Índice de orientação regional das exportações brasileiras	37
6 Fluxo de comércio inter e intra-indústria entre Brasil e Argentina	38
7 Evolução dos índices de comércio intra-indústria entre Brasil e Argentina, para o comércio total e seções selecionadas	41
8 Fluxo de comércio inter e intra-indústria entre Brasil e Paraguai	43
9 Evolução dos índices de comércio intra-indústria entre Brasil e Paraguai	44
10 Fluxo de comércio inter e intra-indústria entre Brasil e Uruguai	46
11 Evolução dos índices de comércio intra-indústria entre Brasil e Uruguai	47
12 Fluxo de comércio inter e intra-indústria entre Brasil e Mercosul	51
13 Evolução dos índices de comércio intra-indústria entre Brasil e Mercosul	52

14	Taxa de crescimento no comércio Brasil-Argentina	67
15	Taxa de crescimento no comércio Brasil-Paraguai	72
16	Taxa de crescimento no comércio entre Brasil-Uruguai	76
17	Taxa de crescimento no comércio Brasil-Mercosul	80

RESUMO

SILVA, Adriana Ferreira, M.S., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2005. **Evolução e contribuição do comércio intra-indústria para o crescimento do comércio total entre os países do Mercosul.** Orientador: Orlando Monteiro da Silva. Conselheiros: Antônio Carvalho Campos e Viviani Silva Lírio.

A crescente interdependência entre os mercados mundiais trouxe à tona novas características ao comércio internacional, sendo uma delas a formação de blocos econômicos que passam a assumir papel primordial na busca, pelos países, de maior atuação no comércio exterior. O Mercosul surge, nesse contexto, como forma de aproximação e cooperação, para que seus membros possam estar se inserindo, de forma competitiva, em mercados cada vez mais concorridos e de difícil acesso aos países menos desenvolvidos. Em razão disso, o presente trabalho buscou analisar a evolução de comércio intra-indústria, por capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), com o intuito de avaliar e explicar suas alterações perante as mudanças e choques ocorridos no período de 1990 a 2004, averiguando-se sua contribuição para o crescimento do fluxo comercial entre Brasil e os demais membros do Bloco. A metodologia empregada adota os procedimentos propostos por Correa e Loes (1996) e Gualda (1999) sobre a competitividade das indústrias, bem como os métodos descritos por Menos e Dixon (1995 e 1997), para avaliação do fluxo de comércio intra-industrial (CII) e sua contribuição para o crescimento do comércio total entre os países. De acordo com os resultados, a integração entre os países do Cone Sul fez com que muitos setores, antes caracterizados por relações interindustriais passassem a ser formados por fluxos de comércio intra-indústria. Tal fato indica diferenciações produtivas condizentes com o

maior relacionamento intra-setorial multilateral, entre os membros do Mercosul. Além disso, considerando que o intercâmbio de produtos semelhantes com mesma qualidade é bom indicador de similaridade industrial e de renda e que ambos dizem respeito ao esquema de integração regional, pode-se concluir que o processo de integração comercial tem apresentado falhas. Também, há a necessidade de se realizarem outros estudos e estimular debates setoriais específicos sobre os meios capazes de aumentar a participação do comércio intra-industrial, além de buscar averiguar seus efeitos sobre o comércio e as relações entre os países.

ABSTRACT

SILVA, Adriana Ferreira, M.S., Universidade Federal de Viçosa, December 2005. **Evolution and contribution of the intra-industry trade to the growth of the total trade among the Mercosul countries.** Adviser: Orlando Monteiro da Silva. Committee members: Antônio Carvalho Campos and Viviani Silva Lírio.

To increasing interdependence among the world markets brought out new characteristics to the international trade. One of these characteristics is the formation of economical blocks that go over by assuming a primordial role in the search for higher performance of the countries in the external trade. In this context, the Mercosul appears as an approach and cooperation structure on such a way that their members might be competitively inserting into the markets that are more and more competitive and hardly accessible to the less developed countries. In this context, the present study was carried out to analyze the evolution of the intra-industry trade, based on chapters in NCM (Mercosul Common Nomenclature) in order to evaluate and explain their alterations in front of the changes and shocks that occurred over the period from 1990 to 2004, as verifying its contribution to the growth of the commercial flow between Brazil and other members of the Block. The used methodology adopts the procedures proposed by Corrêa and Loes (1996) and Gualda (1999) concerning to the competitiveness among industries, as well as the methods described by Menos and Dixon (1995 and 1997) for the evaluation of the intra-industrial trade flow (CII) and its contribution to the growth of the total trade among the countries. According to the results, the integration among the countries of the South Cone led many sectors, that were before characterized by interindustrial relationships, to become constituted by intra-industry trade flows. Such a fact points out some productive differentiations suitable to the

highest multilateral intrasectorial relationship among the members of Mercosul. In addition, by considering that the exchange of similar and equally-qualified products is a good indicator of the industrial similarity and income as well as both are concerned to the regional integration design, it may be concluded that the commercial integration process has been presenting some lacks. There is a need for further studies as well as the stimulation of specific sectorial debates on the means able to increase the participation of the intra-industrial trade, besides looking for the verification of their effects on either trade and the relationships among those countries.

1. Introdução

1.1 Considerações Iniciais e Antecedentes do Mercosul

O avanço da informática, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a queda nos custos de transporte, ocorridos ao longo das últimas duas décadas, foram responsáveis por profundas mudanças no comércio mundial. A queda de barreiras nacionais entre os países, advinda do processo da globalização, surge nesse contexto, tornando as economias mundiais altamente interdependentes.

Segundo Gibb (1994), citado por Galvão (1997), os fluxos de comércio internacional registraram, desde o final da Segunda Guerra Mundial, ritmo impressionante de crescimento: entre 1946 e 1985, o volume de comércio mundial se multiplicou nove vezes e, desde então, tem crescido a taxas de pelo menos o dobro das registradas pelo crescimento da produção e da renda. Embora a maior parcela desses fluxos seja ainda realizada entre os países industrializados, o comércio dos países menos desenvolvidos tem crescido a taxas ainda mais elevadas.

Desde o estabelecimento do GATT (*General Agreement or Tariffs and Trade*) estão sendo firmados acordos internacionais, visando garantir uma estrutura institucional que permita maior integração entre os países e, ao mesmo tempo, protejam os consumidores de exageros protecionistas de grupos de interesses restritos. A criação da OMC (Organização Mundial do Comércio), após a Rodada do Uruguai do GATT, representa, dentro desse contexto, o ápice do desenvolvimento institucional fundado na ideologia do livre comércio, sendo responsável por redução tarifária de 35% (BARROS, 1997).

Paralelo a esse processo de integração intercontinental e abertura comercial dos mercados mundiais, observa-se a formação de blocos regionais de

comércio, por meio de práticas de regionalismo em todos os continentes. As forças políticas, econômicas e tecnológicas vêm dirigindo as economias do mundo para níveis cada vez mais altos de globalização, mas, ao mesmo tempo, estão conduzindo a economia mundial a movimentos, até certo ponto contraditórios, de fragmentação da economia internacional em áreas de preferências comerciais ou de blocos regionais, através da formação de áreas de livre comércio, de uniões alfandegárias e de mercados comuns (GALVÃO, 1997).

Segundo Baumann et al. (1998), os projetos de integração propostos nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra eram entendidos por seus formuladores como instrumento político para construção de estratégias regionais de desenvolvimento econômico e de vantagens competitivas. O principal objetivo da integração seria ampliar a escala de produção para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento, que não era possível de ser implementada no espaço econômico de cada país isoladamente, sendo, portanto, um projeto político com implicações econômicas e não uma segunda alternativa para as negociações multilaterais.

Para Lírío e Campos (2003), mesmo mantida a importância do comércio multilateral entre os países, a maior parte dos esforços objetivam a integração regional. Esse enfoque decorre, em certa medida, da dinâmica da industrialização global e, em parte, das respostas dos governos de resistir à dependência econômica internacional.

Várias são as motivações para a formação de blocos regionais. Em princípio, o regionalismo pode ser interpretado como uma tentativa de se promover a liberdade de comércio em um espaço geográfico mais restrito. Embora os fatores dominantes para a associação de países difiram caso a caso, parece haver alguns propósitos em comum, como o aumento do bem-estar, decorrentes dos esperados aumentos nos níveis de renda e de eficiência, o aumento da capacidade de negociação com terceiros países ou outras associações de países e a ampliação de mecanismos de cooperação no âmbito regional, através da melhoria nas relações diplomáticas e do estreitamento de vínculos políticos com países vizinhos (GALVÃO, 1997).

Desde a supremacia do livre comércio no século XIX, tem sido comum na América Latina o surgimento de idéias contrárias ao seu estabelecimento. Muitas delas já eram fortes no século XVIII entre economistas e mesmo autoridades públicas, como foi o caso dos ministros brasileiros Sezzerdelo Corrêa e Rui Barbosa. Apenas nas décadas recentes, a tendência protecionista das políticas comerciais latino americanas foi sendo revertida (BARROS, 1997).

Para Agosin e Tussie (1993), citados por Santos e Martins (1998), as economias latino-americanas têm-se voltado à liberalização comercial por pressões de duas frentes: externas, impulsionadas pelo processo de globalização, e internas, pelo esgotamento do processo de substituições de importações

De acordo com Campbell (2000), desde o final da década de 1950, a proposta introduzida pela CEPAL, de avançar rumo à criação de um bloco comercial na América Latina, pareceu política e economicamente atrativa para a maior parte dos responsáveis políticos da região. A idéia central visava sanar as debilidades e limitações decorrentes do progressivo esgotamento do esquema de industrialização substitutiva que os países da região haviam implementado desde o final da década de 1930. Assim, após breve negociação, Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai acordaram, em 1960, a criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio, ALALC, com o objetivo de promover a integração dos países latino-americanos e criar uma zona de livre comércio num período de 12 anos. Em virtude do critério pouco realista de igualdade de direitos e obrigações entre as partes e das dificuldades no cumprimento dos compromissos de aprofundamento das concessões, as preferências que finalmente se efetivavam eram compostas predominantemente por bens de escassa relevância para o comércio intra-regional.

Em agosto de 1980, a ALALC é então sucedida pela Associação Latino Americana de Integração (ALADI). Apesar de também visar a constituição de um mercado comum, a ALADI tinha objetivos mais realistas e parciais, como a integração sub-regional, em que os países-membro poderiam realizar acordos de alcance bilateral ou multilateral. Dessa maneira, três dos principais instrumentos de atuação da ALALC foram eliminados na proposta de integração da ALADI: (i) A

adoção do princípio da nação mais favorecida; (ii) A meta do estabelecimento de uma tarifa externa comum para a região; e (iii) A existência de prazos fixos para o cumprimento de cada etapa determinada no cronograma original (LÍRIO e CAMPOS, 2003).

Embora a ALALC-ALADI tivesse apresentado resultados limitados e inferiores aos esperados originalmente, é igualmente verdade que ela mostrou numerosos ensinamentos que seriam de suma importância para o processo de construção do Mercosul. Entre os positivos, podem-se assinalar o acúmulo de experiência governamental, a implementação de mecanismos recíprocos de pagamento e de cooperação alfandegária e o próprio quadro jurídico do Tratado de Montevideu. Por outro lado, as dificuldades práticas e as debilidades do processo também contribuíram para alertar sobre as restrições e os obstáculos que iriam se apresentar à medida que a negociação entre Argentina e Brasil fosse avançando e dando forma ao Mercosul (CAMPBELL et al., 1999).

Segundo Mello (1996), o sucesso limitado das tentativas de integração na década de 1960 pode ser atribuído, em grande parte, ao processo de substituição de importações e às políticas protecionistas que prevaleciam na época. Contudo, a democracia ocorrida nos anos anteriores abriu caminho a formas mais liberais e descentralizadas de gestão econômica, passando a predominar políticas comerciais que visam padrões de crescimento baseados em uma inserção mais aberta da América Latina na economia mundial.

1.2 A Formação do Mercosul

Antes mesmo da criação do Mercosul, Brasil e Argentina já firmavam acordos entre si. A redemocratização da Argentina, em 1983, e a do Brasil, em 1985, foram responsáveis por novas relações entre os dois países. Os primeiros passos no processo de aproximação bilateral foram: a Declaração do Iguazu, em 1985, que tinha por objetivo estabelecer as bases para cooperação do uso pacífico da energia nuclear e iniciar um processo de integração econômico, comercial, de transporte, comunicação, científica e tecnológica e; a Ata de Integração Argentino-Brasileiro, também no ano de 1985, que firmou as bases do

Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), o qual tinha por objetivo a abertura gradual e seletiva de setores produtivos específicos visando, assim, a formação de um espaço econômico comum entre os países.

É interessante observar que o PICE não surgiu como conseqüência de demandas empresariais dos países que, inclusive, mostraram-se bastante resistentes à aproximação comercial entre as duas nações e, sim, de uma decisão política dos governos envolvidos (LÍRIO e CAMPOS, 2003).

As relações entre Brasil e Argentina foram, a partir de então se intensificando cada vez mais e, em 1988, foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, onde se previa, em um prazo máximo de 10 anos, a completa liberalização do comércio de bens e serviços entre os dois países, além de abranger a criação de um mercado comum. Em julho de 1990 foi firmada a Ata de Buenos Aires, que antecipava para dezembro de 1994 o prazo para a formação do mercado comum.

Em agosto de 1990, Paraguai e Uruguai foram convidados a integrar-se. Com isso, em março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, configurando-se como a primeira de várias etapas do processo de integração econômica dos países do Mercosul. O Tratado implementaria o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum e um processo de liberalização comercial, além de prever (i) regimes de certificação de origem; (ii) cláusulas de salvaguarda contra as importações intra-regionais de produtos; (iii) sistemas de solução de controvérsias; e (iv) existência de dez grupos de trabalho – SGT subordinados ao Grupo Mercado Comum – GMC.

Segundo Praxedes e Piletti (1998), com o Tratado de Assunção, o processo de integração entre os países do Cone Sul, antes previsto para um futuro distante, ganhou data certa para ocorrer, abrangendo todos os setores econômicos dos países-membro, num aprofundamento em todos os sentidos dos 23 protocolos assinados entre Argentina e Brasil.

De acordo com Guimarães (2000), um dos objetivos descritos no Tratado de Assunção refere-se ao aprimoramento da competitividade dos países-membro do Mercosul na economia mundial. Do ponto de vista normativo, o Mercosul está

inserido em um projeto de regionalismo aberto, no qual a integração econômica é entendida como um veículo para que os países-membro aumentem suas participações no mercado mundial em seus segmentos de maior dinamismo. Como a competição internacional atual baseia-se fortemente em atributos extra preços, a concepção de integração regional aberta considera suporte tecnológico das empresas/setores como a principal variável que resume a competitividade setorial. Um projeto de integração entre países tende a privilegiar, portanto, a associação das forças competitivas originadas pelos processos de inovação tecnológica dispersos entre os países signatários.

Logo após o Tratado de Assunção, vieram o Protocolo de Brasília, assinado em dezembro de 1991, que estabeleceu as regras para solução de controvérsias entre os países-membro, e o Protocolo de Ouro Preto, em 1994, onde se definiu a estrutura constitucional do Mercosul, em que o Bloco superou o estágio de área de livre comércio, transformando-se em União Aduaneira. Em janeiro de 1995, paralelamente à implantação do espaço de livre comércio, ao adotar a TEC, com uma proteção nominal média da ordem de 11% e um nível tarifário máximo de 20%, foi instituída formalmente a política externa do Mercosul (CAMPBELL, 2000).

O início da União Aduaneira foi marcado por condições externas e internas conturbadas para os países do Mercosul, o que gerou sérias dificuldades de convergência entre os objetivos internos de cada país e a realidade enfrentada pelos demais. As medidas específicas tomadas por Brasil e Argentina para garantir a defesa de seus respectivos planos de estabilização econômica e controlar os efeitos da crise mexicana, mostravam-se mais importantes em relação à integração. Apesar das dificuldades enfrentadas nos anos de 1995 e 1996, o processo de integração do Mercosul manteve seu percurso.

Para Correa (2003), citado por Silva e Ilha (2004), num cenário internacional tão competitivo, em que os países buscam formar condições cada vez mais atraentes aos investimentos, a formação de uma União Aduaneira é uma vantagem competitiva fundamental, pois é responsável por um espaço próprio para a atração de capitais. Assim, mesmo diante de todas as dificuldades

derivadas do difícil cenário econômico internacional e dos inconvenientes resultados dos processos de reestruturação por que vêm passando os países do Bloco, o Mercosul tem sido um importante receptor mundial de investimento direto do estrangeiro.

Segundo Moreira (2003), considerando os discursos produzidos no início da década de 1990 e deixando de lado as questões geopolíticas entre os países do Mercosul, o bloco foi criado não como alternativa à integração mundial, mas como estratégia para maximizar os benefícios desse processo.

1.3 O Problema e Sua Importância

Estudos realizados por Romer e Lucas, na década de 1980, relacionaram o comércio internacional com o crescimento econômico e o desenvolvimento a longo prazo. Tais estudos resultaram na teoria do crescimento endógeno, que afirma que a redução das barreiras comerciais agilizará o crescimento econômico e o desenvolvimento no longo prazo, na medida em que mudanças tecnológicas endógenas criem externalidades que superem qualquer propensão à obtenção de rendimentos decrescentes (SALVATORE, 2000).

Para Baumann et al. (1998), a integração econômica entre os países em desenvolvimento deve ser vista como alternativa para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento, que seria irrealizável na dimensão das pequenas economias periféricas que contam com um mercado doméstico restrito e limitados recursos para ação do Estado.

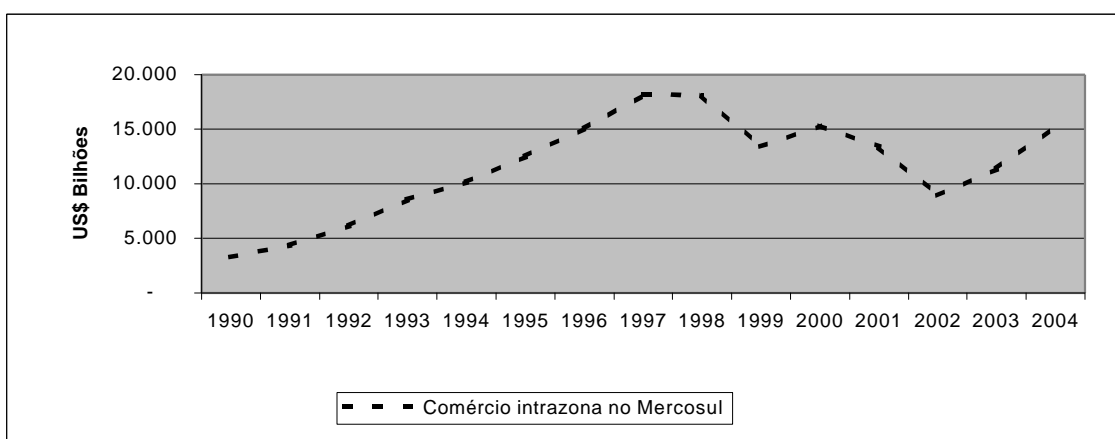
O processo de inserção e integração das economias menos desenvolvidas na nova economia internacional, em que os mercados interagem fortemente entre si, é de fundamental importância na estratégia de seu crescimento econômico. E, enquanto se processa a formação dos blocos regionais de comércio, tais economias têm pela frente um duplo desafio a solucionar: as graves questões nacionais e regionais mais urgentes e o problema da inserção de suas economias no novo sistema do comércio internacional (HIDALGO, 1997).

Segundo Montoya. (2002), as negociações entre os países do Mercosul abrem amplas possibilidades de cooperação e articulação de políticas

macroeconômicas e setoriais, na busca do desenvolvimento conjunto, além de promover novas fontes de abastecimento para as indústrias e famílias, as quais, por sua vez, realocarão os níveis de produção e mesmo as atividades produtivas entre os países.

O Mercosul é, atualmente, a quarta economia mundial, sendo precedida pelo Nafta, União Européia e Japão. Com um PIB em torno de um trilhão de dólares, um mercado consumidor de mais de 200 milhões de habitantes e com uma das maiores reservas de recursos naturais do mundo, o Mercosul constitui um atraente ponto estratégico de investimentos e comércio para os mercados mundiais.

Conforme se observa na Figura 1, até 1998 o comércio intrazona no Mercosul vinha crescendo de forma acelerada. Entre 1991/96, a taxa de crescimento média anual havia sido de 27,3%, em comparação com uma taxa de 12,8% nos fluxos de comércio extrazona. Em 1997, o crescimento ainda seria, respectivamente, de 19,9% e 14,4%. Nesse mesmo ano, o comércio intra-Mercosul chegou a representar 22,4% do comércio exterior total de seus membros. As trocas intrazona passaram de US\$ 5,1 bilhões em 1991 para mais de US\$ 18 bilhões em 1997. Já em 1998, pela primeira vez desde sua criação, as trocas intra-Mercosul apresentaram pequena queda, de cerca de 0,5% (CORREA, 2003). A partir de 1999, o comércio entre os países do Bloco passou a oscilar, apresentando períodos de queda e crescimento.



Fonte: MDCI

Figura 1 – Comércio intrazona no Mercosul.

É importante ressaltar que no período de 1990 a 1998, as exportações intra-regionais cresceram geometricamente 675%, passando de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 8,8 bilhões. As importações somaram US\$ 2,0 bilhões e US\$ 9,2 bilhões, respectivamente, representando uma ampliação de 460%. Isto ratifica o sucesso da integração das quatro economias, em comparação com o fluxo extra-regional, que registrou crescimento de 140% para as exportações e 259% para as importações, no mesmo período.

Dentro desse contexto de comércio, cabe salientar que, segundo Vasconcelos (2003), a composição das exportações e importações brasileiras, com relação aos demais países do Mercosul, se configurou, no período entre 1990 e 1998, pela crescente importância em suas composições de produtos industrializados. Isto de certa forma denotaria o crescimento do comércio intra-indústria, considerando a existência de grupos de produtos semelhantes nesse fluxo de comércio.

O ano de 1999 foi crítico para a integração do Mercosul. A forte desvalorização do Real, a mudança do regime cambial brasileiro e a recessão econômica no Brasil e na Argentina impuseram graves dificuldades de convergência das políticas entre os países. A desvalorização da moeda brasileira criou uma situação de desequilíbrio comercial entre o Brasil e os demais membros do Bloco. Muitos destes países chegaram a acreditar que os produtos brasileiros iriam invadir totalmente seus mercados, passando a exigir a adoção de salvaguardas ao comércio intrazona.

A mudança no regime cambial brasileiro abalou as relações entre as duas maiores economias do Mercosul, Brasil e Argentina, iniciando a partir de então uma escala protecionista que se justificaria, segundo determinados segmentos produtivos da Argentina, em razão dos danos que a desvalorização do Real poderia provocar. Dentre as principais medidas adotadas, podem-se destacar as exigências de licenciamento para importação de calçados, bem como de etiquetagem destes produtos; aplicação de cláusulas de salvaguarda sobre as importações de alguns tipos de tecidos de algodão originários do Brasil; restrições às importações de papel e a instituição da Resolução 911, que facultava a

imposição de medidas de salvaguarda unilaterais para qualquer produto proveniente do Mercosul.(MACHADO e RIBEIRO, 1999).

No ano de 2000, tanto as importações quanto as exportações apresentaram tendência de queda. Esse período foi marcado por recessão econômica e desaceleração comercial, impedindo um efeito mais significativo do comércio intrazona. Em 2001, houve crescimento das exportações do Mercosul sobre o total mundial de 5,4%, sendo o Brasil o país que obteve o maior crescimento (6,9%), seguido do Paraguai (5,9%), da Argentina (3,4%) e do Uruguai (2,5%).

Entre 1999 e 2003 o processo de desaceleração da atividade econômica no Brasil e na Argentina, fenômeno explicado pelos persistentes desequilíbrios macroeconômicos no Brasil e pela crise da Argentina, que teve início no terceiro trimestre de 1998 e alcançou seu ponto mais crítico em 2001, culminando com a desvalorização da moeda argentina em 2002, gerou grande queda dos fluxos comerciais bilaterais entre as duas principais economias do Mercosul. A seqüência de crises - inclusive com as mudanças de regime cambial, no início de 1999, no Brasil, e em fins de 2001, na Argentina – passaram a gerar divergências de opiniões sobre o Bloco. As mais otimistas falavam em retrocesso do processo de integração e as mais pessimistas previam o fim do Mercosul (SICA, 2004).

Diante desse contexto, segundo Correa (2003), o comércio intra-regional teria mostrado um desempenho ainda mais relevante na década de 1990 não fossem os efeitos gerados pelas crises financeira e cambial iniciadas em meados de 1997, em países da Ásia, e, posteriormente, em 1998, na Rússia. Além de reduzir drasticamente a liquidez financeira internacional, importante para o processo de estabilização de países como o Brasil e de outras economias emergentes da América Latina, essas crises contribuíram para a desaceleração da economia e do comércio mundiais. No âmbito interno, é interessante destacar o vigoroso ajuste na economia, levado a efeito nas áreas fiscal, monetária e cambial, devido a situação externa.

Lírio e Campos (2003) mostraram que uma das características mais marcantes do processo de estruturação do Mercosul foi o expressivo aumento dos fluxos de comércio intrazona, que decorreu, em grande medida, do

aprofundamento das preferências comerciais arquitetadas pelos países-membro do grupo. Mesmo considerando a importância da TEC como instrumento de intercâmbio comercial e as disparidades entre as economias do Mercosul, o intercâmbio comercial intrabloco tem revelado ativamente dinâmico, ainda que com repercussões diferenciadas em cada país e nos diferentes setores.

Ao mesmo tempo, o comércio intra-indústria, que se configura em fluxos de bens com intensidades de fatores semelhantes, vem tendo, particularmente, significativo papel no comércio de bens manufaturados entre os países avançados industrialmente, respondendo pela maior parte do comércio mundial. No decorrer dos anos, os países industrializados têm-se tornado crescentemente semelhantes em seus níveis de tecnologia e na disponibilidade de capital e trabalho qualificado. Uma vez que as principais nações que se tornam parceiras comerciais vêm-se tornando similares em tecnologia e recursos, normalmente não há vantagens comparativas claras dentro de uma indústria. Ao mesmo tempo têm ocorrido trocas em duas vias entre as indústrias – provavelmente dirigidas em grande parte pelas economias de escala – em vez da especialização interindústrias conduzida pelas vantagens comparativas (KRUGMAN e OBSTFELD, 1999).

Segundo Hidalgo (1993), um conhecimento mais preciso do comércio intra-indústria é de suma importância para a definição da melhor estratégia de política comercial, principalmente num momento em que se esboça no cenário internacional um mundo formado por blocos econômicos, em que o fluxo de comércio entre os países é caracterizado por um crescente comércio intra-indústria.

Para Campbell (2000), a possibilidade de desenvolver uma economia competitiva com impulso ao progresso tecnológico e acumulação de capital físico e humano está necessariamente associada ao aprofundamento e aperfeiçoamento do acordo integrador. Na verdade, nada assegura que esse processo vai se desenvolver de forma espontânea, mas o que parece claro é que, na ausência do Mercosul, a probabilidade de ocorrência de um cenário desse tipo se torna muito menor.

Em face disso, é importante uma análise sobre o fluxo de comércio intra-indústria entre os membros do Bloco, bem como de seus efeitos sobre os diferentes setores da economia, uma vez que o período entre 1990 e 2004 foi marcado por diversas crises e recessões que dificultaram a consolidação do Bloco.

1.4 Hipótese

A parcela do comércio intra-indústria (CII), que se configura na troca de bens semelhantes de uma indústria entre os países, aumentou após a formação do Mercosul e passou a ter importância na expansão do fluxo de comércio total entre o Brasil e os demais membros do Bloco.

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução do comércio intra-indústria, por capítulos da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), com intuito de avaliar e explicar suas diversas alterações perante as mudanças e choques ocorridos no período de 1990 a 2004, averiguando sua contribuição para o crescimento do fluxo comercial total entre o Brasil e os demais membros do Bloco.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Estimar a evolução do comércio intra-indústria entre os países do Mercosul, ao longo do período em análise.
- Analisar as contribuições do comércio inter e intra-indústria para o crescimento do comércio total entre os países-membro do Bloco, por seções da NCM.
- Avaliar as mudanças ocorridas devido ao crescimento do comércio intra-bloco, bem como os ajustes nos fatores de produção resultantes dessas mudanças por seções da NCM.

2. Referencial Teórico

As teorias do comércio internacional, até o fim da Segunda Guerra Mundial, centravam-se na idéia de que a diferença entre os países era o único motivo para o intercâmbio comercial entre eles, não prestando a merecida atenção as implicações das economias de escala e da concorrência monopolística para o comércio internacional.

Na década de 1980, com o avanço da teoria da Organização Industrial, passaram a surgir diversos trabalhos em que se discutiam a questão da concorrência imperfeita e das economias de escala no cenário do comércio mundial. Em 1985, Paul Krugman e Elhanan Helpman, com o livro *Market Structure and Foreign Trade: Increasing Returns, Imperfect Competition and International Economy*, deram início à chamada “Nova Economia Internacional”.

Para Guimarães(1997), os estudos elaborados por Helpman e Krugman representaram um avanço para a economia internacional, uma vez que refletiam a emergência do aspecto que muitos fluxos comerciais apresentavam uma especialização arbitrária em vez da abordagem tradicional relacionada ao esforço para guardar vantagens através das dotações de fatores.

Segundo Porter (1993), os modelos clássicos do comércio internacional baseados em Smith, Ricardo, Torrens e Mill, pouco combinam com o ambiente de competição real visto na economia moderna, uma vez que não atribuem papel às estratégias das empresas, às melhorias nos produtos e processos, ao processo de melhoramento e criação de fatores, à diferenciação de produtos e à globalização

da economia. Nesse contexto, a teoria da vantagem comparativa é substituída pela teoria da vantagem competitiva, pois reflete uma concepção mais profunda da competição, partindo do princípio de que a competição é dinâmica e evolucionária.

A partir desse contexto, a capacidade competitiva torna-se o foco da concorrência entre as empresas. A competitividade de uma empresa requer, além do domínio do conhecimento científico e tecnológico, a criação de novas tecnologias, novas abordagens na comercialização e mudanças na regulamentação (MIOR, 1992).

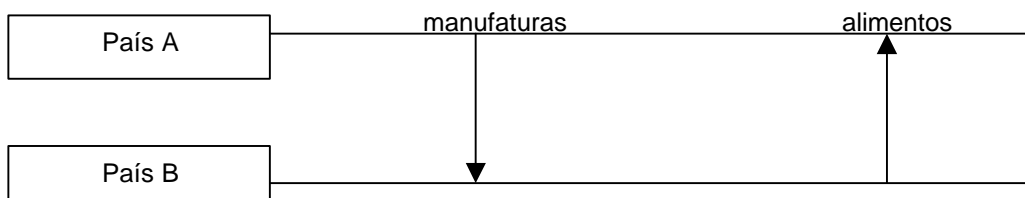
As vantagens competitivas são criadas a partir de novas e melhores maneiras de competir, resultantes, frequentemente, de pressões competitivas, de necessidades dos clientes ou mesmo de adversidades representadas por ameaças tecnológicas. A diferença dessa proposição é que as vantagens competitivas não se baseiam somente em fatores reais. A questão central é como as empresas ampliam os seus rendimentos através do aumento de suas produtividades e melhoria de suas qualidades.

A crescente preocupação acerca da competitividade origina-se em mudanças no cenário econômico, que resultaram num novo padrão de competição industrial e de vantagens competitivas. Novas tecnologias, novos conceitos em produtos e processos e novos competidores são alguns elementos que configuram a chamada “nova competição”, caracterizada, entre outros aspectos, pela maior adaptação da produção às necessidades da demanda, em substituição à oferta generalizada de produtos padronizados (SOARES,1991).

O debate sobre concorrência monopolística também tem sido um dos campos mais relevantes para a discussão do comércio internacional no período recente, porque a maior parte do comércio mundial ocorre não entre países que se especializam na produção de produtos distintos, mas entre países que comercializam produtos similares. Ou seja, a maior parte do comércio mundial não ocorre segundo o modelo centro-periferia, em que o padrão do comércio é dado pela exportação de produtos primários ou manufaturados, de baixo nível tecnológico, em troca de produtos industriais ou de alto nível tecnológico. Assim

em um mercado de concorrência imperfeita, em que a concorrência se faz com a diferenciação de produtos, os ganhos de comércio podem vir com o aumento de variedades de produtos disponíveis ao consumidores (BAUMANN et al., 1998).

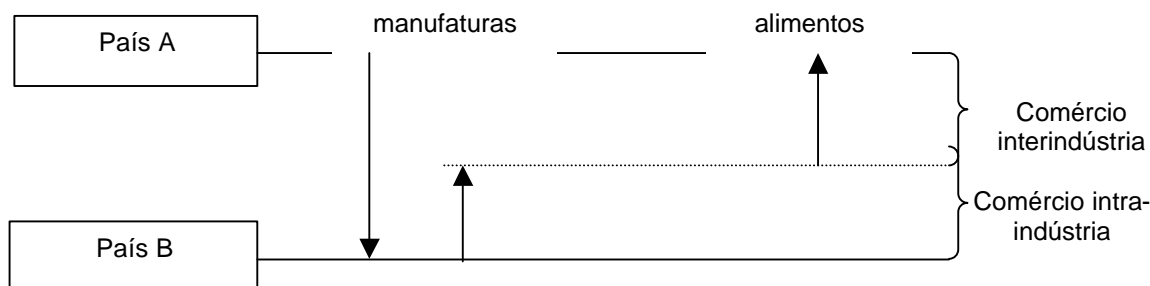
Nas Figuras 2 e 3, respectivamente, extraídas de Krugman e Obstfeld (1999), pode-se visualizar como é o comércio em um mundo sem rendimentos crescentes e em um mundo com rendimentos crescentes e concorrência monopolística. Os autores consideram dois setores (manufaturas, intensivo em capital e alimentos, intensivo em trabalho) e dois países (A e B), em que o país A é abundante em capital e o país B é abundante em mão-de-obra. Se os setores produtivos (manufaturas e alimentos) não se constituírem em setores de produtos diferenciados, o que resulta em produtos semelhantes nos dois países, por ser o país A abundante em capital e as manufaturas intensivas em capital, o país A teria uma oferta relativa maior de manufaturas, exportando-as, e importando alimentos (intensivo em mão-de-obra) do país B (abundante em mão-de-obra). Esquemáticamente, esse padrão de comércio é demonstrado na Figura 2.



Fonte: Krugman e Obstfeld, 1999.
Figura 2 - Comércio interindústria.

Admitindo-se que as manufaturas são um setor de concorrência monopolística, e, portanto, os produtos de cada firma são diferenciados daqueles das demais, o país A continuará sendo um exportador líquido de manufaturas e um importador de alimentos. No entanto, as firmas presentes no país B do setor de manufaturas produzirão produtos diferentes daqueles que as firmas do país A produzem. Pelo fato de os consumidores do país A preferirem as variedades do país B, o país A, apesar de ter um excedente de comércio nas manufaturas, importará e exportará dentro da indústria de manufaturas. Como as manufaturas

são um setor de concorrência monopolística, o comércio se dará conforme a Figura 3.



Fonte: Krugman e Obstfeld, 1999.

Figura 3 - Comércio inter e intra-indústria.

O comércio intra-industrial corresponde à existência de exportações e importações de bens minimamente similares, de modo a pertencerem a mesma classificação industrial. Embora esse padrão de comércio já fosse empiricamente constatado desde o final dos anos 60, apenas a partir de trabalhos desenvolvidos ao longo da década de 1980 foi possível explicar a troca de produtos entre países que detinham dotação de fatores, gostos e tecnologias semelhantes (CORREA e LOES, 1994).

De acordo com a teoria da especialização intra-setorial, descrita por Krugman (1981), as economias de escala e vantagens comparativas são fatores determinantes dos fluxos de comércio e de seus benefícios. Nesse enfoque, retornos crescentes à escala constituem uma alternativa à vantagem comparativa para explicar o padrão de comércio entre países. Este ponto tem sido sustentado pelos estudiosos da Teoria do Comércio Internacional como o principal determinante do padrão de comércio em produtos manufaturados entre países industrializados.

Segundo Hidalgo (1993), diversos modelos teóricos que abordam o comércio intra-indústria, por exemplo Krugman (1979, 1980, 1981), Lancaster (1980), Helpman (1981), e Ethier (1982), entre outros, destacam as economias de escala e a diferenciação dos produtos como elementos importantes na explicação do fluxo de comércio intra-indústria. Entretanto, em diversas estimativas

econométricas sobre o comércio intra-indústria (CII), por exemplo Caves (1981), Loertscher e Wolter (1980), Bergstrand (1983), Gavelin e Lundberg (1983) e Balassa e Bauwens (1988) são consideradas não apenas essas duas variáveis, mas também outros fatores de cunho institucional, barreiras comerciais e diferenças de gosto e tecnologia entre países.

No Quadro 1, extraído de Kenen (1998), são resumidas os resultados do trabalho realizado por Balassa e Bauwens, 1988, em que se procura explicar o valor para o fluxo de comércio bilateral entre os países com base na modalidade de comércio intra-indústria.

Quadro 1 - Características referentes ao país e ao produto que afetam os níveis de comércio intra-industrial entre pares de países

Características	Efeito
Média das rendas per capita dos países	Positivo
Diferença entre rendas per capita	Negativo
Média das rendas totais dos países	Positivo
Diferença entre rendas totais	Negativo
Orientação média de comércio nos países	Positivo
Distância entre países	Negativo
Fronteira comum entre países	Positivo
Idioma comum entre países	Positivo
Participação em bloco de comércio comum	Positivo
Diferenciação de produtos dentro da indústria	Positivo
Economias de escala para empresas da indústria	Negativo ou Positivo
Concentração industrial na indústria	Negativo
Produção multinacional	Negativo ou Positivo
Nível médio de tarifas da indústria	Nenhum
Dispersão de tarifas na indústria	Negativo

Fonte: Kenen, 1998.

De acordo com Kenen (1998), as cinco primeiras variáveis do Quadro 1 apresentam o efeito esperado, ou seja, em economias baseadas na concorrência monopolista pode-se esperar que países com rendas altas tenham intenso comércio intra-industrial, pois seus consumidores procuram gastar grande parte de suas rendas em produtos manufaturados sofisticados, que tendem a ser altamente diferenciados. De maneira inversa, pode-se esperar que países com níveis de renda diferentes apresentem gostos variados, tendo um comércio intra-industrial menos intenso. Por fim, países mais abertos, com poucas barreiras comerciais, também participam ativamente do comércio intra-industrial.

Segundo Hidalgo (1993), tais pressuposições já haviam sido descritas por Linder (1961) e retomadas por Helpman (1981) e Helpman e Krugman (1985), que argumentavam que o CII bilateral é negativamente correlacionado com as diferenças absolutas entre os níveis de renda real per capita, e quanto mais semelhantes essas rendas, maior será a participação do CII no fluxo de comércio entre os dois países.

As quatro variáveis seguintes referem-se às características da relação bilateral entre cada par de países. A distância desestimula o comércio intra-industrial, devido ao efeito nos custos de transporte, que tendem a reduzir a participação de cada país no mercado do parceiro comercial. Diante disso, espera-se uma correlação negativa entre o comércio intra-indústria e a distância entre os parceiros comerciais. A tendência é de que as informações fluam livremente entre países com fronteira ou idioma comum, o que deveria promover o comércio intra-industrial, devido a pressuposição de que os consumidores estejam familiarizados com a abrangência e variedade de bens disponíveis nos países vizinhos.

A participação em um bloco de comércio comum, como o Mercosul, também encoraja o comércio intra-industrial. Hidalgo (1993) argumenta que processos de integração econômica e a maior liberalização do comércio entre os países têm se tornado fatores importantes que estimulam o crescimento do comércio intra-indústria. Balassa (1975 e 1980), examinando diversos acordos regionais entre países desenvolvidos e também em desenvolvimento encontra evidências empíricas nesse sentido.

As seis últimas variáveis descritas no Quadro 1, se referem às características das indústrias e dos grupos de produtos, não dos países. As medidas de diferenciação de produtos têm o efeito positivo previsto pelos modelos de concorrência monopolista, mas as economias de escala e a concentração industrial podem ter efeitos negativos perversos. De acordo com Kenen (1998), deve-se atentar pelo fato de que havendo economias de escala significativas ou grandes empresas em uma indústria, há oportunidades tanto de padronização quanto de diferenciação, sabendo-se que a primeira leva à especialização, não ao comércio intra-industrial. Além disso, a concentração industrial deveria causar entrada mútua em mercados nacionais, como no modelo de concorrência oligopolista. Porém, forças que agiram no sentido oposto pareceram dominar, influenciando os resultados do estudo.

A produção multinacional, dependendo de sua dimensão, também pode causar resultados positivos ou negativos. Por um lado, ela desloca o comércio quando empresas que produzem no nível local para um determinado mercado não têm que exportar para esse mercado, e, por outro lado, essa produção cria o comércio quando empresas que produzem em nível local em geral importam peças e componentes de fábricas situadas em outros países. No estudo realizado por Balassa e Bauwens (1988), o efeito de deslocamento do comércio parece dominar. Por fim, tarifas e outras barreiras comerciais podem limitar o comércio intra-indústria, mas seus efeitos são poucos significativos nesse e em outros estudos realizados.

3. Metodologia

3.1 Modelo Analítico

Para avaliar em que medida o Mercosul tem apresentado efeitos sobre o comércio regional, bem como investigar sua influência sobre o desempenho das exportações e importações brasileiras, foram utilizados, o "Índice de Intensidade de Comércio" (IIC) e o Índice de Orientação Regional (IOR).

Inicialmente, calcula-se, para cada país do bloco, o Índice de Intensidade de Comércio (IIC). Tal índice mostra a tendência de os países realizarem trocas entre si, com base em dados de exportação e importação, proporcionando informações adicionais sobre a natureza e a importância das trocas nos fluxos de comércio.

O IIC do país i com o país j é expresso de acordo com a seguinte expressão:

$$IIC_{ij} = \frac{(X_{ij}/X_i)}{(M_j/M_w)} \quad (1)$$

em que X_{ij} representa as exportações brasileiras para o Mercosul; X_i as exportações totais do Brasil; M_j as importações do Mercosul; e M_w as importações totais mundiais.

Segundo Yeats (1997), citado por Costa e Waquil (1999), esse índice indica a importância relativa das trocas comerciais entre os países-membro de um bloco

e suas participações no comércio global. Quando computada para um único ponto no tempo, a medida apresenta limitações. Entretanto, pela análise das variações nesse índice, ao longo de um período de tempo, observa-se que dois países têm experimentado acréscimo na tendência para o comércio entre si. No caso do Mercosul, a magnitude das mudanças no índice pode fornecer um critério útil para a avaliação da importância da expansão do comércio intrabloco.

Além do IIC, calcula-se também um índice de orientação de comércio (IOR), para mensurar o peso de um produto/seção nas exportações totais intrabloco em relação ao peso de suas exportações totais com destino ao resto do mundo, ao longo dos anos de 1990 a 2004. Tal índice é obtido pela seguinte expressão:

$$IOR_j = \left(\frac{(X_{rj}/X_{tj})}{(X_{oj}/X_{to})} \right) * 100 \quad (2)$$

em que X_{rj} indica o valor das exportações brasileiras do produto j no comércio intrazona; X_{tj} , o valor das exportações totais do Brasil no comércio intrazona; X_{oj} , o valor das exportações brasileiras do produto j no comércio extrazona; e X_{to} , o valor das exportações totais do Brasil no comércio extrazona.

O IOR mostra a razão entre a parcela da produção destinada às exportações para a região sobre a parcela da produção destinada às exportações para terceiros. Valores superiores a 1 indicam orientação favorável ao comércio regional, enquanto valores inferiores a 1 sugerem uma orientação propícia às relações do Mercosul com o resto do mundo.

Yeats (1997) chama a atenção para o fato de existir a possibilidade de as exportações para terceiros mercados serem restringidas em virtude das altas medidas tarifárias e não-tarifárias. Nesses casos, os valores do IOR podem aumentar em razão dessas restrições e não de tratamento tarifário favorável entre os países-membro no mercado intrabloco.

Para a avaliação do fluxo de comércio intra-industrial (CII) e da sua contribuição para o crescimento do comércio total entre os países, são adotados, neste trabalho, os procedimentos propostos por Menon e Dixon (1995 e 1997).

No início dos estudos sobre o CII, Balassa (1966) propôs medi-lo, em valores absolutos, utilizando-se das exportações líquidas $|X - M|$, que, quando consideradas como uma fração do comércio total $(X + M)$, representaria a proporção do CII de determinada indústria. GRUBEL (1967), no entanto, alegou que a medida proposta por BALASSA (1966) indicaria provavelmente mais uma medida de comércio inter-indústria ou o tipo de comércio proposto pelo teorema de Heckscher-Ohlin.

O índice GL, proposto por (GRUBEL e LLOYD, 1975), considera a expressão $|X - M|$ como medida de comércio inter-indústria e propõe como medida do comércio intra-indústria a diferença entre o comércio total e o comércio inter-indústria $(X + M) - |X - M|$. Essa diferença, considerada uma proporção do comércio total, representaria a participação do CII para dada indústria. O índice de CII do país i com o país j ($=1, \dots, m$), para a indústria k ($=1, \dots, n$), é expresso segundo a formula abaixo:

$$GL_{ijk} = 1 - \frac{|X_{ijk} - M_{ijk}|}{(X_{ijk} + M_{ijk})} \quad (3)$$

em que X representa exportações e M importações, i , j , e k mostram o país de origem, o de destino e o setor da economia, respectivamente.

O índice GL varia de zero, quando não ocorre nenhum CII, a um, quando as exportações e importações são balanceadas (X/X) ou $(M/M) = 1$ e o comércio pode ser todo caracterizado como do tipo intra-indústria. Assim, quanto mais próximo de um estiver o índice, maior o grau de CII. Mas, quanto maior a participação do comércio interindústria (CEI), mais próximo de zero encontra-se índice GL. No Quadro 2 são resumidas as explicações associadas a esse índice.

Quadro 2 - Padrões de comércio, segundo a dotação de fatores

$GL_{ijk} = 1$	Todo o comércio é intra-industrial. Logo, os dois países apresentam idêntica dotação de fatores. O comércio, nesta indústria, decorre dos efeitos das economias de escala e da diferenciação de produtos.
$GL_{ijk} = 0$	Todo o comércio é interindustrial, e os países diferem em suas dotações de fatores e inexistem efeitos das economias de escala e diferenciação de produtos.
$0 < GL_{ijk} < 1$	A dotação de fatores é distinta e existem efeitos das economias de escala e diferenciação de produtos, tal que: Se $GL_{ijk} > 0,5$, predomina o comércio intra-industrial. Logo, os efeitos das economias de escala e da diferenciação de produtos compensam os efeitos associados com as diferenças na dotação relativa dos fatores. Se $GL_{ijk} \leq 0,5$, predomina o comércio interindustrial. Então, os efeitos das economias de escala e da diferenciação de produtos são compensados pelos efeitos associados com as diferenças na dotação relativa dos fatores.

Fonte: Silva e Ilha (2004).

Além do índice geral, o CII entre dois países pode ser mensurado por pesos médios das indústrias no índice GL. O peso é dado pela parte de cada indústria no total de comércio. A seguir, tem-se o índice GL de CII do país i com o país j ($=1, \dots, m$) para a indústria k ($=1, \dots, n$):

$$CII_{ij} = \sum_{k=1}^n W_{ijk} \left[1 - \frac{|X_{ijk} - M_{ijk}|}{(X_{ijk} + M_{ijk})} \right] \quad (4)$$

em que

$$W_{ijk} = \frac{X_{ijk} + M_{ijk}}{\sum_{k=1}^n (X_{ijk} + M_{ijk})} \quad (5)$$

O índice de CII total do país i , com resto do mundo, ou para uma região qualquer j , pode ser assim apresentado:

$$CII = \sum_{k=1}^n \sum_{j=1}^m \left[\frac{(X_{ijk} + M_{ijk}) - |X_{ijk} - M_{ijk}|}{\sum_{k=1}^n \sum_{j=1}^m (X_{ijk} + M_{ijk})} \right] \quad (6)$$

Correa e Loes (1994), afim de precisar a especialização comercial entre os dois países, consideram a existência de comércio intra-indústria quando o índice GL for superior a 0,50 (50%). Através dessa metodologia, Gualda et al. (1999) associam o tipo de padrão de comércio encontrado com o saldo da Balança Comercial (SBC) como indicador da indústria em análise. No Quadro 3, extraído de Silva e Ilha (2004) estão resumidas as relações descritas por Gualda et al. (1999).

Quadro 3 - Nível de competitividade segundo o padrão de comércio

Com GL=1 e SBC próximo a zero	Avalia-se que o nível de competitividade na indústria é idêntico para ambos os países e que as trocas decorrem de economias de escala e do nível de diferenciação de produtos. Nessas circunstâncias, as indústrias dos países não sofreriam efeitos negativos com a liberalização do comércio e poderiam ampliar seu potencial competitivo, devido aos ganhos de escala obtidos com a exploração de novos mercados.
Com GL<0,5 e SBC negativo	Avalia-se que o padrão de comércio nessa indústria entre ambos os países é do tipo interindustrial e indica também que o parceiro comercial apresenta maior potencial competitivo em relação à indústria brasileira, podendo, inclusive, inviabilizar a produção interna brasileira nesse segmento industrial.
Com GL>0,5 e SBC positivo	Avalia-se que o padrão de comércio nessa indústria, entre ambos os países, seja do tipo intra-industrial e indica também que o Brasil apresenta maior potencial competitivo em relação à indústria do parceiro comercial, podendo-se, inclusive, ser superior. Nessas circunstâncias, a integração é favorável à indústria brasileira, que poderá ampliar a competitividade com os ganhos de escala que deverá obter com o aumento da demanda.

Fonte: Silva e Ilha (2004).

Hamilton e Kniest (1991) argumentam que o índice GL é uma mensuração estática, que captura somente o CII em um certo período de tempo. Entretanto, o relevante não seria quanto o CII tem crescido, mas sim o quanto esse crescimento tem contribuído para o comércio total. Os autores argumentam que a observação de uma alta proporção do CII em determinado período do tempo não justifica *a priori* nenhuma provável mudança no fluxo de comércio. Assim, a observação de um aumento no índice GL entre dois períodos do tempo (ΔGL) poderia ocultar uma

alta e desigual mudança no fluxo de comércio, condizente com o comércio interindústria (CEI) maior que o ajuste de CII.

Menon e Dixon (1997), preocupados com a mensuração do CII e sua contribuição para a mudança no comércio total, decompõem o comércio total (CT) da indústria k entre o país i e o país j (ou um conjunto de países), em dado período de tempo, na soma do comércio intra-indústria (CII) e do comércio inter-indústria (CEI). O CII seria a parte do comércio total (CT), composto por mudanças que se equivalem nas importações e exportações, e o CEI seria a parte do CT, que consiste na diferença entre as mudanças nas exportações e importações, de tal forma que:

$$CT_{ijk} = CEI_{ijk} + CII_{ijk}, \quad (7)$$

em que

$$CT_{ijk} = X_{ijk} + M_{ijk} \quad (8)$$

$$CEI_{ijk} = |X_{ijk} - M_{ijk}| \quad e, \quad (9)$$

$$CII_{ijk} = (X_{ijk} + M_{ijk}) - |X_{ijk} - M_{ijk}| \quad (10)$$

X_{ijk} e M_{ijk} , representam, respectivamente, as exportações e importações do produto k entre os países i e j. Assim, a taxa de crescimento do comércio total (ct_{ijk}), entre o país i e j para o produto k, em um dado período, seria:

$$ct_{ijk} = Ccei_{ijk} + Ccii_{ijk} \quad (11)$$

em que

$$Ccei_{ijk} = (1 - GL) \cdot cei_{ijk} \quad e, \quad (12)$$

$$Ccii_{ijk} = GL \cdot cii_{ijk} \quad (13)$$

com cei_{ijk} e cii_{ijk} , representando a mudança percentual do comércio inter-indústria (CEI) e do comércio intra-indústria (CII), respectivamente, naquele período e, GL indicando o índice de CII de Grubel e Lloyd. Assim, as equações (12) e (13) indicam as contribuições do crescimento do comércio interindústria ($Ccei$) e intra-indústria ($Ccii$) para o crescimento do comércio total.

O índice GL irá aumentar de um período para outro, quando $cii_{ijk} > cei_{ijk}$. Entretanto, o crescimento do CII pode ter uma contribuição relativamente menor para o crescimento do comércio total, ou seja:

$cii_{ijk} > cei_{ijk}$ implica um GL crescente,

mas, se $GL < cei_{ijk} / (cei_{ijk} + cii_{ijk})$ e

$(cei_{ijk} + cii_{ijk}) > 0$,

então, $Ccii_{ijk} < Ccei_{ijk}$.

A simples mudança no índice GL pode até mesmo ser enganosa quando usada para inferir sobre a importância do crescimento do CII. Não se deve, assim, ater-se ao crescimento do índice, mas na contribuição do comércio inter e intra-indústria para o crescimento do comércio total.

Outra questão considerada por Dixon e Menon (1997) refere-se ao deslocamento e ajuste dos fatores de produção, provocados pelo crescimento do comércio entre os países. Segundo estes autores, variações nas exportações e importações em maiores ou menores montantes podem ocasionar deslocamentos de fatores dentro ou fora de uma mesma indústria, o que poderá implicar diferentes custos de ajustes e, portanto, diferentes impactos para o crescimento do comércio total entre os países.

Segundo estes autores, as expressões (12) e (13) não devem ser empregadas para realização de tais análises, pois, conforme calculado anteriormente, $Ccii_{ijk}$ poderia superestimar a contribuição da mudança dinâmica do comércio intra-indústria, e $Ccei_{ijk}$, ao contrário, poderia subestimar a contribuição do crescimento do comércio interindústria (ou residual), dado por variações desproporcionais nas importações e exportações. Isso acontece porque no cálculo de $Ccii_{ijk}$ e $Ccei_{ijk}$, os fluxos comerciais são analisados de maneira estática, em determinado período de tempo, não permitindo captar realocações dos fatores dentro ou fora de uma indústria.

A forma mais adequada para captar a mudança no comércio total do bem k (ΔCT_k) e as devidas contribuições seria por meio das expressões a seguir:

$$DCT_k = DCII_k + DCEI_k \quad (14)$$

em que:

$$DCII_k = 2 \min (DX_k, DM_k) \quad (15)$$

$$DCEI_k = \frac{1}{2}DX_k - DM_k^{1/2} \quad (16)$$

ΔX_k e ΔM_k representam respectivamente a variação dinâmica nas exportações e importações do produto k. Decompondo as expressões anteriores em medidas percentuais, tem-se:

$$Ct_k = Cdcii_k + Cdcei_k \quad (17)$$

em que:

$$Cdcii_k = 100(DCII_k / CT_k) \quad (18)$$

$$Cdcei_k = 100(DCEI_k / CT_k) \quad (19)$$

Quando as exportações e importações se alteram (aumentam ou diminuem) de forma proporcional ($\Delta X_k = \Delta M_k$), os fatores de produção utilizados nas indústrias tendem a se deslocar dentro de indústrias semelhantes, ou pelo menos próximas. Tal fato representa a parcela do crescimento no comércio total (Ct_k) composto pela contribuição dinâmica no CII ($Cdcii$) e implica menores custos de ajuste dos fatores.

Ao contrário, quando as exportações e importações são modificadas de forma desproporcional ($\Delta X_i \neq \Delta M_i$), por exemplo, um fluxo aumenta e outro não, ou ambos aumentam ou reduzem de forma diferente, gera-se um resíduo de comércio, e o resultado desse resíduo será a realocação de fatores dentro ou fora de uma mesma indústria ($Cdcei_k$), que poderá levar à mudanças na produção e a maiores custos de ajuste dos fatores entre as indústrias.

Vale ressaltar também que $Cdcei_k$ é necessariamente não negativo, porque indica a parcela do crescimento do comércio que deve ser acomodada por movimentos dentro ou fora de uma mesma indústria.

Diante disso, quanto maior a contribuição do comércio referente à mudança dinâmica no CII ($Cdcii_k$), (composto pela parcela de mudanças semelhantes nas exportações e importações), menores serão os resíduos e, portanto, menores os

custos de ajuste de fatores nas indústrias, facilitando o comércio e possibilitando sua expansão entre os países. De forma oposta, quanto maior a parcela do crescimento do comércio total representada pela parcela de mudanças “residuais” nas importações/exportações, dados pelo CEI ($Cdcei_k$), maiores serão os custos de ajuste e, portanto, maiores as dificuldades e os entraves no intercâmbio comercial entre os países.

3.2 Fonte de Dados

Os dados usados neste trabalho dizem respeito às exportações e importações anuais entre os países-membro do Mercosul, em milhões de dólares FOB. Os dados dos diversos setores da economia de cada um dos países-membro do Bloco foram classificados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), no período de 1990 a 2004.

Visando captar os impactos das diversas crises e choques econômicos ocorridos principalmente no Brasil e na Argentina, o período total foi dividido em subperíodos: o primeiro, de 1990 a 1994, representa a etapa de implantação do Mercosul; o segundo, de 1995 a 1999, refere-se à época em que o Bloco passou de Área de Livre Comércio para União Aduaneira, e a moeda brasileira apresentou forte desvalorização; e, o terceiro, de 2000 a 2004, foi o período em que a Argentina enfrentou uma profunda recessão econômica e o Bloco sofreu com divergências de objetivos entre seus membros.

Todos os dados utilizados foram obtidos no *site* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (<http://www.mdic.gov.br>).

4. Resultados

Os resultados são apresentados e discutidos entre o Brasil e cada um dos parceiros comerciais do Mercosul, fazendo-se posteriormente uma análise que envolve o comércio de todos os países do Bloco com o Brasil.

Inicialmente, mostra-se como a intensidade do comércio entre os países do Mercosul evoluiu com o processo de integração e, a seguir, apresenta-se a orientação regional das exportações brasileiras tanto dentro do Bloco quanto com o resto do mundo. Faz-se, então, uma análise do índice GL de CII ao longo do período e uma avaliação da contribuição dos comércios intra e interindústria.

4.1 Intensidade de Comércio entre Brasil e Mercosul

Pelo índice de intensidade de comércio (IIC), utilizado neste trabalho, foi possível mensurar a participação das exportações do Brasil no total exportado para o Mercosul em relação à participação das importações totais realizadas pelo Bloco na respectiva demanda internacional, através das importações totais mundiais. Pode-se observar, Tabela 1, que o comércio Brasil/Mercosul está contido em suas importações e exportações totais. Assim, quando o índice foi crescente durante o período analisado, forças competitivas favoreceram o comércio entre Brasil e os demais membros. Contrariamente, quando o índice decresceu ao longo do período, 1990 a 2002¹, as exportações e importações para o resto do mundo foram superiores às do comércio intra-regional.

¹ Os cálculos foram realizados entre 1990 e 2002 devido a disponibilidade de dados.

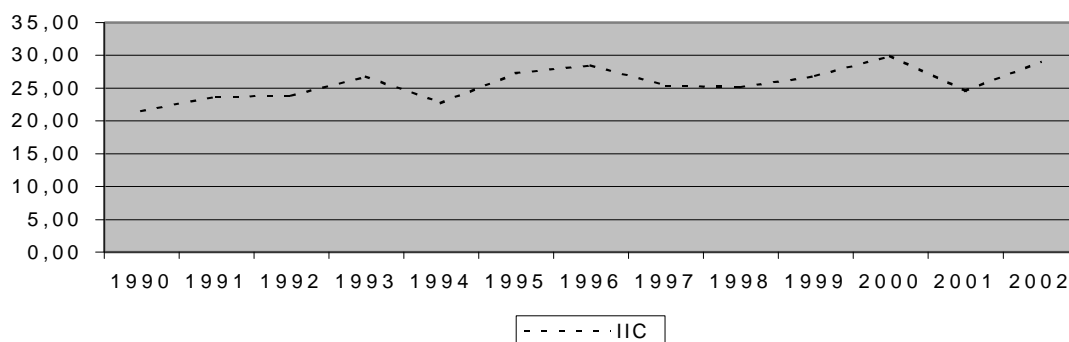
Tabela 1- Evolução do índice de intensidade de comércio total Brasil/Mercosul: 1990 a 2002

Ano	Exportações Brasileiras para o Mercosul (Xij)	Exportações Brasileiras (Xi)	Importações do Mercosul (Mj)	Importações Totais Mundiais (Mw)	Índice de Intensidade de Comércio
	Bilhões US\$	Bilhões US\$	Bilhões US\$	Bilhões US\$	IIC
1990	1,3	31,1	6,8	3491,6	21,463
1991	2,3	31,2	11,2	3609,9	23,760
1992	4,0	35,5	18,2	3847,5	23,820
1993	5,3	38,3	20,8	4021,2	26,753
1994	5,9	43,1	26,7	4430,0	22,713
1995	6,1	45,1	26,1	5267,4	27,297
1996	7,3	47,1	30,1	5534,2	28,496
1997	9,0	52,8	37,6	5592,7	25,354
1998	8,9	51,3	38,1	5524,4	25,155
1999	6,8	48,0	30,7	5818,6	26,850
2000	7,7	55,0	30,9	6613,3	29,963
2001	6,3	64,6	25,5	6438,8	24,625
2002	3,3	60,3	12,6	6680,1	29,014

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se pela da Figura 4, que o IIC para o fluxo comercial entre Brasil e demais membros do Mercosul manteve-se crescente entre 1990 e 1993, atingindo, nesse período, valores bem superiores à unidade. Entretanto, em 1994, esse índice sofreu significativa queda, reduzindo a intensidade de comércio entre Brasil e Mercosul. Tal resultado deve-se ao aumento significativo das importações mundiais de origem brasileira em mais de US\$ 400 bilhões.

Em 1995, o índice volta a crescer, mantendo níveis mais estáveis até o ano de 2000.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4 - Índice de intensidade de comércio Brasil/Mercosul.

Em 2001, ano em que a Argentina, principal parceiro comercial do Brasil dentro do Bloco, passa por profunda crise, observou-se novamente significativa queda no comportamento do índice e, conseqüentemente, retração na intensidade do comércio entre os países. Tal performance deve-se à contração comercial vivida pelo Brasil e demonstrada na Tabela 1, pela queda nas exportações brasileiras tanto para o Mercosul quanto para o resto do mundo, além da queda nas importações de origem no Mercosul, ocasionando, assim, diminuição nos fluxos comerciais e no índice. Há de se lembrar que em 2001 ocorreu o ataque às Torres Gêmeas em Nova York, o que afetou o comércio em todo o mundo.

O ano de 2002 experimenta novo crescimento, e o índice atinge nível próximo ao visto em 2000, incentivando uma nova aceleração na intensidade de comércio entre os parceiros comerciais do Bloco.

Diante desses resultados, constata-se que, após a formação do Mercosul, o comércio entre os países-membro passou a apresentar índices de intensidade superiores ao período pré-Mercosul, e, com exceção do ano de 2001, o fluxo comercial entre os países manteve índices acima de 25,15.

4.2 Orientação Regional das Exportações Brasileiras Intra e Extra-Mercosul

Os IORs calculados para as seções da NCM e apresentados na Tabela 2 são maiores que 1 para as seções VI (produtos das indústrias químicas ou conexas), VII (plásticos, borrachas e suas obras), XI (materiais têxteis), XIII (obras de pedra, gesso e cimento), XVI (máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes), XVII (material de transporte), e XX (mercadorias e produtos diversos), indicando que as relações comerciais dessas seções estão mais orientadas pelas trocas internas no Mercosul do que com o resto do mundo. Pode-se observar também que, do total de sete seções que mostraram orientação de comércio favorável às relações de trocas intrabloco perante os demais países (índices maiores que a unidade), apenas as seções XIII (obras de pedra, gesso, cimento) e XX (mercadorias e produtos diversos) exibiram crescimento negativo no período analisado.

Tabela 2 - Índice de orientação regional das exportações brasileiras, segundo as seções da NCM (1990-2004)

Seções	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I	0,13	0,21	0,81	0,65	0,52	0,41	0,50	0,52	0,61	0,49	0,42	0,39	0,21	0,22	0,12
II	0,49	0,50	0,36	0,32	0,23	0,38	0,34	0,19	0,19	0,22	0,21	0,20	0,30	0,17	0,12
III	0,10	0,11	0,08	0,10	0,06	0,08	0,13	0,12	0,12	0,15	0,24	0,25	0,22	0,11	0,10
IV	0,28	0,37	0,29	0,36	0,43	0,44	0,36	0,39	0,45	0,33	0,47	0,51	0,47	0,32	0,25
V	1,02	0,59	0,39	0,60	0,67	0,51	0,41	0,35	0,26	0,29	0,34	0,20	0,53	0,33	0,33
VI	3,43	2,41	1,88	2,09	2,40	2,69	2,38	2,20	2,22	2,51	2,33	3,75	5,38	4,12	3,63
VII	4,13	4,24	3,06	3,14	3,51	3,55	3,99	3,80	3,34	3,36	3,52	4,56	5,39	4,80	4,61
VIII	0,41	0,34	0,13	0,10	0,10	0,06	0,06	0,06	0,08	0,13	0,16	0,55	0,52	0,19	0,16
IX	0,23	0,28	0,36	0,33	0,30	0,23	0,21	0,25	0,35	0,34	0,28	0,33	0,15	0,14	0,12
X	0,74	1,27	0,99	1,24	0,93	1,13	1,08	1,03	1,16	1,21	1,16	1,78	1,60	0,99	1,08
XI	1,41	1,67	1,37	1,76	1,70	1,74	2,51	2,97	3,46	3,99	3,43	3,76	2,88	3,81	2,77
XII	0,18	0,16	0,16	0,15	0,19	0,24	0,23	0,29	0,41	0,64	0,69	1,00	0,40	0,74	0,76
XIII	2,94	3,08	1,48	1,56	1,56	1,48	1,57	1,45	1,41	1,50	1,39	1,71	1,23	0,98	0,85
XIV	0,02	0,02	0,04	0,05	0,06	0,04	0,02	0,05	0,05	0,04	0,04	0,08	0,03	0,05	0,06
XV	0,57	0,55	0,68	0,54	0,66	0,65	0,61	0,73	0,76	0,78	0,70	1,12	0,78	0,67	0,76
XVI	1,64	1,63	1,63	1,75	1,74	1,61	1,79	1,78	1,67	1,94	2,02	1,93	1,12	1,61	2,02
XVII	1,77	2,53	3,50	3,20	3,02	3,20	3,71	3,24	2,68	1,90	1,24	1,15	1,00	1,83	1,99
XVIII	0,56	0,86	1,22	0,96	1,25	1,33	1,21	1,13	0,96	1,03	0,98	1,42	1,53	1,46	1,37
XIX	0,48	0,57	0,24	0,36	0,53	1,09	0,84	0,72	0,51	0,42	0,34	0,33	0,15	0,38	0,25
XX	2,36	2,22	1,89	1,56	1,88	1,33	1,38	1,41	1,51	1,84	2,08	2,53	1,01	0,81	0,84
XXI	0,08	-	0,63	0,00	0,43	5,85	10,25	0,05	0,03	0,05	0,05	0,08	0,09	0,04	0,02
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Seções*	1,10	1,16	1,18	1,17	1,25	1,23	1,24	1,34	1,36	1,34	1,31	1,52	1,36	1,46	1,50
Demais	0,78	0,61	0,53	0,58	0,53	0,51	0,47	0,36	0,36	0,40	0,40	0,34	0,42	0,29	0,25

Fonte: Dados da pesquisa.

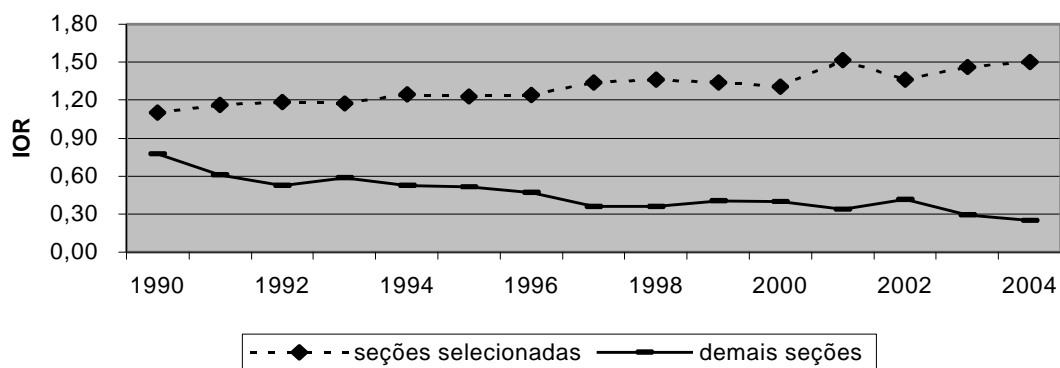
*Seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, por meio das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Nota: A descrição referente a cada seção é apresentada na Tabela A7 do Anexo.

As demais seções, com índices superiores a 1, e, portanto, com orientação comercial voltada ao Mercosul, apresentaram, em 2004, índice maior que em 1990. Vale ressaltar que, dentre as sete seções com índices maiores que 1, cinco (VI, VII, XI, XVII, e XX) envolvem atividades industriais mais complexas e, portanto, de maior valor agregado, o que indica forte orientação de mercado dessas seções em direção ao Mercosul. As seções com índices inferiores a 1 exibiram, em sua maioria, crescimento negativo nas exportações.

Entre as seções com índices de orientação comercial crescente (X, XII, XIV, XV, XVII, e XVIII), constatou-se que a mudança mais significativa ocorreu na seção XVIII (instrumentos e aparelhos e óptica), que, apesar de apresentar valores do índice IOR muitas vezes inferiores à unidade, teve seu valor mais que duplicado, passando de uma orientação francamente propícia às exportações fora do Mercosul (índice de 0,56), em 1990, para favorecer a orientação de comércio regional em 2004 (1,37).

Na Figura 5 é demonstrado o comportamento do IOR ao longo do período de análise, para as seções selecionadas, que envolvem atividades industriais mais complexas, e para o restante das seções. As exportações do conjunto de seções selecionadas apresentaram índices de orientação do comércio crescentes e sempre superiores a 1, o que implica tendência favorável ao incremento das relações comerciais dentro do Mercosul. As exportações brasileiras nessas seções, com destino aos países do Bloco, passaram de US\$ 1 bilhão, em 1990, para US\$ 8 bilhões, em 2004.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 5 - Índice de orientação regional das exportações brasileiras.

De forma contrária, englobando as demais seções que envolvem produtos menos industrializados, verificam-se índices sempre decrescentes e inferiores a 1, ao longo de todo período, indicando a tendência favorável de orientação comercial dessas seções às relações com o resto do mundo.

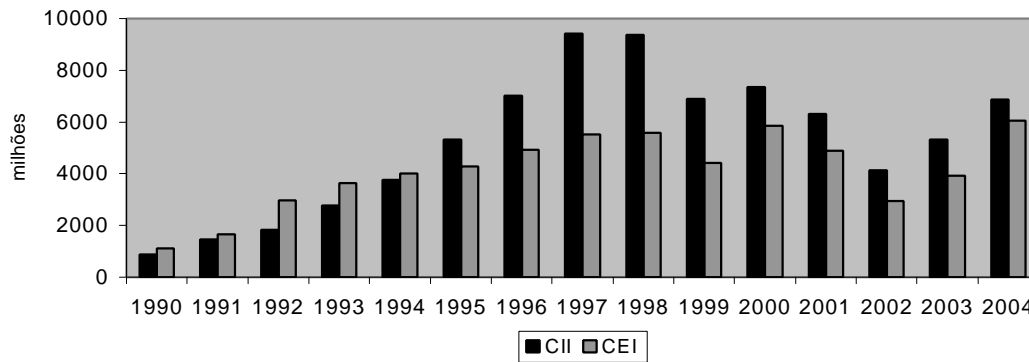
Apesar de o número de seções com índices superiores a 1 ser menor quando comparado ao número de seções com IOR maior que 1, constata-se que as seções com orientação regional de comércio voltada para o Bloco tem apresentado crescimento positivo nas exportações além de estar englobando setores manufaturados.

4.3 Evolução do Índice de Comércio Intra-Indústria para o Fluxo Comercial Entre Brasil e os Demais Países do Mercosul

4.3.1 Evolução do comércio Intra-Indústria para o fluxo comercial entre Brasil e Argentina

Analisando a evolução do comércio inter e intra-industrial entre Brasil e Argentina entre 1990 e 2004, Figura 6, constatou-se que, entre 1990 e 1994, tanto o comércio interindústria (CEI) quanto o comércio intra-indústria (CII) mantiveram tendência de crescimento em seus fluxos, com o CEI apresentando tendência superior ao do comércio intra-indústria. A partir de 1995, esse padrão seria

revertido e, desde então, o CII passaria a exibir valores sempre superiores ao CEI. Tal resultado sugere que o intercâmbio bilateral entre Brasil e Argentina foi beneficiado pela formação do Bloco e eliminação de barreiras comerciais.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 - Fluxo de comércio inter e intra-indústria entre Brasil e Argentina.

Após anos de consecutivos crescimentos no fluxo de comércio inter e intra-indústria, em 1999, quando a moeda brasileira sofre forte desvalorização e a Argentina enfrenta problemas de recessão, o comércio, de maneira geral, sofre redução. Este impacto foi mais forte no CII, que caiu de um montante de US\$ 9 milhões em 1998 para US\$ 6 milhões em 1999, contra uma queda no comércio interindústria de US\$ 5 milhões em 1998 para US\$ 4 milhões em 1999. Desde então, o fluxo de comércio total entre Brasil e Argentina continuaria caindo, variando de intensidade entre os setores e os países, voltando a crescer somente no ano de 2003, seguindo essa tendência em 2004.

Os valores do índice GL para o comércio entre Brasil e Argentina, calculados de acordo com a metodologia proposta por Grubel e Lloyd (1975), são apresentados na Tabela 3. O período de análise compreende os anos de 1990 a 2004, e o comércio é avaliado segundo as seções da Nomenclatura Comum da Mercosul (NCM).

Tabela 3 - Índices de comércio intra-indústria entre Brasil e Argentina

Seções	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I	0,03	0,18	0,69	0,97	0,50	0,22	0,37	0,44	0,53	0,44	0,49	0,71	0,22	0,69	0,60
II	0,08	0,16	0,15	0,15	0,15	0,15	0,14	0,19	0,13	0,15	0,13	0,10	0,09	0,10	0,11
III	0,09	0,09	0,16	0,14	0,07	0,16	0,19	0,06	0,04	0,05	0,05	0,22	0,06	0,17	0,16
IV	0,57	0,69	0,41	0,29	0,49	0,99	0,97	0,98	0,85	0,96	0,74	0,66	0,87	0,90	0,88
V	0,38	0,66	0,98	0,52	0,49	0,33	0,26	0,25	0,40	0,32	0,23	0,34	0,29	0,33	0,37
VI	0,91	0,87	0,68	0,54	0,58	0,59	0,69	0,69	0,72	0,81	0,81	0,85	0,85	0,81	0,83
VII	0,96	0,53	0,44	0,39	0,50	0,74	0,76	0,65	0,74	0,73	0,80	0,97	0,79	0,93	0,95
VIII	0,01	0,02	0,04	0,04	0,04	0,04	0,09	0,06	0,11	0,16	0,18	0,19	0,24	0,18	0,20
IX	0,34	0,44	0,05	0,05	0,10	0,72	0,89	0,98	0,70	0,54	0,76	0,68	0,51	0,47	0,86
X	0,57	0,38	0,15	0,09	0,17	0,61	0,60	0,64	0,70	0,58	0,67	0,54	0,84	0,63	0,55
XI	0,38	0,89	0,60	0,68	0,95	0,75	0,80	0,87	1,00	0,98	0,78	0,73	0,99	0,42	0,50
XII	0,00	0,82	0,05	0,16	0,37	0,65	0,82	0,95	0,63	0,19	0,01	0,02	0,08	0,02	0,01
XIII	0,56	0,65	0,38	0,32	0,41	0,70	0,48	0,50	0,42	0,25	0,18	0,22	0,40	0,23	0,25
XIV	0,00	0,01	0,01	0,03	0,18	0,57	0,46	0,35	0,09	0,36	0,06	0,01	0,30	0,15	0,19
XV	0,00	0,37	0,13	0,18	0,15	0,29	0,34	0,34	0,40	0,43	0,42	0,50	0,88	0,64	0,38
XVI	0,95	0,69	0,42	0,42	0,46	0,76	0,61	0,67	0,60	0,57	0,48	0,59	1,00	0,53	0,38
XVII	0,95	0,59	0,40	0,69	0,80	0,86	0,96	0,91	0,87	0,95	0,93	0,69	0,58	0,76	0,56
XVIII	0,00	0,99	0,41	0,33	0,24	0,45	0,52	0,41	0,47	0,50	0,85	1,00	0,88	0,96	0,99
XIX	0,00	0,00	0,00	0,12	0,60	0,46	0,48	0,29	0,19	0,15	0,11	0,12	0,17	0,09	0,12
XX	0,64	0,66	0,11	0,11	0,17	0,76	0,75	0,65	0,63	0,28	0,18	0,16	0,54	0,29	0,15
XXI	0,25	0,00	0,96	0,00	0,96	0,71	0,44	0,07	0,06	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,44	0,47	0,38	0,43	0,48	0,55	0,59	0,63	0,63	0,61	0,56	0,56	0,58	0,58	0,53
seções*	0,75	0,61	0,39	0,48	0,57	0,71	0,76	0,77	0,76	0,76	0,71	0,68	0,79	0,71	0,61

Fonte: Dados da Pesquisa.

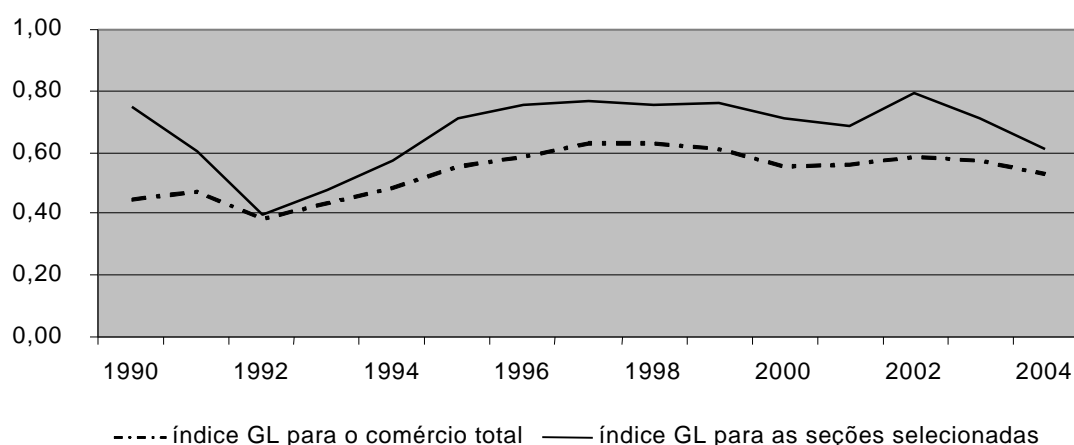
*Seções selecionadas considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, através das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Nota: A descrição referente a cada seção é apresentada na Tabela A7do Anexo.

Os índices para o fluxo de comércio total Brasil/Argentina variaram entre 0,38 e 0,63 ao longo de todo o período analisado. Até 1994, ano da efetiva formação do Mercosul, o índice manteve-se abaixo de 0,50, predominando, portanto, a presença do comércio interindústria. Entretanto, a partir de 1995 o índice passa a apresentar-se com valores maiores, que tenderiam a se manter até 1998. No início de 1999, com a desvalorização cambial no Brasil e a recessão da economia argentina a partir da segunda metade de 1998, o índice passou a apresentar reduções, mas mantendo-se sempre acima de 0,50.

O aumento ocorrido no índice, desde 1995, foi o suficiente para que o comércio total entre Brasil e Argentina passasse a ser caracterizado como do tipo intra-indústria até o fim do período, mesmo diante de pequenas quedas após 1998.

Vale ressaltar, como mostrado na Figura 7, que os índices GL, calculados para as seções selecionadas² que agregam atividades industriais mais complexas, tendem a apresentar valores mais altos que aqueles calculados para o fluxo de comércio total que envolve todos os setores (manufaturados ou não). Isso ocorre porque o comércio intra-indústria baseia-se nas trocas de bens semelhantes entre os países, o que requer diferenciação e, portanto, algum grau de industrialização do produto, que, por sua vez, tende a aumentar quanto mais diferenciado for este.



² As seções selecionadas envolvem as seções IV a XVII (exceto V, IX, XIII e XIV).

Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 7 - Evolução dos índices de comércio intra-indústria entre Brasil e Argentina, para o comércio total e seções selecionadas.

Além disso, chama-se a atenção da magnitude dos valores apresentados pelo índice GL à classificação adotada, objetivando verificar a tendência geral do comércio intra-indústria entre os países ao longo do período. Esses valores tendem a diminuir com a desagregação das seções, por exemplo, em capítulos, da NCM.

Analisando de forma desagregada as seções, verificam-se tendências distintas ao longo dos anos. Das 21 seções consideradas, somente a seção VI (produtos das indústrias químicas ou conexas) apresentou comércio estritamente intra-industrial, com índices variando entre 0,54 e 0,91. Após 1998, os índices encontrados nessa seção mantiveram valores acima de 0,80, indicando, portanto, a predominância do comércio intra-industrial. As seções XI (materiais têxteis e suas obras) e XVII (materiais de transporte) também apresentaram índices predominantemente acima de 0,5, com exceção dos anos de 1990 e 2000, para a seção XI, e de 1992, para a seção XVII.

De forma contrária, as seções II (produtos do reino vegetal), III (gorduras e óleos animais ou vegetais) e VIII (peles, couros e obras destas matérias) exibiram índices inferiores a 0,5 ao longo de todo o período, com valores que não ultrapassaram, na grande maioria dos anos, 0,20, revelando, portanto, um fluxo comercial estritamente interindústria. As seções XIV (pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes) e XIX (armas e munições) também exibiram índices predominantemente abaixo de 0,5, com exceção de apenas um ano cada uma.

As seções IX (madeira, carvão vegetal e obras de madeira) e X (pastas de madeira ou de matérias fibrosas celulósicas), que até 1994 exibiram índices predominantemente inferiores a 0,5, apresentaram valores no ano de 1995 suficientes para que o comércio entre Brasil e Argentina nessas seções passasse a ser considerado do tipo intra-indústria. A seção XVIII (instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos,

etc.) também exibiu valores mais elevados do índice GL, mas esse aumento deu-se no ano de 2000. A partir de então o índice manteve valores acima de 0,85, indicando a predominância do comércio intra-industrial nessa seção.

Já as seções V (produtos minerais), XIII (obras de pedra, gesso e cimento), e XXI (objetos de arte), após variação indefinida nos valores do índice GL, no início do período, passaram a apresentar, a partir de 1995, tendência decrescente, o que levou a caracterizar o comércio nessas seções como sendo do tipo interindústria.

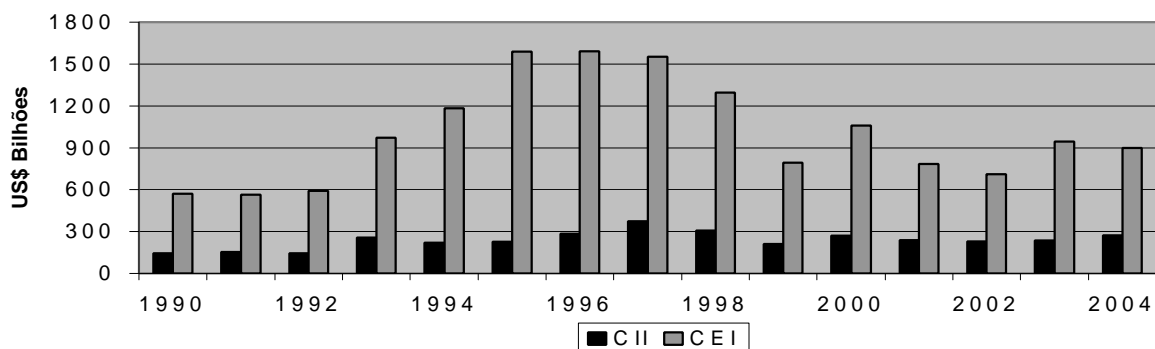
Nas seções selecionadas, foram consideradas aquelas que agregam os setores manufaturados e semimanufaturados, verificando-se que, após um início indefinido no padrão de comércio dessas seções, entre 1990 e 1994, o índice GL passou a apresentar tendência estável em seus valores, mantendo-se na maioria dos anos acima de 0,70. As demais seções (I, VII, XII, XV, XVI, e XX) mostraram oscilações no valor do índice ao longo de todo o período, não caracterizando, portanto, nenhum padrão específico de comércio, seja inter ou intra-industrial.

Em síntese, o padrão de comércio total entre Brasil e Argentina apresentou-se predominantemente do tipo intra-industrial, após a formação do Mercosul, em 1994. O número de seções, em que se verifica o comércio intra-indústria, apesar de ter se mantido em torno de nove seções, no final do período, é superior ao número de seções observadas com relação aos demais países do Mercosul (Paraguai e Uruguai). Várias seções apresentaram padrão de comércio indefinido.

4.3.2 Evolução do Índice de Comércio Intra-Indústria Para o Fluxo Comercial entre Brasil e Paraguai

O comércio bilateral entre Brasil e Paraguai, Figura 8, mostra-se menos complexo quando comparado ao fluxo comercial entre Brasil e Argentina. Ao longo de todo o período, verificou-se a superioridade do fluxo de CEI em relação ao CII. Enquanto o CEI chegou a alcançar fluxos de US\$ 1.592 bilhão, em 1996, o CII não ultrapassou US\$ 374 milhões em 1997. Isso indica que o comércio entre Brasil e Paraguai manteve-se, predominantemente, baseado nas vantagens comparativas

de cada país, e que as trocas realizadas envolviam bens sensivelmente diferentes entre si.



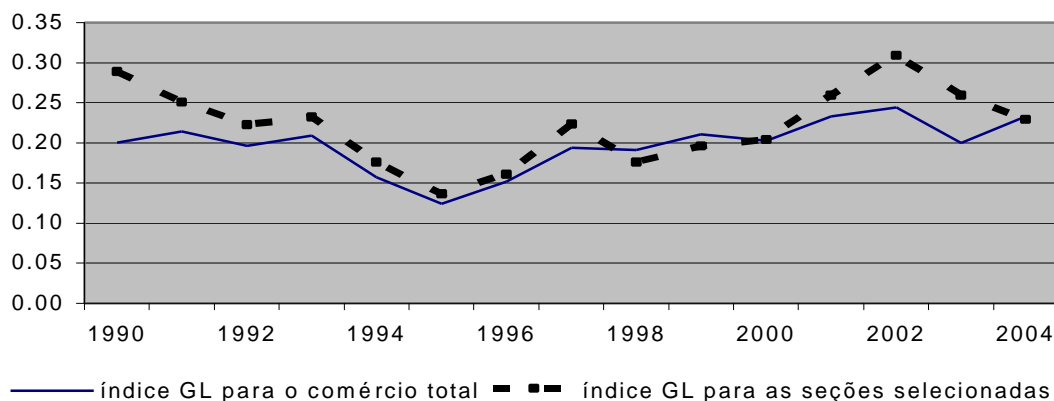
Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 8 – Fluxo de comércio inter e intra-indústria entre Brasil e Paraguai.

Considerando o fluxo de comércio interindustrial entre os países, constatou-se que, após anos consecutivos de tendência crescente, o ano de 1997 apresentou uma queda em torno de 2,63%. Essa tendência se seguiria até 1999, com o fluxo de comércio interindústria igual a US\$ 793 milhões. A partir de então, este comércio manter-se-ia oscilando de ano em ano até o fim do período.

Já o fluxo de comércio total intra-indústria manteve-se estável ao longo de todo período, variando de US\$ 143 milhões, em 1990, a US\$ 374 milhões, em 1997.

O índice GL calculado para o fluxo de comércio total entre Brasil e Paraguai, Figura 9, não ultrapassou 0,30, oscilando ao longo de todo período, o que indica que apenas 30% do comércio total entre os dois países, nos anos de 1990 a 2004, foi do tipo intra-indústria, enquanto o CEI foi responsável por 70% desse intercâmbio. Tal fato revela a predominância do comércio interindustrial, mesmo após a criação do Mercosul, reforçando os resultados já apresentados pelos índices de Orientação Regional (Figura 5).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 9 - Evolução dos índices de comércio intra-indústria entre Brasil e Paraguai.

No caso das seções selecionadas, todos os índices de CII mostraram-se inferiores a 0,50, o que reforça a constatação de que o intercâmbio entre Brasil e Paraguai é predominantemente do tipo interindústria e, portanto, baseado nas vantagens comparativas de cada país.

Com relação às 21 seções analisadas, Tabela 4, verificou-se que as seções VIII (peles, couros, peleteria e obras destas matérias) e XI (matérias têxteis e suas obras) exibiram índices acima de 0,50, sendo, portanto, as únicas a apresentar padrão de comércio estritamente intra-industrial. As seções III (gorduras e óleos animais e vegetais), IV (produtos das indústrias alimentares) e IX (madeira, carvão vegetal e obras de madeira) passaram a apresentar índices crescentes após a formação do Mercosul, alcançando, em alguns anos, índices acima de 0,5. A seção XV (metais comuns e suas obras) também mostrou índices GL crescentes, a partir da formação do Bloco. Entretanto, esses aumentos não foram suficientes para que o índice passasse de 0,20, mantendo-se, na grande maioria dos anos, entre 0,10 e 0,13. As demais seções exibiram índices extremamente baixos, oscilando de forma aleatória e incipiente.

Tabela 4 - Índices de Comércio intra-indústria entre Brasil e Paraguai

Seções	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I	0,00	0,04	0,72	0,29	0,19	0,30	0,32	0,21	0,19	0,39	0,25	0,53	0,23	0,29	0,28
II	0,12	0,43	0,22	0,68	0,14	0,11	0,16	0,12	0,40	0,20	0,15	0,09	0,10	0,06	0,26
III	0,02	0,01	0,02	0,01	0,05	0,04	0,13	0,16	0,29	0,46	0,97	0,99	0,44	0,55	0,83
IV	0,04	0,01	0,02	0,01	0,01	0,04	0,19	0,37	0,15	0,21	0,27	0,63	0,92	0,92	0,82
V	0,00	0,00	0,02	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,19	0,00	0,03	0,07	0,11
VI	0,70	0,33	0,19	0,35	0,06	0,07	0,05	0,07	0,06	0,10	0,09	0,10	0,12	0,11	0,07
VII	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,03	0,04	0,07	0,09	0,06	0,04	0,07
VIII	0,61	0,73	0,32	0,42	0,54	0,61	1,00	0,62	0,58	0,76	0,30	0,58	0,46	0,60	0,44
IX	0,05	0,06	0,04	0,05	0,08	0,11	0,12	0,18	0,35	0,89	0,46	0,42	0,58	0,71	0,71
X	0,04	0,05	0,08	0,04	0,10	0,17	0,12	0,11	0,05	0,06	0,04	0,03	0,02	0,03	0,03
XI	0,53	0,61	0,68	0,74	0,72	0,59	0,56	0,86	0,86	0,80	0,77	0,99	0,75	0,81	0,80
XII	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XIII	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,02	0,00
XIV	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,03	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XV	0,01	0,00	0,01	0,02	0,20	0,06	0,11	0,10	0,11	0,03	0,10	0,13	0,17	0,13	0,24
XVI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,04	0,13	0,01	0,00
XVII	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XVIII	0,03	0,00	0,02	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,14	0,06	0,06	0,03	0,02	0,02	0,02
XIX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,08	0,02	0,02	0,05	0,02	0,01	0,03	0,06
XXI	-	0,00	-	0,05	-	-	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,20	0,21	0,20	0,21	0,16	0,12	0,15	0,19	0,19	0,21	0,20	0,23	0,24	0,20	0,23
Seções*	0,29	0,25	0,22	0,23	0,18	0,14	0,16	0,22	0,18	0,20	0,20	0,26	0,31	0,26	0,23

Fonte: Dados da pesquisa.

*Seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, através das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

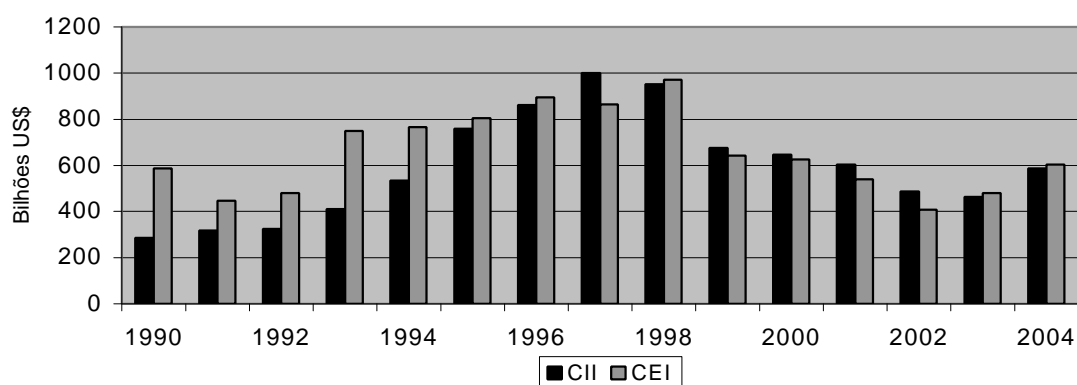
Nota: A descrição referente a cada seção é apresentada na Tabela A7 do Anexo.

É importante lembrar que as seções selecionadas, por conterem produtos que exigem atividades industriais mais complexas, tiveram peso importante na definição do padrão de comércio entre Brasil e Paraguai e ao apresentarem índices baixos ao longo de todo o período, influenciaram significativamente para que o intercâmbio de comércio entre os países fosse do tipo interindústria.

Em resumo, verificou-se que o padrão de comércio total entre Brasil e Paraguai foi absolutamente interindustrial. Das 21 seções analisadas, apenas duas (VIII e XI) apresentaram índices estritamente acima de 0,50. Nem mesmo nas seções que envolvem atividades industriais mais complexas observaram-se grandes aumentos no valor dos índices GL.

4.3.3 Evolução do Comércio Intra-Indústria para o Fluxo Comercial entre Brasil e Uruguai

Na Figura 10 é apresentada a evolução do comércio inter e intra-industrial entre Brasil e Uruguai de 1990 a 2004. Observa-se que, até 1996, o comércio interindústria (CEI) mostrou-se com maiores valores em relação ao CII. Contudo, apesar de o CII ser sempre menor, ele manteve-se em constante crescimento. Tal fato levou-o a ultrapassar o CEI em 1997, tornando-se maior e predominante em todo o restante do período.

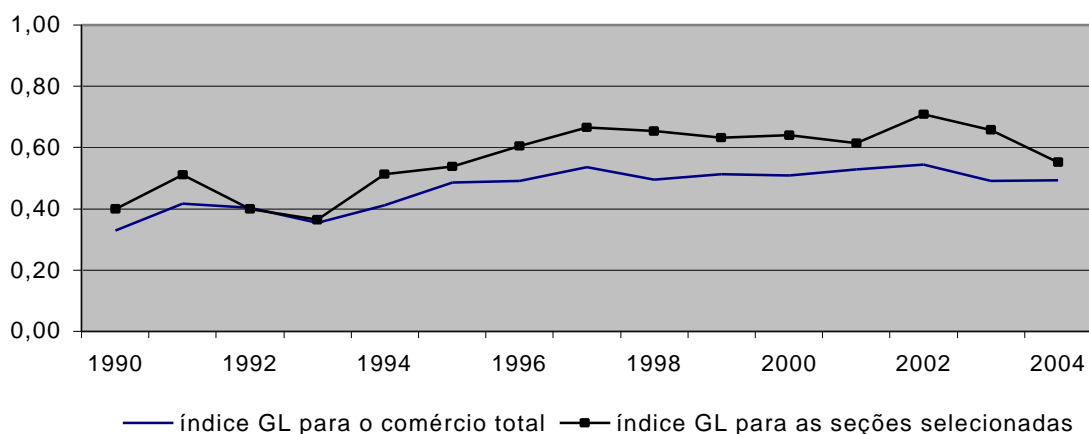


Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 10 - Fluxo de comércio inter e intra-indústria entre Brasil e Uruguai.

Depois de alcançarem volumes de comércio acima de US\$ 950 milhões, em 1999, ano em que a moeda brasileira teve forte desvalorização, ambos os tipos de comércio, inter e intra-indústria, sofreriam bruscas reduções. A partir de então, os fluxos desses tipos de comércio voltariam a apresentar taxas positivas de crescimento apenas nos anos de 2003 e 2004.

Considerando o índice GL para o fluxo bilateral de comércio Brasil-Uruguai, Figura 11, verificou-se que, ao longo do período, o índice de CII teve pequeno crescimento até 1997/98 mantendo uma tendência estável a partir daí, predominando na maioria dos anos o comércio caracterizado como interindustrial. Apenas no ano de 1997 e entre 1999 e 2002 o fluxo de comércio total foi estritamente intra-industrial, com índice GL acima de 0,50.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 11- Evolução dos índices de comércio intra-indústria entre Brasil e Uruguai.

Na verdade, o comércio entre esses países manteve-se no limiar da classificação entre comércio intra e interindústria, evidenciando que, de forma geral, o comércio entre eles se dividiu em 50% intra-indústria e 50% interindústria, ao longo de todo o período.

Para as seções selecionadas, o índice de comércio intra-indústria entre Brasil e Uruguai cresceu o suficiente para que o comércio, caracterizado como interindustrial, entre os anos de 1990 e 1994, passasse a ser do tipo intra-industrial, a partir de 1995. Desde então, o índice GL variou entre 0,55 e 0,63, o que indica que mais de 50% do comércio entre Brasil e Uruguai nas seções que

envolvem atividades industriais mais complexas caracterizou-se como sendo do tipo intra-indústria, baseado, portanto, na diferenciação da produção e nos ganhos de escala.

Fazendo uma análise desagregada das seções da NCM, Tabela 5, destacam-se as seções VI (produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas) e VII (plásticos, borrachas e suas obras), uma vez que, além de serem as únicas a apresentar padrão de comércio predominantemente intra-indústria, entre todas as seções analisadas, mantiveram, na maioria dos anos, índices de comércio intra-indústria variando entre 0,80 e 0,90. Já a seção X (pastas de madeira ou de matérias fibrosas celulósicas) apresentou índices com tendência crescente após a formação do Mercosul, num montante suficiente para que o comércio nessa seção passasse a ser caracterizado como intra-industrial ao longo do restante do período. O contrário ocorreu nas seções XII (calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante) XIII (obras de pedra, gesso, cimento, amianto, vidro e suas obras), e XX (mercadorias e produtos diversos), que, após a formação do Mercosul, passaram a apresentar tendência decrescente nos índices de comércio intra-indústria, de forma que o comércio nessas seções, muitas vezes caracterizado com intra-industrial, passasse a ser do tipo interindústria.

Tabela 5 - Índices de comércio intra-indústria entre Brasil e Uruguai

Seções	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I	0,01	0,03	0,19	0,23	0,10	0,07	0,08	0,10	0,09	0,16	0,14	0,33	0,15	0,31	0,49
II	0,33	0,29	0,48	0,47	0,47	0,55	0,35	0,41	0,30	0,42	0,40	0,37	0,33	0,18	0,22
III	0,32	0,28	0,28	0,65	0,44	0,76	0,71	0,75	0,57	0,61	0,41	0,67	0,68	0,87	0,45
IV	0,64	0,85	0,49	0,39	0,76	0,92	0,59	0,74	0,72	0,48	0,30	0,29	0,51	0,42	0,31
V	0,60	0,01	0,09	0,00	0,00	0,63	0,92	0,44	0,20	0,25	0,57	0,67	0,50	0,61	0,88
VI	0,63	0,80	0,99	0,78	0,84	0,92	0,79	0,98	0,89	0,86	0,85	0,97	0,93	0,99	0,96
VII	0,94	0,84	0,87	0,87	0,91	0,87	0,94	0,88	0,92	0,84	0,93	0,90	0,72	0,73	0,86
VIII	0,10	0,34	0,24	0,19	0,24	0,27	0,39	0,38	0,58	0,39	0,87	0,52	0,76	0,98	0,78
IX	0,00	0,06	0,00	0,00	0,01	0,00	0,06	0,07	0,09	0,07	0,03	0,34	0,05	0,06	0,02
X	0,41	0,33	0,42	0,06	0,04	0,25	0,81	0,93	0,80	0,55	0,67	0,65	1,00	0,96	0,78
XI	0,34	0,73	0,69	0,83	0,87	0,79	0,76	0,64	0,75	0,92	0,97	0,68	0,49	0,42	0,49
XII	0,21	0,74	0,24	0,16	0,29	0,66	0,24	0,18	0,10	0,09	0,05	0,08	0,05	0,04	0,02
XIII	0,81	0,76	0,97	0,69	0,64	0,72	0,69	0,59	0,38	0,19	0,11	0,05	0,08	0,07	0,05
XIV	0,27	0,36	0,26	0,60	0,03	0,06	0,12	0,03	0,09	0,06	0,43	0,78	0,45	0,37	0,19
XV	0,40	0,35	0,18	0,16	0,24	0,36	0,43	0,87	0,53	0,56	0,44	0,51	0,67	0,56	0,48
XVI	0,23	0,20	0,10	0,06	0,11	0,15	0,16	0,55	0,55	0,29	0,21	0,25	0,20	0,25	0,17
XVII	0,03	0,02	0,04	0,07	0,31	0,19	0,41	0,19	0,33	0,65	0,60	0,51	0,90	0,52	0,11
XVIII	0,47	0,51	0,19	0,23	0,42	0,65	0,74	0,40	0,53	0,52	0,63	0,93	0,83	0,93	0,91
XIX	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XX	0,66	0,87	0,44	0,24	0,66	0,97	0,94	0,81	0,67	0,23	0,16	0,15	0,23	0,29	0,22
XXI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,33	0,42	0,40	0,35	0,41	0,49	0,49	0,54	0,49	0,51	0,51	0,53	0,54	0,49	0,49
seções*	0,40	0,51	0,40	0,36	0,51	0,54	0,60	0,67	0,65	0,63	0,64	0,62	0,71	0,66	0,55

Fonte: Dados da pesquisa.

*Seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, através das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

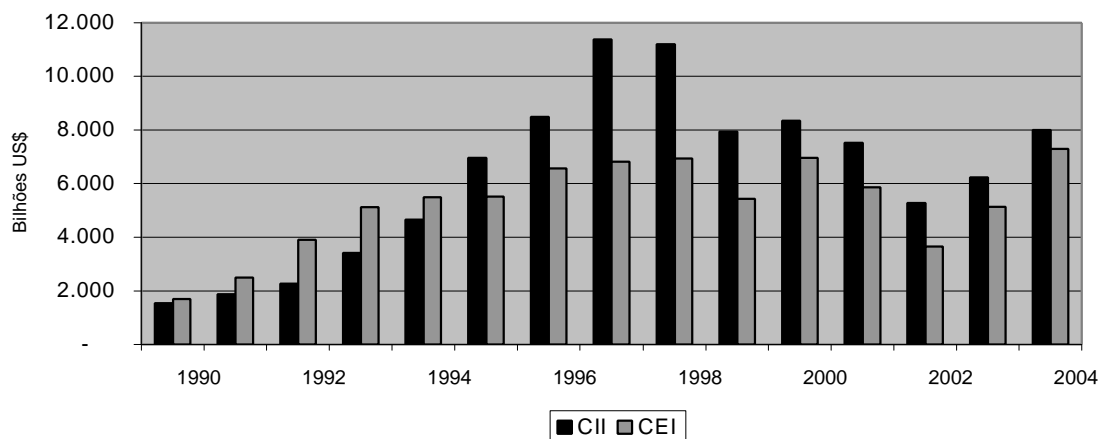
Nota: A descrição referente a cada seção é apresentada na Tabela A7 do Anexo.

As seções I, IX, XIX e XXI apresentaram padrão de comércio estritamente interindustrial, com destaque para as seções XIX (armas e munições) e XXI (objetos de arte) que, ao longo de todo período, exibiram índices iguais a zero, exceto nos anos de 1990 e 1997, respectivamente. Tal fato indica que o comércio Brasil-Uruguai nessas seções baseia-se predominantemente, nas vantagens comparativas de cada país. As seções II (produtos do reino vegetal), XIV (pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas e semipreciosas e semelhantes) e XVI (máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes) também apresentaram, na maioria dos anos, índices de comércio intra-indústria inferiores a 0,50. Entretanto, em nenhum momento esses índices mostraram valores iguais a zero. As demais seções da NCM exibiram oscilações, não caracterizando nenhum padrão específico de comércio.

Enfim, o fluxo de comércio total entre Brasil e Uruguai esteve sempre no limiar entre o comércio inter e intra-industrial, com índices variando sempre próximo a 0,50, especialmente após a formação do Mercosul. Entretanto o número de seções com índices GL acima de 0,50 permaneceu o mesmo (seis seções). Apenas duas seções (VI e VII) mantiveram índices estritamente intra-industriais, ao longo de todo período. As seções que agregam atividades industriais mais complexas apresentaram resultados mais significativos, com índices acima de 0,60 na maior parte do período e, principalmente, após 1994.

4.3.4 Evolução do Índice de Comércio Intra-Indústria para o Fluxo Comercial entre Brasil e o Mercosul

Observa-se, na Figura 12, que o comércio interindustrial entre Brasil e Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai, conjuntamente), que vinha se mantendo acima do CII até 1994, passou a ser inferior a partir de 1995, não mais superando o CII ao longo do restante do período. A superioridade do CII atingiu seu máximo no ano de 1997, com um volume de comércio acima de US\$ 11 bilhões contra US\$ 6.816 bilhões do CEI. Os anos de 1997 e 1998 apresentaram os maiores volumes do CII, ambos acima de US\$ 10 bilhões.



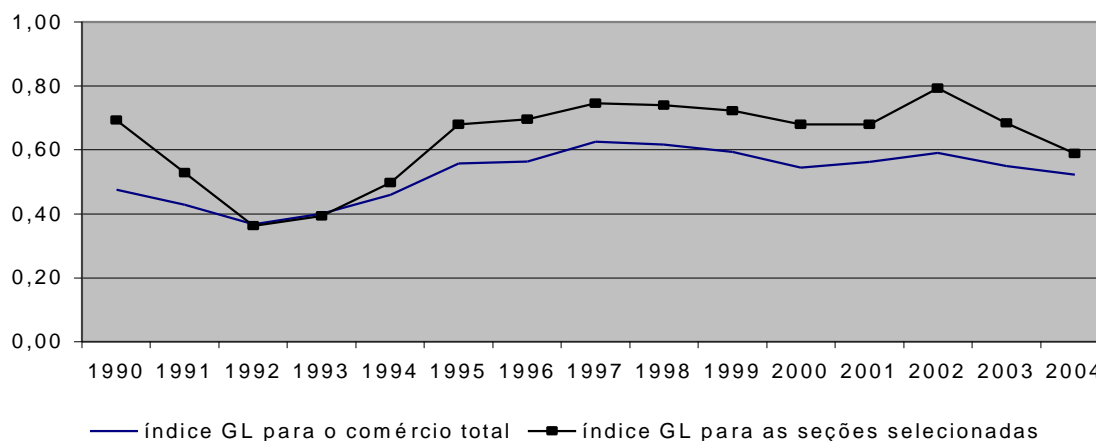
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 12 - Fluxo de comércio inter e intra-indústria entre Brasil e Mercosul.

Em 1999, o CII sofreu brusca queda, mantendo taxas decrescentes até 2002. O CEI, que vinha apresentando taxas positivas de crescimento até 1998, caiu em 1999 e, a partir daí, voltaria a crescer somente em 2003.

A análise do comércio inter e intra-indústria entre Brasil/Mercosul, de 1990 a 2004, leva à conclusão de que o intercâmbio comercial brasileiro com os demais países do Bloco apresentou tendência de aumento do comércio intra-indústria, que terminaria por superar o CEI.

Na Figura 13 é mostrada a evolução do índice de comércio intra-indústria para o fluxo de comércio total e para as seções selecionadas entre Brasil e os demais países-membro do Mercosul. O índice GL para o fluxo de comércio total, que antes da formação do Bloco mantinha-se abaixo de 0,50, evidenciando um fluxo de comércio do tipo inter-indústria, passou a apresentar constante crescimento após a criação do Mercosul, tornando, assim, o intercâmbio comercial brasileiro intrabloco predominantemente do tipo intra-indústria.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 13 - Evolução dos índices de comércio intra-indústria entre Brasil e Mercosul.

O padrão de comércio entre Brasil e Mercosul, para as seções selecionadas, foi na maioria dos anos estritamente intra-industrial, com índices GL acima de 0,50, exceto entre 1991 e 1992, que apresentaram índices de 0,43 e 0,37, respectivamente. Contudo, após a formação do Bloco os índices mantiveram, em geral, valores superiores a 0,68, revelando que após a criação do Mercosul, mais de 68% do comércio intrabloco deu-se na forma intra-industrial, em que o comércio é realizado com base na diferenciação dos produtos e nos ganhos de escala.

Analisando de forma desagregada as seções da NCM, Tabela 6, observam-se comportamentos distintos e, muitas vezes, sem tendência definida em várias seções. Das 21 seções apresentadas, apenas a seção XI (materiais têxteis e suas obras) evidenciou padrão de comércio estritamente intra-industrial, com índices, na maior parte do período, acima de 0,75. As seções VI (produtos das indústria químicas ou das indústrias conexas) e VII (plásticos, borrachas e suas obras) também apresentaram padrão de comércio predominantemente do tipo intra-indústria, com exceção de um ano para cada seção.

Tabela 6 – Índices de Comércio Intra-indústria entre Brasil e Mercosul

Seções	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I	0,02	0,14	0,87	0,84	0,37	0,19	0,30	0,35	0,39	0,39	0,41	0,62	0,20	0,54	0,53
II	0,13	0,19	0,20	0,20	0,21	0,21	0,19	0,24	0,18	0,20	0,17	0,13	0,12	0,11	0,14
III	0,13	0,11	0,19	0,19	0,11	0,22	0,29	0,11	0,11	0,14	0,15	0,42	0,23	0,39	0,47
IV	0,99	0,41	0,25	0,16	0,33	0,60	0,64	0,66	0,66	0,68	0,52	0,61	0,98	0,99	0,94
V	0,33	0,56	0,87	0,70	0,69	0,45	0,33	0,33	0,44	0,37	0,26	0,37	0,35	0,37	0,44
VI	0,96	0,84	0,65	0,47	0,52	0,54	0,60	0,64	0,68	0,77	0,76	0,79	0,79	0,75	0,76
VII	0,77	0,50	0,46	0,40	0,47	0,69	0,68	0,59	0,70	0,74	0,78	0,97	0,88	0,90	0,91
VIII	0,08	0,13	0,13	0,12	0,13	0,09	0,15	0,17	0,23	0,23	0,33	0,64	0,62	0,42	0,48
IX	0,84	0,30	0,04	0,03	0,07	0,53	0,93	0,83	0,57	0,43	0,64	0,74	0,75	0,58	0,97
X	0,89	0,33	0,17	0,08	0,14	0,51	0,58	0,63	0,64	0,52	0,60	0,49	0,75	0,61	0,52
XI	0,81	0,80	0,62	0,56	0,91	0,89	0,89	0,92	0,96	0,93	0,75	0,76	0,96	0,52	0,60
XII	0,59	0,29	0,07	0,06	0,18	0,91	0,86	0,82	0,49	0,15	0,02	0,02	0,05	0,02	0,01
XIII	0,85	0,46	0,33	0,29	0,35	0,51	0,37	0,38	0,32	0,19	0,13	0,15	0,24	0,16	0,17
XIV	0,38	0,01	0,03	0,04	0,10	0,34	0,39	0,20	0,09	0,33	0,11	0,11	0,61	0,46	0,40
XV	0,10	0,32	0,13	0,16	0,14	0,26	0,31	0,37	0,38	0,41	0,38	0,47	0,79	0,58	0,38
XVI	0,73	0,53	0,34	0,32	0,37	0,60	0,50	0,60	0,54	0,51	0,44	0,53	0,83	0,46	0,34
XVII	0,54	0,45	0,35	0,58	0,72	0,97	0,97	0,99	0,93	0,99	0,97	0,74	0,64	0,73	0,54
XVIII	0,60	0,81	0,35	0,27	0,22	0,42	0,47	0,36	0,44	0,47	0,80	0,95	0,97	0,92	0,93
XIX	0,02	0,00	0,00	0,07	0,08	0,07	0,14	0,12	0,11	0,11	0,08	0,12	0,11	0,08	0,12
XX	0,88	0,51	0,15	0,12	0,28	0,73	0,69	0,60	0,56	0,23	0,16	0,14	0,33	0,24	0,15
XXI	0,38	0,00	0,98	0,15	0,94	0,40	0,25	0,06	0,05	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,48	0,43	0,37	0,40	0,46	0,56	0,56	0,63	0,62	0,59	0,55	0,56	0,59	0,55	0,52
Seções*	0,69	0,53	0,36	0,39	0,50	0,68	0,70	0,75	0,74	0,72	0,68	0,68	0,79	0,68	0,59

Fonte: Dados da pesquisa.

*Seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, através das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Nota: A descrição referente a cada seção é apresentada na Tabela A7 do Anexo.

As seções VIII (peles, couros, peleteria e obras destas matérias) IX (madeira, carvão vegetal e obras de madeira) e X (pastas de madeira ou de matérias fibrosas celulósicas) apresentaram índices com tendência crescente após a criação do Mercosul. O contrário ocorreu nas seções XII (calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante) e XIII (obras de pedra, gesso, cimento, amianto, vidro e suas obras), que, após a formação do Bloco, passaram a apresentar constantes quedas nos valores do índice, de forma que o comércio nessas seções, muitas vezes caracterizado como intra-industrial, passasse a ser do tipo interindústria. As seções XVII (material de transporte) e XVIII (instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, aparelhos médicos etc.) comportaram-se, muitas vezes de forma instável, oscilando entre o padrão de comércio intra e interindústria ao longo dos anos.

As seções II, III, XIV, XV e XIX apresentaram padrão de comércio estritamente interindustrial, o que indica que nelas o comércio Brasil-Mercosul foi predominantemente baseado em vantagens comparativas. Vale ressaltar que essas seções (exceto a XV) envolvem setores menos industrializados e portanto, de menor valor agregado. As demais seções mostraram muitas oscilações ao longo de todo o período analisado, não caracterizando nenhum padrão específico de comércio.

Ao analisar o fluxo total de comércio, entre Brasil e o Mercosul, verificou-se uma tendência crescente, mas muitas oscilações nos índices de comércio intra-indústria, com a análise desagregada das seções expondo instabilidades, falta de tendência e até mesmo acomodação nos índices de várias seções.

4.4 Intercâmbio Comercial entre Brasil e os Países-membro do Mercosul em Subperíodos Seleccionados

4.4.1 Intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina para os Subperíodos Seleccionados

Com intuito de obter uma visão geral do nível de competitividade no comércio entre Brasil/Mercosul, bem como precisar o tipo de especialização

comercial entre as indústrias de cada país, perante as diversas alterações no comércio intrabloco, utilizou-se a metodologia proposta por Correa e Loes (1996) e Gualda (1999), em que o indicador de competitividade das indústrias é dado pela relação entre o tipo de especialização comercial (intra ou interindustrial) e o saldo da balança comercial.

Visando captar da melhor forma os impactos das diversas alterações e crises vividas pelos países-membro do Mercosul, a análise do fluxo de comércio foi realizada considerando-se o comércio entre Brasil e Argentina (principal parceiro comercial do Brasil no Mercosul) e Brasil e o conjunto dos demais países-membro do Bloco. Os dados referentes ao comércio Brasil/Paraguai e Brasil /Uruguai encontram-se nas Tabelas A8, A9, A10 e A11 do Anexo. Além disso, foram examinados três subperíodos: 1990 a 1994, período que representa a etapa de implantação do Mercosul; 1995 a 1999, período em que o Bloco passa de Área de Livre Comércio para União Aduaneira, mas, ao mesmo tempo, a moeda brasileira sofre forte desvalorização; e 2000 a 2004, período em que a Argentina passa por profunda recessão econômica e o Bloco sofre com divergências de objetivos entre seus membros.

Observa-se, pela Tabela 7, que o padrão do comércio total entre Brasil e Argentina nos anos de 1990 a 1994 foi do tipo interindústria (GL igual a 0,44). Assim, para as 21 seções apresentadas, o padrão de comércio acumulado, em cada seção, foi quase que predominantemente interindustrial. Apenas as seções V, VI, XI, XVI, XVII, e XXI exibiram índices acima de 0,5, o que indica um padrão de comércio do tipo intra-indústria. De forma contrária, o comércio total nas seções selecionadas (que envolvem bens manufaturados), exibiu índice GL ligeiramente acima de 0,5, revelando a predominância do padrão de comércio intra-industrial.

Tabela 7 - Intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina nos subperíodos selecionados

	1990-94				1995-99				2000-04			
	X	M	SBC	GL	X	M	SBC	GL	X	M	SBC	GL
I -	307	706	-399	0,50	552	2.191	-1.639	0,40	352	968	-616	0,53
II -	299	3.922	-3.623	0,14	585	7.185	-6.600	0,15	339	5.923	-5.584	0,11
III -	16	308	-293	0,10	47	1.194	-1.147	0,08	21	410	-390	0,10
IV -	498	190	307	0,46	996	1.063	-68	0,95	889	758	131	0,80
V -	741	1.357	-616	0,56	850	4.784	-3.935	0,30	1.023	5.587	-4.564	0,31
VI -	1.281	652	629	0,67	3.270	1.786	1.484	0,71	3.580	2.532	1.047	0,83
VII -	930	306	625	0,49	1.981	1.118	863	0,72	2.273	2.143	130	0,90
VIII -	7	427	-420	0,03	23	481	-458	0,09	39	363	-323	0,20
IX -	90	10	79	0,11	205	141	64	0,77	136	158	-21	0,68
X -	620	104	516	0,21	1.324	607	716	0,63	1.070	491	579	0,63
XI -	556	441	115	0,77	1.464	1.804	-340	0,89	1.467	719	748	0,66
XII -	45	9	36	0,27	283	199	84	0,65	463	4	458	0,02
XIII -	197	68	129	0,43	414	125	289	0,46	322	43	279	0,23
XIV -	3	167	-164	0,02	16	3	13	0,32	14	1	13	0,11
XV -	1.503	146	1.356	0,18	2.733	606	2.127	0,36	2.147	753	1.394	0,52
XVI -	2.469	856	1.612	0,51	5.586	2.604	2.982	0,64	5.431	1.940	3.491	0,53
XVII -	3.120	1.536	1.584	0,66	7.199	8.626	-1.428	0,91	5.390	5.135	254	0,71
XVIII -	88	31	57	0,39	199	61	137	0,47	209	199	10	0,94
XIX -	11	1	10	0,06	12	2	10	0,30	11	1	10	0,11
XX -	143	18	125	0,20	320	141	179	0,61	310	35	276	0,20
XXI -	4	1	3	0,74	15	1	14	0,07	24	0	24	0,00
TOTAL	12.928	11.256	1.668	0,44	28.070	34.722	-6.652	0,61	25.511	28.164	-2.652	0,56
seções	11.116	4.698	6.418	0,52	25.055	18.955	6.100	0,75	22.959	15.039	7.921	0,69

Fonte: Construída com base em dados do MDIC

*seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, por meio das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Considerando o Saldo da Balança Comercial (SBC) brasileira no comércio Brasil/Argentina, no mesmo período (1990-94), constatou-se que apenas as seções I, II, III, V, VIII e XIV exibiram déficits, com a maioria das demais seções mostrando saldos positivos. Esse resultado deve-se ao fato de esse período ter representado uma importante fase de crescimento para os países, com o PIB argentino crescendo, em média a uma taxa de 8,2% e do Brasil a 2,8%.

Dentre as seis seções que apresentaram padrão de especialização intra-industrial (GL acima de 0,5), a indústria brasileira demonstrou maior poder competitivo em quase todas as seções, exceto na seção V (produtos minerais),

que apresentou déficit na BC, de US\$ 616 milhões, indicando o maior poder competitivo da indústria argentina.

Entre as demais seções que exibiram índices GL acima de 0,5, destaca-se a seção XVI (máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes), que obteve o maior saldo na BC, aproximadamente US\$1.612 bilhão, indicando o maior potencial competitivo brasileiro em relação à indústria argentina. De forma contrária, o maior déficit na BC brasileira ocorreu na seção V (produtos minerais), revelando o maior poder competitivo da Argentina nessa seção.

Entre as seções que exibiram índices GL inferiores a 0,5, e portanto apresentaram padrão de especialização do tipo interindustrial, constatou-se que novamente o Brasil exibiu maior poder competitivo nas maioria das seções naquele período. A Argentina deteve maior poder competitivo apenas nas seções II, III, VIII, e XIV, decorrente de um saldo negativo na BC brasileira nessas seções.

Para o segundo subperíodo de análise, que envolve os anos de 1995 a 1999, a expansão da atividade econômica tanto na Argentina como no Brasil resultou em um aumento no número de seções que exibiram padrão de especialização do tipo intra-indústria, passando de seis para 10 seções. As seções selecionadas também exibiram aumento no índice GL de 0,52 no primeiro subperíodo de análise, que envolve os anos de 1990 a 1994, para 0,75 no segundo subperíodo, implicando aumento no padrão de especialização do tipo intra-industrial.

Entre as seções que apresentaram GL acima de 0,5 nos anos de 1990 a 1994 (primeiro subperíodo), apenas as seções V e XXI exibiram tendência de queda no índice de CII, revertendo o padrão de comércio intra-industrial para inter-industrial. Essa queda deve-se à elevação desproporcional observada nas importações e exportações dessas seções.

As demais seções que exibiram GL maiores que 0,5 no primeiro subperíodo (IV, XI, XVI, e XXI) seguiram tendência de aumento do índice entre os anos de 1995 e 1999, passando de 0,67; 0,77; 0,51 e 0,66, respectivamente, no primeiro subperíodo, para 0,70; 0,89; 0,67; e 0,91, no segundo.

Considerando o índice GL para o fluxo de comércio total entre Brasil e Argentina, observou-se aumento de 0,44 para 0,61, o que implica que o padrão de comércio entre os países antes (primeiro subperíodo) caracterizado por ser do tipo interindústria passou a ser do tipo intra-indústria. Entretanto, nesse mesmo período, foi constatado saldo negativo na BC acima de US\$ 6 bilhões.

Analisando a competitividade das indústrias, entre 1995 e 1999, com base no tipo de especialização comercial e no saldo da BC brasileira, verifica-se que, assim como no período anterior, o Brasil apresentou-se competitivo nas dez seções que mostraram padrão de especialização do tipo intra-indústria. Dentre as seções com índices GL acima de 0,5, a Argentina mostrou maior poder competitivo em apenas três seções, IV (produtos das indústrias alimentares, líquidos alcoólicos e vinagres), XI (matérias têxteis e suas obras) e XVII (material de transporte).

Após períodos de regularidade comercial entre Brasil e Argentina, as crises internas e externas, enfrentadas pelos países, e as deficiências institucionais no processo de integração modificaram a situação, gerando um ambiente inseguro e conflitante. Foi, assim, com relação ao último subperíodo (2000 a 2004), quando se constatou uma retração no índice GL para o fluxo de comércio total entre Brasil e Argentina de 0,61 para 0,56. Além disso, constatou-se, também, queda no fluxo de exportações e queda ainda maior no fluxo de importações, o que ao final acabou beneficiando o Brasil, uma vez que houve redução no déficit da BC de US\$ 6.652 bilhões para US\$ 2.653 bilhões.

As seções XII (calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante) e XX (mercadorias e produtos diversos), que, no segundo subperíodo apresentaram padrão de comércio intra-indústria com índices GL acima de 0,60 sofreram forte queda no último subperíodo, passando a exibir padrão de especialização de comércio interindustrial com índices GL de 0,02 e 0,20, respectivamente.

Entre as seções que apresentaram padrão de comércio do tipo intra-indústria no terceiro subperíodo, somente as seções I (animais vivos) e IX (madeira, carvão vegetal e obras de madeira), com saldos negativos de US\$ 616 bilhões e US\$ 21 bilhões na BC, revelaram maior potencial competitivo da

indústria argentina. As seções II, III, V, e VII também apresentaram déficits na BC; entretanto, com o padrão de especialização predominante do tipo interindustrial. As demais seções com índices GL acima de 0,5 mantiveram, em sua maioria superávits superiores a US\$ 120 bilhões, refletindo a maior competitividade da indústria brasileira nessas seções.

Peña (2004), já havia observado que a Argentina não estaria, pelo menos no curto prazo, em condições de superar as deficiências de competitividade relativa, observadas em vários de seus setores. Portanto, seria difícil para este país admitir nessas condições a idéia de uma integração mais profunda com o Brasil, isto é, de avançar na linha de um mercado único.

De forma contrária ao fluxo de comércio total entre Brasil e Argentina, a BC para as seções selecionadas, apresentou superávit superior a US\$ 6 bilhões nos dois últimos sub-períodos. Isso revela o maior poder competitivo da indústria brasileira nas seções que envolvem atividades industriais mais complexas, quando comparadas às indústrias argentinas.

Pode-se afirmar, com base nesses resultados, que as principais economias do Mercosul, Brasil e Argentina, após 1998, apresentaram aumento das disparidades produtivas, uma redução do comércio intra-indústria e a definição de um novo padrão de intercâmbio na região. Segundo Sica (2004), o Brasil, de fato, consolidou-se como fornecedor de produtos de maior valor agregado.

Na Tabela 8 são apresentados de forma resumida, o padrão de especialização e o potencial competitivo entre Brasil e Argentina. Pode-se verificar que seja com GL superior ou inferior a 1, o Brasil mostra-se mais competitivo na grande maioria das seções, com a Argentina concentrando maior poder competitivo em setores de menor valor agregado.

Tabela 8 - Padrão de especialização e competitividade no comércio bilateral Brasil-Argentina

Padrão de Comércio	Nível de Competitividade	Seções da NCM 1990-94	Seções da NCM 1995-99	Seções da NCM 2000-04
Especialização Intra-indústria GL \geq 0,5	Maior potencial competitivo brasileiro	VI, XI, XVI, XVII, XXI	VI, VII, IX, X, XII, XVI, XX	IV, VI, VII, X, XI, XVI a XVIII
	Maior potencial competitivo argentino	I, V	IV, XI, XVII	I, IX
Especialização Interindústria GL $<$ 0,5	Maior potencial competitivo brasileiro	IV, VII, IX, X, XII, XIII, XV, XVIII a XX	XIII, XIV, XV, XVIII, XIX, XXI	XII a XIV, XIX a XXI
	Maior potencial competitivo argentino	II, III, VIII, XIV	I, II, III, V, VIII	II, III, V, VIII

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4.2 Intercâmbio Comercial entre Brasil e Demais Países do Mercosul nos Subperíodos Selecionados

O padrão de comércio nas seções desagregadas entre Brasil e Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai), Tabela 9, no primeiro subperíodo de análise, foi quase que absolutamente do tipo interindústria, uma vez que apenas as seções V, VI, XI, XVII, e XXI apresentaram padrão do tipo intra-industrial com índices variando entre 0,56 e 0,75.

Tabela 9 - Intercâmbio comercial entre Brasil e Mercosul nos subperíodos selecionados

	1990-94				1995-99				2000-04			
	X	M	SBC	GL	X	M	SBC	GL	X	M	SBC	GL
I	339	1.179	-840	0,42	636	3.301	-2.664	0,32	442	1.529	-1.087	0,45
II	489	4.609	-4.120	0,19	939	8.326	-7.387	0,20	537	7.575	-7.038	0,13
III	25	338	-313	0,14	97	1.236	-1.139	0,15	73	472	-399	0,27
IV	1.150	239	912	0,34	2.722	1.303	1.420	0,65	1.562	1.027	535	0,78
V	1.075	1.360	-285	0,68	1.102	4.822	-3.720	0,37	1.224	5.678	-4.454	0,35
VI	1.829	872	956	0,65	4.263	2.062	2.200	0,65	4.549	2.834	1.715	0,77
VII	1.572	506	1.065	0,49	2.975	1.523	1.452	0,68	2.973	2.561	411	0,89
VIII	37	603	-565	0,12	51	545	-494	0,17	147	433	-286	0,51
IX	130	11	119	0,13	291	143	147	0,66	192	184	9	0,73
X	823	116	706	0,23	1.729	709	1.020	0,58	1.453	591	862	0,58
XI	1.063	685	378	0,74	2.066	2.240	-174	0,92	1.848	994	854	0,70
XII	152	14	138	0,17	450	205	245	0,63	597	6	592	0,02
XIII	373	94	279	0,40	727	156	571	0,35	520	46	474	0,16
XIV	6	168	-162	0,03	23	3	19	0,24	16	3	13	0,29
XV	2.017	179	1.838	0,16	3.527	740	2.787	0,35	2.655	843	1.812	0,48
XVI	3.502	884	2.617	0,40	7.197	2.730	4.467	0,55	6.477	1.993	4.483	0,47
XVII	4.025	1.574	2.451	0,56	8.503	8.777	-274	0,96	5.947	5.239	708	0,73
XVIII	124	35	89	0,37	258	72	187	0,43	253	215	38	0,91
XIX	26	1	26	0,04	38	2	36	0,11	13	1	12	0,10
XX	243	38	205	0,27	523	204	319	0,56	480	46	434	0,17
XXI	148	183	-36	0,75	21	1	20	0,07	33	0,00	33	0,00
TOTAL	18.999	13.505	5.494	0,42	38.137	39.099	-962	0,60	31.992	32.270	-278	0,55
Seções*	16.293	5.708	10.585	0,46	33.741	20.906	12.835	0,72	28.461	16.736	11.725	0,67

Fonte: Dados da pesquisa.

*seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, através das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

O fluxo total e o comércio nas seções selecionadas exibiram índices GL de 0,42 e 0,46 respectivamente, predominando, portanto, o padrão de comércio interindústria, também, nos fluxos acumulados de comércio. Além disso, ambos apresentaram saldos positivos na BC superiores a US\$ 5 bilhões.

Das cinco seções que exibiram padrão de comércio do tipo intra-industrial, o Brasil mostrou-se mais competitivo em três delas: VI, XI, e XVII, com superávits na BC superiores a US\$ 370 milhões. Já os demais países do Mercosul apresentaram-se mais competitivos nas seções V e XXI com déficits na BC de US\$ 285 milhões e US\$ 36 milhões respectivamente.

Nas dezesseis seções em que houve a predominância do comércio interindústria, somente as I, II, III, VIII e XIV exibiram saldos negativos na BC brasileira. As demais apresentaram superávits acima de US\$ 26 milhões, evidenciando o maior poder competitivo do Brasil, na grande maioria das seções, sejam elas com padrão do tipo inter ou intra-indústria.

Como ocorrido entre Brasil e Uruguai do primeiro para o segundo subperíodo de análise, os resultados para o fluxo de comércio entre Brasil e demais membros do Mercosul mostraram aumento no número de seções com índices GL acima de 0,5, passando de cinco, nos anos de 1990 a 1994, para dez seções, no período de 1995 a 1999. Entre as cinco seções que apresentaram índices GL acima de 0,5 no primeiro subperíodo, apenas a seção VI manteve o mesmo valor do índice, as seções XI e XVII exibiram aumento no índice GL, e as seções V e XXI sofreram forte queda, evidenciando elevação no padrão de comércio com base nas vantagens comparativas.

Considerando as seções selecionadas que envolvem atividades industriais mais complexas, verifica-se que o aumento do índice GL de 0,46, no primeiro subperíodo, para 0,72, no segundo, foi suficiente para que o padrão de comércio entre Brasil e Mercosul nessas seções deixasse de ser do tipo interindústria para tornar-se intra-indústria. Além disso, o comércio acumulado dessas seções apresentou superávit para o Brasil superior a US\$ 12 bilhões.

Apesar do aumento no índice GL de comércio total de 0,42 no primeiro subperíodo para 0,60 no segundo, observou-se saldo negativo na BC em torno de US\$ 960 bilhões, o que evidencia maior poder competitivo para o fluxo de comércio total, dos demais países do Mercosul, em relação às indústrias brasileiras.

Entre as seções que apresentaram padrão de especialização no comércio do tipo intra-indústria, apenas a XI e a XVII, com saldos comerciais negativos, revelaram maior potencial competitivo das indústrias nos países do Mercosul. As demais seções com GL acima de 0,5 mantiveram superávit comercial superior a US\$ 147 milhões, refletindo a maior competitividade da indústria brasileira nessas seções, com destaque para a VI, que exibiu saldo de US\$ 2.200 bilhões.

Nas seções em que o padrão de comércio revelado entre Brasil e Mercosul foi do tipo interindustrial, o Brasil mostrou-se mais competitivo em seis delas, com saldos positivos variando de US\$ 19 milhões a US\$ 2.787 bilhões, e menos competitivo em quatro, com saldos negativos entre US\$ 1.139 bilhão e US\$ 7.387 bilhões.

Em relação ao último subperíodo, que envolve os anos de 2000 a 2004, verificou-se que após tendência de crescimento do primeiro para o segundo subperíodos, houve retração no índice GL para o fluxo de comércio total entre Brasil e Mercosul de 0,60 para 0,55, no terceiro período. Além disso, constatou-se também queda no fluxo de exportações e importações, o que, ao final, beneficiou o Brasil, que reduziu o déficit de US\$ 962 milhões para US\$ 278 milhões.

Além da redução no índice GL para o fluxo total de comércio, ocorreu queda no número de seções com índices acima de 0,5, passando de 10 para nove seções. As seções XII, XVI e XX que, no segundo subperíodo apresentaram padrão de comércio intra-indústria com índices GL acima de 0,55 mostraram queda nesses valores entre 2000 e 2004, passando a exibir padrão de comércio interindustrial.

Das seções que apresentaram padrão de comércio do tipo intra-indústria no terceiro subperíodo, somente a VIII, com saldo negativo de US\$ 286 milhões, revelou maior potencial competitivo das indústrias presentes nos demais países do

Mercosul. As demais seções com GL acima de 0,5 mantiveram, em sua maioria, superávits superiores a US\$ 38 milhões (exceto a seção IX, que apresentou saldo positivo de US\$ 9 milhões), refletindo o maior potencial da indústria brasileira nessas seções. As seções I, II, III, V, e VIII também apresentaram déficits na BC brasileira, com padrão de especialização interindustrial predominando.

De forma oposta ao que ocorreu com o fluxo total de comércio entre Brasil e Mercosul, no caso das seções selecionadas, o superávit foi superior a US\$ 11 bilhões, evidenciando o maior potencial competitivo da indústria brasileira nas seções que envolvem atividades industriais mais complexas.

4.5 Contribuição do Comércio Inter e Intra-Indústria para o Crescimento do Fluxo de Comércio entre Brasil e os Demais Países do Mercosul

Segundo Menon e Dixon (1995), a análise do índice GL de CII, realizada no item 4.3, pode trazer resultados enganosos quando usada para avaliar a importância e a contribuição do CII e CEI para o fluxo de comércio total. Muitas vezes o índice pode registrar aumento ao longo do período, enquanto o CII pode estar contribuindo proporcionalmente menos que o CEI para o crescimento do fluxo total de comércio.

Os resultados apresentados na Tabela 10 indicam a real contribuição do comércio inter e intra-indústria para o crescimento do comércio total entre Brasil e Argentina, ao longo dos subperíodos selecionados. Os valores foram calculados de acordo com as equações (12) e (13), descritas na metodologia, e estão expressos em percentuais.

Tabela 10 - Contribuição do comércio inter e intra-indústria para o crescimento do fluxo de comércio entre Brasil e Argentina. Valores percentuais

Seções	1990-94			1995-99			2000-04		
	Ccii	Ccei	cti	Ccii	Ccei	cti	Ccii	Ccei	cti
I	85,60	-10,19	75,41	19,96	-23,89	-3,92	-24,25	-35,06	-59,31
II	21,02	67,84	88,86	-0,81	-4,47	-5,28	-4,24	-16,94	-21,18
III	25,49	374,34	399,83	-7,90	91,85	83,96	-1,57	-77,24	-78,81
IV	121,77	140,60	262,37	-11,16	2,25	-8,91	1,82	-15,51	-13,70
V	236,48	224,34	460,82	-5,67	-7,90	-13,57	6,34	-26,03	-19,70
VI	42,50	88,60	131,10	51,16	-14,79	36,37	37,62	4,37	41,98
VII	170,63	257,63	428,26	10,73	4,51	15,24	62,72	-12,01	50,70
VIII	10,81	176,73	187,54	10,72	-22,80	-12,08	-5,67	-31,71	-37,38
IX	16,18	384,93	401,11	27,53	57,08	84,61	-7,58	-12,89	-20,47
X	-3,16	208,69	205,53	11,50	11,89	23,39	-28,48	-1,25	-29,73
XI	523,91	-32,31	491,60	48,47	-21,73	26,74	-32,58	22,15	-10,44
XII	-	911,74	1514,09	-33,72	103,33	69,61	-0,73	-16,57	-17,30
XIII	79,29	150,44	229,74	-41,58	55,36	13,78	2,29	-20,25	-17,96
XIV	-	402,69	509,71	16,87	87,44	104,31	21,53	20,39	41,92
XV	102,74	481,68	584,42	19,85	-7,05	12,80	5,42	19,19	24,61
XVI	102,64	223,78	326,42	-0,89	32,48	31,58	-10,79	7,93	-2,86
XVII	973,40	259,86	1233,26	44,65	-6,91	37,75	-32,29	40,59	8,30
XVIII	-	251,12	359,78	56,72	46,97	103,70	5,99	-13,71	-7,72
XIX	-	-71,16	-27,71	-22,70	76,15	53,45	-0,55	-9,83	-10,39
XX	119,88	894,87	1014,75	-42,25	65,54	23,29	-9,31	-34,12	-43,42
XXI	1383,42	-18,78	1364,65	-43,99	1444,46	1400,47	-0,56	-61,13	-61,69
Total	143,73	144,36	288,09	16,39	1,21	17,60	-3,57	1,48	-2,09
Seções	218,39	192,87	411,25	25,57	2,22	27,79	-4,35	14,34	9,99

Fonte: Dados da pesquisa.

*Seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, por meio das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Entre os anos de 1990 e 1994, a redução da inflação argentina e a implementação do Plano Cavallo proporcionaram aumento na renda da população, o que contribuiu para uma taxa de crescimento de 288,08% no fluxo de comércio total entre Brasil e Argentina. Desse total, o CEI contribuiu com 144,36%, montante minimamente superior à taxa de contribuição do CII, 143,73%. Isto indica que ambos os tipos de comércio contribuíram com cerca de 50% da taxa de crescimento do comércio total.

Analisando de forma desagregada as seções da NCM, constatou-se que somente a seção XIX apresentou taxa de crescimento do fluxo de comércio entre Brasil e Argentina negativa (-27,11%). As seções XII, XVII, XX, XXI apresentaram as maiores taxas de crescimento do fluxo de comércio, mantendo valores acima de 1000%. As demais mantiveram-se taxas de crescimento positivas (acima de 131%), com exceção da I e da II, que exibiram taxa de crescimento de 75,40% e 88,85%, respectivamente.

A seção X foi a única que apresentou contribuição negativa do CII (-3,16%), com as demais contribuindo de forma positiva e acima de 10%. Quanto à contribuição do CEI, as seções I, XI, XIX, e XXI apresentaram contribuições negativas para o crescimento do comércio total.

Considerando as seções selecionadas, que abrangem os setores manufaturados e semi-manufaturados, verificou-se crescimento no fluxo de comércio positivo (411,25%) maior que o crescimento no fluxo de comércio total (288,09%). O CII contribuiu com 218,39% e o CEI, com 192,87%.

O fluxo de comércio total entre Brasil e Argentina, para o subperíodo de 1995 a 1999 manteve taxa de crescimento positiva (17,60%), porém, bem inferior ao período de 1990 a 1994 (288,09%). Nesse subperíodo, a contribuição do CII (16,39%) representou quase a totalidade do crescimento do fluxo total de comércio, 93,10%, enquanto a contribuição do CEI (1,21%) significou apenas 6,87%.

Para as seções da NCM, constatou-se que somente as seções I, II, IV, V e VIII mantiveram taxas de crescimento do comércio negativas. As demais, com exceção da VII, XIII e da XV, apresentaram taxas de crescimento positivas e superiores a 23%.

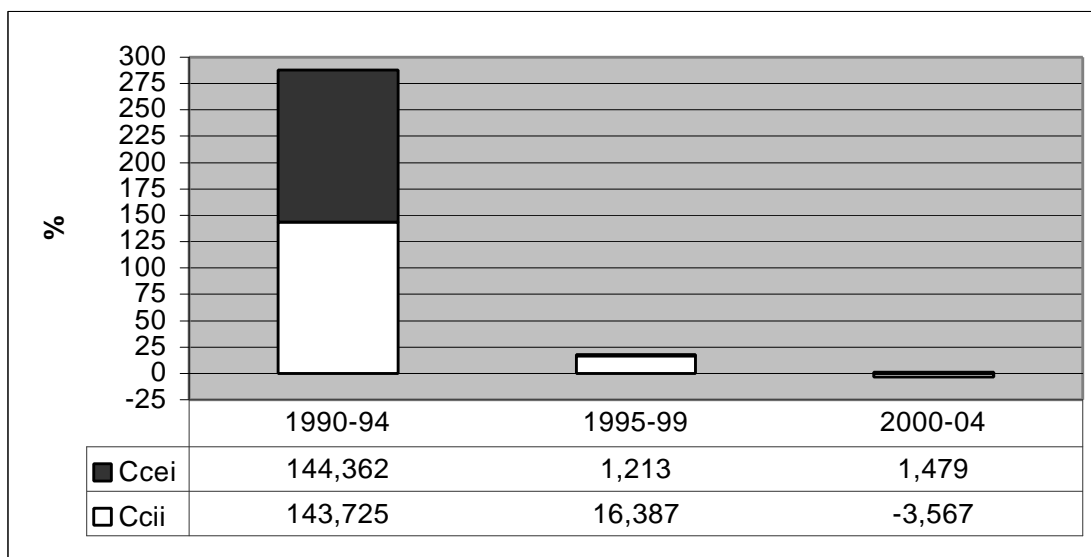
A taxa de crescimento para as seções selecionadas foi de 27,79%, portanto, acima da taxa de crescimento do comércio total (17,60%). O CII, novamente, representou maior contribuição para o crescimento do comércio, ou seja, de 25,57%, enquanto o CEI foi responsável por uma pequena parcela de contribuição (2,22%), representando apenas 7,98% da taxa de crescimento do fluxo total de comércio, contra 92,01% do CII.

No último subperíodo da análise, que compreende os anos de 2000 a 2004, verificou-se que, ao contrário dos anteriores, a taxa de crescimento do fluxo total de comércio foi negativa em 2,09%, sendo a contribuição do CEI positiva, de 1,48% e a contribuição do CII negativa, de 3,57%.

De forma contrária ao fluxo de comércio total, as seções selecionadas apresentaram taxa de crescimento do comércio positiva, em torno de 10%, sendo a contribuição do CII negativa em 4,35% e a contribuição do CEI positiva em 14,34%, compensando, assim, o efeito negativo do CII.

Analisando as seções da NCM, de forma desagregada, verificou-se que a contribuição tanto do CII quanto do CEI oscilou muito. É interessante ressaltar que a seção VII apresentou a maior contribuição do CII (62,72%) e a XVII exibiu a maior contribuição do CEI (40,59%).

De acordo com os resultados, pôde-se constatar que a taxa de crescimento do fluxo de comércio entre Brasil e Argentina, ao longo dos subperíodos, foi decrescendo, ao ponto de, no último subperíodo, tornar-se negativa em 2,09%, (Figura 14), com a predominância para a contribuição do comércio intra-indústria (Ccii) em relação a contribuição do comércio interindústria (Ccei) ao longo de todo o período.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 14 - Taxa de crescimento no comércio Brasil-Argentina.

A taxa de crescimento do comércio nas seções selecionadas, que envolvem os setores manufaturados, apesar de também seguir tendência de queda, permaneceu positiva, o que mostra que os setores industrializados contribuíram de forma positiva para o comércio externo entre Brasil e Argentina.

Na Tabela 11 é apresentada a contribuição do CII e do CEI para o fluxo de comércio entre Brasil e Paraguai, no subperíodo de 1990 a 1994. Nota-se que a taxa de crescimento do comércio total neste período foi de 97,43%, sendo as seções da NCM I, IX, e XIV as únicas a apresentarem crescimento negativo de 68,92%, 4,47% e 17,95%, respectivamente.

Tabela 11 - Contribuição do comércio inter e intra-indústria para o crescimento do fluxo de comércio entre Brasil e Paraguai. Valores percentuais

Seções	1990-94			1995-99			2000-04		
	Ccii	Ccei	cti	Ccii	Ccei	cti	Ccii	Ccei	cti
I -	5,51	-74,43	-68,92	-5,80	-31,04	-36,85	1,43	-8,19	-6,77
II -	66,42	404,77	471,19	1,35	-42,93	-41,58	5,83	-26,26	-20,43
III -	202,98	3845,46	4048,44	23,32	-62,96	-39,63	-58,52	4,64	-53,89
IV -	0,00	403,87	403,87	5,57	-62,11	-56,54	31,00	-61,10	-30,10
V -	1,11	44,51	45,62	-0,06	-61,32	-61,37	-17,37	-65,32	-82,69
VI -	-56,05	187,19	131,14	0,80	-22,92	-22,12	2,91	56,51	59,42
VII -	0,05	183,52	183,57	1,85	-53,01	-51,16	3,58	34,76	38,34
VIII -	414,65	371,51	786,16	-25,75	-28,00	-53,75	-11,84	-47,96	-59,80
IX -	3,11	-7,84	-4,72	28,12	-84,07	-55,95	10,60	-31,45	-20,86
X -	18,98	126,76	145,74	-10,53	23,72	13,18	-1,89	-35,66	-37,55
XI -	32,27	-13,58	18,69	-19,97	-31,43	-51,40	-22,44	-8,79	-31,24
XII -	0,49	177,57	178,06	-0,46	-32,15	-32,61	-0,35	-21,18	-21,53
XIII -	3,03	61,82	64,85	-0,50	-26,75	-27,25	-1,31	-27,50	-28,82
XIV -	-	-17,95	-17,95	-0,39	-42,78	-43,17	-	-21,08	-21,08
XV -	53,04	116,88	169,92	-3,80	-22,56	-26,37	12,07	-22,12	-10,05
XVI -	0,24	194,12	194,36	0,00	-45,14	-45,14	-0,12	32,90	32,78
XVII -	-0,18	156,40	156,22	0,04	-68,22	-68,18	-0,25	38,94	38,69
XVIII -	0,93	298,70	299,63	3,81	-32,52	-28,70	-4,16	28,95	24,79
XIX -	-	287,95	287,95	-	-90,94	-90,94	-	-71,67	-71,67
XX -	-0,29	145,42	145,13	1,37	-19,08	-17,71	-0,18	-15,78	-15,96
XXI -	-	-	-	-	-	-	-	-26,17	-26,17
Total	10,97	86,46	97,43	-0,82	-43,83	-44,65	0,29	-12,11	-11,82
Seções*	11,95	119,73	131,68	-2,93	-42,47	-45,41	3,60	0,94	4,54

Fonte: Dados da pesquisa.

*Seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, por meio das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Do aumento de 97,43% do crescimento do comércio total, 86,46% originaram-se da contribuição do comércio interindústria, enquanto apenas 10,97% corresponderam à contribuição do comércio intra-indústria. Isso implica que, enquanto o comércio interindústria representou 88,75% da taxa de crescimento do fluxo de comércio total, o comércio intra-indústria respondeu por apenas 11,25%.

A análise desagregada das seções da NCM mostrou que a VI, XVII e a XX apresentaram taxas de crescimento positivas, mesmo com contribuições negativas

do CII, o que indica que a contribuição positiva do CEI sobrepôs o efeito negativo do CII, nessas seções. Já a taxa de crescimento positiva da seção IV deve-se inteiramente à contribuição do CEI. As seções III e VIII apresentaram as maiores taxas de crescimento, 4048,44% e 786,16%, enquanto as demais exibiram taxas de crescimento positivas em torno de 120%, ao longo dos anos de 1990 a 1994.

Nas seções em que foram considerados os setores manufaturados, constatou-se uma taxa de crescimento no fluxo de comércio total também positiva e, ainda, maior que 131,68%. Novamente, a contribuição do comércio interindústria foi maior que 119,73%, contra 11,95% do comércio intra-indústria.

De forma contrária, no subperíodo de 1995 a 1999, a taxa de crescimento do fluxo de comércio total entre Brasil e Paraguai foi negativa em 44,65% e somente a seção X apresentou crescimento positivo (13,18%), devido à contribuição de 23,72% do CEI contra -10,53% do CII. Para o comércio total, a contribuição do CEI e do CII mostraram magnitudes negativas de 43,83% e 0,82%, respectivamente. Entretanto, desse crescimento negativo no comércio total, o CII representou apenas 1,83%, enquanto o CEI foi responsável por 98,16%.

Analisando as seções da NCM, constatou-se que, em todos os casos, a contribuição do CEI para o crescimento do comércio total foi negativa, com destaque para as seções IX e XIX, que apresentaram valores superiores a 84%. A contribuição do CII oscilou entre as várias seções, e a III e IX mostraram as maiores taxas, 23,32% e 28,12%, respectivamente.

Nas seções selecionadas, a taxa de crescimento do fluxo de comércio também foi negativa, porém em maior valor (-45,41%). Para tanto o CII contribuiu com cerca de 6,46%, enquanto o CEI respondeu por 93,53%.

Da mesma forma, entre 2000 e 2004, o crescimento do fluxo de comércio total entre os países foi negativo (-11,82%); porém, em montante inferior ao subperíodo passado, representando recuperação do comércio após crises e entraves. Nesse subperíodo, constatou-se contribuição positiva do CII de 0,29% contra contribuição negativa do CEI (-12,11%).

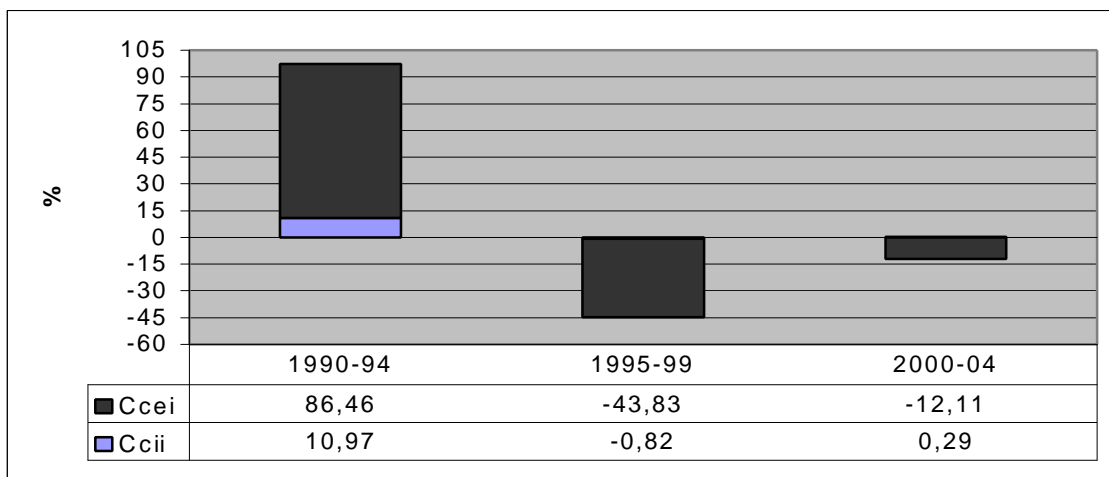
Vale destacar as seções VI, VII, XVI, XVII e XVIII que apresentaram crescimento positivo e acima de 24%, com contribuições do CEI superiores a 28%, apesar de as seções XVI, XVII, e XVIII apresentarem contribuições negativas do CII, de 0,12%, 0,25%, e 4,16%, respectivamente. As demais mostraram taxas de crescimento negativas em torno de 10% a 83%, exceto a seção I, que exibiu taxa de crescimento negativa de 6,77%.

Nas seções selecionadas, o crescimento do fluxo de comércio entre os países foi de 4,54%, em que 3,60% advêm da contribuição do CII, sendo apenas 0,94% decorrente da contribuição do CEI. Assim, a contribuição do CII respondeu por 79,29%, enquanto a do CEI foi responsável por somente 20,71% do crescimento do fluxo de comércio total.

Analisando os subperíodos, constatam-se oscilações tanto no fluxo de comércio total como no comércio das diversas seções.

O comércio dos itens nas seções selecionadas, iniciou com crescimento positivo no primeiro subperíodo, passando a decrescer no segundo e apresentando recuperação no terceiro. Essa recuperação deu-se em um montante ainda maior que a ocorrida no fluxo de comércio total, possibilitando uma taxa de crescimento do comércio nas seções selecionadas positiva no último período.

Conforme mostrado na Figura 15, a taxa de crescimento do fluxo de comércio total foi positiva no primeiro subperíodo (97,43%), tornou-se fortemente negativa no segundo (-44,65%) e, então, passou a se recuperar no terceiro, mas ainda permanecendo negativa (-11,82%). Em todos os subperíodos verificou-se a maior contribuição do comércio interindústria, positiva ou negativa, em relação a contribuição do comércio intra-indústria ao do fluxo de comércio total.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 15 - Taxa de crescimento no comércio Brasil-Paraguai.

Na Tabela 12 é mostrado que o fluxo de comércio total entre Brasil e Uruguai no subperíodo de 1990 a 1994, apresentou taxa de crescimento positivo superior a 48%. Para tanto, a contribuição do CII foi de 28,25%, ligeiramente maior que a do CEI de 20,26%. Assim, enquanto o CII exibiu 58,23% da taxa de crescimento do comércio total, o CEI mostrou 41,77%.

Tabela 12 - Contribuição do comércio inter e intra-indústria para o crescimento do fluxo de comércio entre Brasil e Uruguai. Valores percentuais

Seções	1990-94			1995-99			2000-04		
	Ccii	Ccei	cti	Ccii	Ccei	cti	Ccii	Ccei	cti
I -	11,85	18,16	30,02	5,04	-31,45	-26,41	7,97	-63,90	-55,94
II -	29,30	1,51	30,81	-19,55	5,48	-14,07	-11,95	40,45	28,50
III -	65,66	54,67	120,33	9,68	31,31	40,98	-12,86	-24,54	-37,40
IV -	195,64	47,86	243,50	-32,38	57,85	25,47	-2,34	-9,78	-12,12
V -	-58,90	1192,49	1133,59	-57,80	-21,50	-79,31	254,18	-2,10	252,08
VI -	-4,22	-25,41	-29,63	15,49	9,35	24,84	7,54	-10,78	-3,24
VII -	41,45	7,27	48,72	-17,55	0,24	-17,31	13,07	9,39	22,45
VIII -	-6,19	-76,98	-83,17	18,20	-4,83	13,37	-2,26	11,30	9,04
IX -	-	426,13	429,12	8,73	17,70	26,43	-2,00	-34,32	-36,31
X -	-30,03	168,38	138,35	44,48	-18,60	25,88	-14,07	-17,53	-31,60
XI -	90,42	-48,48	41,93	-18,33	-15,94	-34,27	-64,96	29,15	-35,81
XII -	41,88	79,31	121,19	-51,43	102,48	51,05	-2,60	-7,56	-10,16
XIII -	114,79	89,09	203,89	-54,91	42,82	-12,09	-7,67	-23,60	-31,27
XIV -	-16,02	276,22	260,20	-4,35	-69,17	-73,52	-21,51	33,20	11,69
XV -	11,12	99,95	111,07	11,12	-27,02	-15,90	12,35	5,99	18,33
XVI -	-3,79	69,73	65,94	17,29	-5,38	11,91	-5,33	-3,30	-8,62
XVII -	75,21	78,92	154,13	15,94	-62,64	-46,70	-50,80	33,23	-17,57
XVIII -	65,28	103,88	169,16	-23,79	2,49	-21,30	-4,48	-31,97	-36,45
XIX -	-13,56	226,54	212,98	-	-13,46	-13,46	-	-95,05	-95,05
XX -	255,93	133,35	389,28	-72,00	81,26	9,26	-7,39	-52,46	-59,85
XXI -	-	367,89	367,89	-	62,91	62,91	-	-65,60	-65,60
total	28,25	20,26	48,51	-5,31	-10,39	-15,71	-4,68	-1,65	-6,33
Seções*	29,59	5,81	35,39	1,38	-13,98	-12,59	-12,55	5,68	-6,87

Fonte: Dados da pesquisa.

*Seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, por meio das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Quanto às seções desagregadas, constatou-se que somente duas delas, VI e VIII, apresentaram taxas de crescimento de comércio negativas de 29,63% e 83,17% respectivamente. As demais exibiram taxas do comércio positivas, superiores a 100%, exceto as seções I, II, VII, XI e XVI que, apesar de também mostrarem crescimento positivo, mantiveram valores entre 30 e 70%.

A contribuição do CEI para o crescimento do fluxo de comércio nas seções desagregadas entre Brasil e Uruguai foi negativa somente nas seções VI (-25,41%), VIII (-76,98%) e XI (-48,48). Da mesma forma, a contribuição do CII foi,

na maioria dos casos, positiva, exceto nas seções V, VI, VIII, X, XIV, XVI, e XIX, que apresentaram valores negativos oscilando entre 4% e 59% únicas seções que mostraram ambas as contribuições negativas foram VI e VII.

Quanto às seções selecionadas, verificou-se que a taxa de crescimento do comércio entre os dois países foi positiva, ou seja, de 35,39%, mas um pouco inferior a taxa de crescimento do comércio total, que envolve todas as seções (48,51%). Desse aumento de 35,39%, a contribuição do CII foi de 29,59%, contra apenas 5,81% da contribuição do CEI. Enquanto a contribuição do CEI respondeu por apenas 16,41% da taxa de crescimento do fluxo de comércio, nas seções selecionadas, a do CII foi de 83,59%.

De forma contrária, entre os anos de 1995 e 1999, a taxa de crescimento do fluxo de comércio total entre Brasil e Uruguai foi negativa em 15,71%, com a contribuição do CEI e do CII reforçando o efeito negativo, com valores negativos de 10,39% e 5,31%, respectivamente.

Nas seções desagregadas, a taxa de crescimento do fluxo de comércio oscilou de forma substancial, com destaque para a seção XXI, que apresentou a maior taxa de crescimento de comércio (62,91%). As demais seções que mostraram taxa de crescimento positivo não ultrapassaram 51%.

As seções V, XI, e XIV exibiram contribuições negativas tanto do CEI quanto do CII, resultando em taxas de crescimento do comércio negativo. A seção X apresentou a maior contribuição do CII para o crescimento do fluxo de comércio, enquanto a XII, a maior contribuição do CEI, 102,48%, para o crescimento do comércio entre Brasil e Uruguai.

Da mesma forma, as seções selecionadas que envolvem os setores manufaturados apresentaram taxa de crescimento de comércio negativa (-12,59), entretanto, com valores menores que a taxa de crescimento do comércio total (-15,71%). Apesar da contribuição do CII ser positiva (1,38%), seu valor não foi suficiente para compensar o efeito negativo da contribuição do CEI (-13,98), ocasionando taxa negativa de crescimento do comércio.

Para o último subperíodo (2000 a 2004), a taxa de crescimento do fluxo de comércio total também foi negativa, em 6,33%. Tanto a contribuição do CII quanto

a contribuição do CEI apresentou valores negativos, reforçando o efeito negativo do crescimento no comércio total.

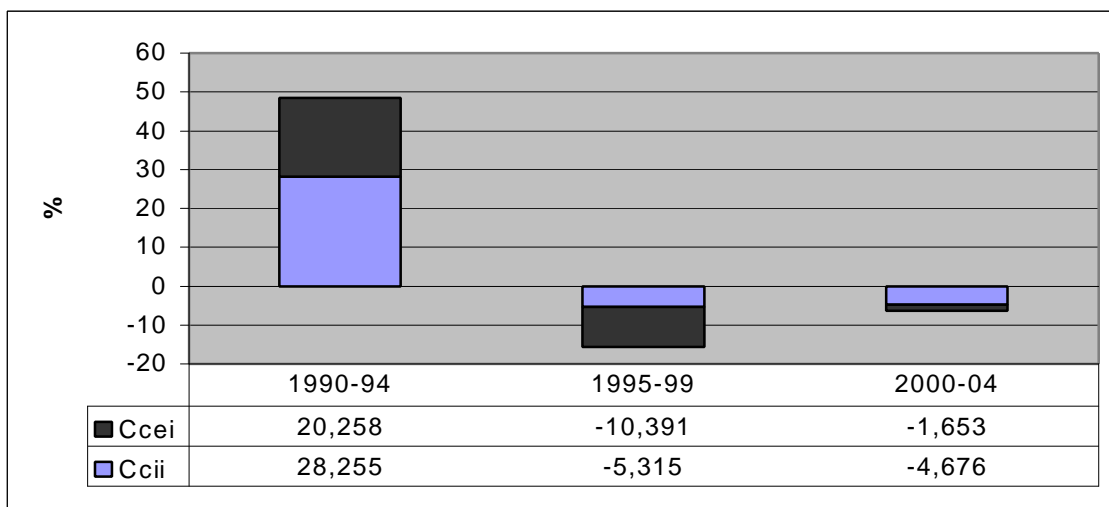
Com relação às seções desagregadas da NCM, constatou-se que as únicas que apresentaram taxas de crescimento positivas foram as seções: II (28,5%), V (252,08%), VII (22,45%), VIII (9,04%), XIV (11,69%) e XV (18,33%), enquanto as demais exibiram taxas de crescimento negativas, variando entre 3% e 95%.

As contribuições tanto do CII quanto do CEI foram, na maioria dos casos negativas. Porém, as seções I, VI, V, VII, e XV apresentaram contribuições positivas do CII, enquanto a II, VII, VIII, XI, XIV, XV, e a XVII mostraram contribuições positivas do CEI.

No caso das seções selecionadas, a variação do crescimento do fluxo de comércio entre os países também foi negativa (-6,87). Entretanto, ao contrário do ocorrido para fluxo de comércio total, a contribuição do CEI foi positiva em 5,68%. Esse valor, contudo, não foi suficiente para compensar o efeito negativo advindo da contribuição do CII (12,55%), provocando, ao final, uma taxa de crescimento negativa no fluxo de comércio das seções selecionadas.

Como observado no fluxo de comércio entre Brasil e Paraguai, o comércio entre Brasil e Uruguai apresentou oscilações tanto no fluxo de comércio total como no comércio das diversas seções da NCM.

De acordo com os resultados apresentados na Figura 16, a taxa de contribuição do fluxo de comércio total foi positiva no primeiro subperíodo (48,51%), tornou-se negativa no segundo (-15,71%) e, então, passou a se recuperar no terceiro, mas ainda permanecendo negativa (-6,33%).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 16 - Taxa de crescimento no comércio Brasil-Uruguai

As contribuições do CII e CEI para o crescimento do fluxo de comércio total oscilaram substancialmente entre os subperíodos. Entre os anos de 1990 e 1994, ambas as contribuições foram positivas (28,25% do CII e 20,25% do CEI), sendo cada uma delas responsável por praticamente 50% da contribuição. No segundo sub-período, que compreende os anos de 1995 a 1999, tanto a contribuição do CII (Ccii) quanto a contribuição do comércio interindústria (Ccei) foram negativas em 5,31% e 13,98%, respectivamente, o que resultou em queda no fluxo comercial Brasil-Uruguai. Da mesma forma, nos anos de 2000 a 2004 as contribuições dos dois tipos de comércio foram negativas, porém com alguma recuperação (4,67% do comércio intra-indústria e 1,65% do interindústria).

Na Tabela 13 são apresentados os resultados da contribuição do CEI e CII para o crescimento do fluxo de comércio entre Brasil e os demais países do Mercosul. A análise dos resultados para o período, que compreende os anos de 1990 a 1994, mostra uma taxa de crescimento do comércio total positiva (acima de 200%). Desse aumento, a contribuição do CEI foi de 115,78%, enquanto a do CII foi de 95,06%, o que implica que o CEI representou 57,89% da taxa de crescimento do fluxo total de comércio e o CII foi responsável por 47,53.

Tabela 13 - Contribuição do comércio inter e intra-indústria para o crescimento do fluxo de comércio entre Brasil e Mercosul. Valores percentuais

Seções	1990-94			1995-99			2000-04		
	Ccii	Ccei	cti	Ccii	Ccei	cti	Ccii	Ccei	Cti
I	55,47	1,13	56,60	15,12	-25,70	-10,59	-15,79	-36,14	-51,94
II	23,89	53,93	77,82	-3,10	-3,22	-6,32	-4,36	-3,61	-7,96
III	38,09	323,20	361,29	4,34	81,64	85,99	-2,22	-70,86	-73,08
IV	35,51	269,96	305,47	-9,33	-15,27	-24,60	28,52	-43,25	-14,73
V	331,97	94,58	426,55	-14,59	-3,81	-18,40	10,70	-25,96	-15,26
VI	6,53	91,36	97,89	44,01	-16,98	27,03	30,42	10,14	40,56
VII	75,79	146,78	222,57	3,64	-5,99	-2,34	54,83	-8,42	46,41
VIII	2,72	-14,32	-11,60	11,37	-20,08	-8,72	2,65	-28,85	-26,20
IX	-48,71	432,34	383,63	22,16	54,31	76,47	16,86	-33,51	-16,65
X	-48,80	236,59	187,79	13,57	9,74	23,31	-23,57	-7,10	-30,67
XI	194,53	8,12	202,65	10,24	-3,04	7,20	-19,61	12,34	-7,26
XII	13,86	282,94	296,80	-69,59	109,02	39,43	-0,79	-16,44	-17,24
XIII	7,41	154,81	162,22	-32,10	30,58	-1,52	0,37	-22,40	-22,03
XIV	2,00	305,27	307,27	7,74	19,70	27,44	42,36	-7,33	35,04
XV	56,31	309,58	365,89	16,37	-11,63	4,73	7,73	13,31	21,04
XVI	59,73	197,90	257,63	0,63	18,07	18,70	-9,90	8,82	-1,08
XVII	558,42	190,86	749,28	24,02	-1,52	22,50	-39,37	47,08	7,71
XVIII	33,53	281,06	314,59	34,74	28,14	62,88	4,93	-13,77	-8,83
XIX	23,13	174,75	197,88	-3,61	-62,08	-65,69	-0,41	-31,33	-31,74
XX	78,76	423,28	502,04	-46,26	59,48	13,22	-7,46	-36,82	-44,28
XXI	1266,31	24,62	1290,92	-31,82	554,58	522,76	-0,40	-60,70	-61,10
Total	95,06	115,78	210,84	7,76	-0,62	7,14	-2,28	2,16	-0,12
seções	111,70	152,18	263,87	13,71	-0,64	13,07	-3,50	13,05	9,55

Fonte: Dados da pesquisa.

*seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, através das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Analisando de forma desagregada, verificou-se que apenas a seção VIII (peles, couros, peleteria) apresentou taxa de crescimento do comércio negativa (-11,60%), com as demais exibindo taxas positivas de crescimento (acima de 56%). Além disso, a seção VIII foi a única a apresentar contribuição do CEI negativa (-14,32%).

Quanto à contribuição do CII, apenas as seções IX e X apresentaram valores negativos, o que não impediu que exibissem taxas de crescimento do

comércio total positivas, uma vez que o efeito negativo do CII foi mais que compensado pela contribuição do CEI.

O fluxo de comércio das seções selecionadas apresentou taxa positiva de crescimento (263,87%) ainda maior que a taxa advinda do fluxo total de comércio (210,84%). As contribuições do CEI e do CII foram de 152,18% e 117,10%, respectivamente, ou seja, do aumento do comércio total nas seções selecionadas, entre Brasil e Mercosul, o CII e CEI responderam, cada um, por aproximadamente 50%, tendo o CEI uma representatividade minimamente maior.

Da mesma forma que no primeiro subperíodo, o fluxo de comércio total entre Brasil e Mercosul para os anos de 1995 a 1999, manteve taxa de crescimento positivo (13,07%), apesar de bem inferior àquela entre 1990 e 1994. Embora a contribuição do CEI para o crescimento do comércio total tenha sido ligeiramente negativa (-0,62%), a contribuição do CII em 7,76% foi mais que suficiente para compensar esse efeito e permitir que o fluxo de comércio exibisse taxa positiva.

Das 21 seções da NCM apresentadas, somente a I, II, IV, V, VII, VIII, XIII, e a XIX mostraram taxas de crescimento do fluxo de comércio negativas. As demais exibiram valores positivos variando entre 4% e 86%, exceto a seção XXI que apresentou taxa de crescimento de 552,76%. A contribuição do CEI, assim como do CII, oscilou de seção para seção, ocasionando diferentes efeitos sobre os fluxos de comércio. As seções II, IV,V e XIX foram as únicas a apresentar contribuições negativas tanto do CEI quanto do CII.

As seções selecionadas seguiram a mesma tendência de queda no crescimento do fluxo de comércio, que de 263,87%, no primeiro subperíodo caiu para 13,07% nos anos de 1995 a 1999. A contribuição positiva em 13,71% do CII para o crescimento do comércio nessas seções compensou o efeito negativo da contribuição do CEI de 0,64%, permitindo que o crescimento do comércio permanecesse positivo.

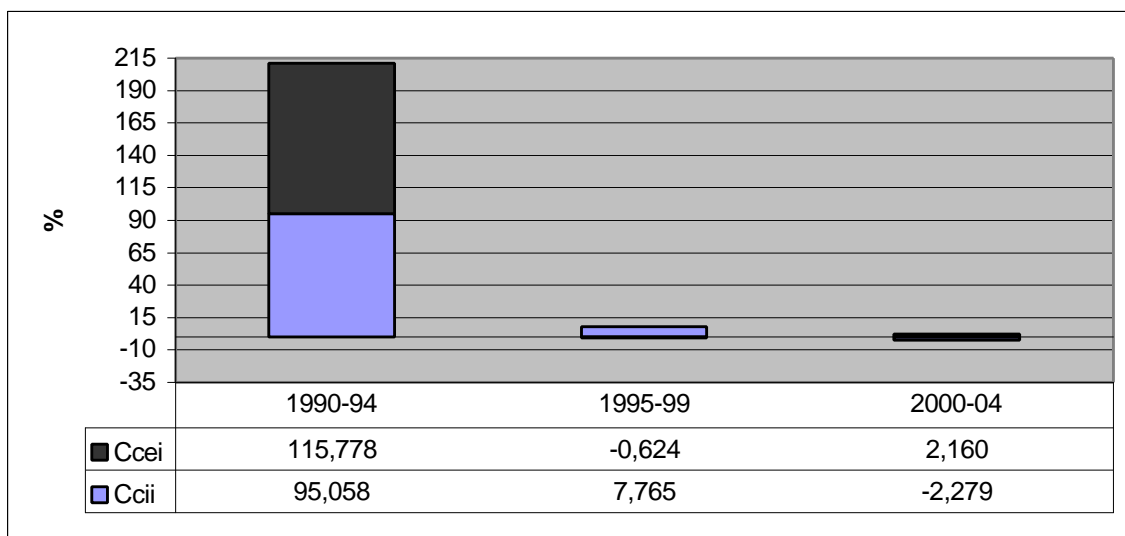
Entre 2000 e 2004, a taxa de crescimento do comércio total entre Brasil e Mercosul seguiu sua trajetória de queda tornando-se negativa em 0,12%. A contribuição CII (-2,28%) foi a principal causa desse efeito negativo, uma vez que

mais que compensou o efeito positivo da contribuição do CEI, 2,16%. Foram poucas (menos da metade) as seções que apresentaram contribuições positivas do CEI e do CII. Além disso, as únicas seções em que ambas contribuições exibiram valores positivos foram a VI e a XV. Apenas as seções VI, VII, XIV, XV, e XVII apresentaram taxas de crescimento positivas do comércio, com as demais exibindo valores que oscilaram entre -7% e -73%.

De forma contrária ao crescimento negativo do fluxo total de comércio entre Brasil e Mercosul, as seções selecionadas apresentaram taxa de crescimento positiva. A maior contribuição deveu-se ao CEI com 13,05%, enquanto o CII contribuiu de forma negativa, em 3,5%.

Em se tratando das seções selecionadas que envolvem os setores manufaturados e semimanufaturados, constatou-se, após a queda brusca entre o primeiro subperíodo e o segundo, certa estabilidade no crescimento do fluxo de comércio desses setores, o qual se manteve positivo ao longo do restante do período.

De acordo com a Figura 17, os resultados indicaram queda no fluxo de comércio entre Brasil e Mercosul, que iniciou com uma taxa de crescimento de 210,84% no primeiro subperíodo, caindo bruscamente para 7,14% no segundo e após próxima queda, tornando-se negativa no terceiro e último subperíodo em 0,12%. A contribuição do comércio interindústria foi maior no primeiro subperíodo tornando-se negativa do segundo (-0,62%) e positiva no terceiro (2,16%). Já a contribuição do comércio intra-indústria (Ccii), após ser inferior à contribuição do comércio inter (Ccei) no primeiro subperíodo, tornou-se superior nos demais subperíodos, seja positiva ou negativamente.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 17 - Taxa de crescimento no comércio Brasil-Mercosul

4.6 Mudança Dinâmica nos Fatores de Produção entre as Indústrias decorrente do Comércio Inter e Intra-Indústria

Os resultados mostrados na Tabela 14 foram obtidos por meio das expressões (18) e (19), descritas na metodologia deste trabalho. Como pode ser observado, os valores das taxas de crescimento do comércio total entre Brasil e Argentina, para cada subperíodo, são iguais aos apresentados na Tabela 10, onde é descrita a contribuição do comércio inter e intra-indústria para o crescimento do comércio total. Tal fato é inerente à metodologia empregada e se repete para as demais análises: Brasil-Paraguai, Brasil-Uruguai e Brasil-Mercosul.

Tabela 14 - Contribuição do comércio dinâmico inter e intra-indústria para o crescimento do comércio total entre Brasil e Argentina. Valores percentuais

Seções	1990-94			1995-99			2000-04		
	Cdcii	Cdcei	Cti	Cdcii	Cdcei	Cti	Cdcii	Cdcei	cti
I	65,21	10,19	75,41	-27,81	23,89	-3,92	-94,37	35,06	-59,31
II	21,02	67,84	88,86	-9,75	4,47	-5,28	-38,12	16,94	-21,18
III	25,49	374,34	399,83	-7,90	91,85	83,96	-156,04	77,24	-78,81
IV	35,75	226,62	262,37	-11,16	2,25	-8,91	-49,62	35,93	-13,70
V	112,81	348,00	460,82	-21,47	7,90	-13,57	-45,73	26,03	-19,70
VI	42,50	88,60	131,10	21,58	14,79	36,37	37,62	4,37	41,98
VII	170,63	257,63	428,26	10,73	4,51	15,24	38,69	12,01	50,70
VIII	10,81	176,73	187,54	-34,88	22,80	-12,08	-69,09	31,71	-37,38
IX	-116,70	517,81	401,11	27,53	57,08	84,61	-55,24	34,77	-20,47
X	-90,13	295,66	205,53	11,50	11,89	23,39	-30,98	1,25	-29,73
XI	459,29	32,31	491,60	-1,21	27,94	26,74	-32,58	22,15	-10,44
XII	402,35	1111,74	1514,09	-102,99	172,59	69,61	-33,87	16,57	-17,30
XIII	-8,18	237,91	229,74	-41,58	55,36	13,78	-38,22	20,25	-17,96
XIV	-92,98	602,69	509,71	16,87	87,44	104,31	21,53	20,39	41,92
XV	102,74	481,68	584,42	5,75	7,05	12,80	5,42	19,19	24,61
XVI	92,36	234,06	326,42	-0,89	32,48	31,58	-10,79	7,93	-2,86
XVII	973,40	259,86	1233,26	30,84	6,91	37,75	-45,35	53,64	8,30
XVIII	-91,34	451,12	359,78	56,72	46,97	103,70	-21,43	13,71	-7,72
XIX	-156,55	128,84	-27,71	-22,70	76,15	53,45	-20,22	9,83	-10,39
XX	48,62	966,13	1014,75	-42,25	65,54	23,29	-77,54	34,12	-43,42
XXI	1345,87	18,78	1364,65	-102,67	1503,14	1400,47	-122,82	61,13	-61,69
Total	228,97	59,11	288,09	7,31	10,29	17,60	-21,45	19,36	-2,09
Seções*	210,68	200,57	411,25	16,37	11,42	27,79	-8,00	17,99	9,99

Fonte: Dados da pesquisa.

*seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, por meio das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Observa-se que o fluxo de comércio total entre Brasil e Argentina, nos anos de 1990 a 1994, apresentou uma taxa de crescimento positiva, superior a 280%.

Da mesma forma, o comércio total nas seções selecionadas exibiu crescimento positivo, porém, em nível ainda mais alto, ou seja, superior a 410%.

Considerando de forma desagregada as seções da NCM, constatou-se que, entre os anos de 1990-94, as seções IX, X, XIII, XIV, XVIII e XIX exibiram taxas de crescimento do CII dinâmico negativo, com contribuições negativas para o crescimento do CT.

Os valores apresentados pelo CEI ou valor residual, além de serem sempre positivos, foram suficientes para compensar o efeito negativo do comércio dinâmico intra-indústria na maior parte das seções, e somente a seção XIX apresentou taxa de crescimento negativo (-27,71%). Tal resultado deve-se à forte retração nas exportações dos produtos dessa seção, ao ponto de tornar esse fluxo negativo entre os anos de 1990-1994, evidenciando, portanto, a forte desaceleração do comércio na seção.

Os resultados encontrados para os anos de 1995-99 indicaram que das 21 seções analisadas, a I, II, IV, V e a VIII exibiram taxas negativas de crescimento. Já o fluxo total de comércio, assim como, o conjunto das seções selecionadas, mostraram-se positivos em 17,60% e 27,79%, respectivamente. No entanto, esses valores foram bem inferiores aos do crescimento apresentado no primeiro subperíodo.

Verificou-se aumento no número de seções com taxa de crescimento do CII dinâmico negativo, passando de seis seções, no primeiro subperíodo, para 13, no segundo, o que implica impactos no custo de ajuste dos fatores, podendo ocasionar desaceleração no crescimento do comércio dessas seções.

Como ocorrido no primeiro subperíodo, a taxa alcançada pelo crescimento do comércio residual (CEI) compensou o efeito negativo do CII dinâmico para a maioria das seções, possibilitando a várias seções taxas positivas de crescimento. Já as seções VI, VII, IX, X, XIV, XV, XVII e XVIII apresentaram contribuição positiva, devido ao crescimento do CII dinâmico (Cdcii), indicando que, nessas indústrias, o custo de deslocamento e ajuste dos fatores deu-se em níveis inferiores.

A alta taxa de crescimento na seção XXI deveu-se ao grande aumento no fluxo de exportações do Brasil em direção a Argentina, enquanto o fluxo de importações permaneceu em níveis bem menores.

Para o último subperíodo de análise, ao contrário do que ocorreu nos dois primeiros, a maior parte das seções apresentou taxa de crescimento negativa, e somente as seções VI, VII, XIV, XV e XVII mostraram taxas positivas de crescimento. Vale ressaltar que o crescimento do comércio das seções VI, VII e XIV apresentou maior parcela advinda do crescimento positivo no comércio CII dinâmico, indicando menores resíduos de comércio e, portanto, menores deslocamentos de fatores nas indústrias. Já as seções XV e XVII, apesar de também apresentarem taxas positivas, exibiram maiores taxas de contribuição do comércio residual ou CEI dinâmico. Nesse caso, os resíduos de comércio levam a deslocamentos dos fatores dentro ou fora de uma indústria, implicando maiores custos de ajustes para a economia.

Considerando o fluxo total de comércio, no período de 2000 a 2004, verificou-se taxa de crescimento negativa de 2,09%, com a maior contribuição negativa referente ao comércio dinâmico intra-indústria (-21,45%). Tal fato se deve à desaceleração no comércio Brasil e Argentina neste último subperíodo, o que resultou em níveis descontínuos de comércio, fortemente sentido nas importações brasileiras com origem na Argentina. De forma contrária, o comércio para o conjunto de seções selecionadas apresentou crescimento positivo, próximo a 10%, com a parcela positiva do comércio residual mais que compensando o efeito negativo do crescimento do comércio CII dinâmico. O fluxo de importações dessas seções também sofreu retração, mas, em um ritmo bem inferior ao observado para o fluxo total de comércio.

O aumento no número de seções com contribuição negativa do CII dinâmico resultou em forte desaceleração do comércio na maioria das seções. Das 21 seções analisadas, apenas a VI, VII, XIV e a XV apresentaram taxas positivas de crescimento do CII dinâmico, com as demais exibindo taxas negativas superiores a 10%.

Uma vez que a grande maioria das seções apresentou maior parcela de crescimento referente a contribuição negativa do comércio dinâmico intra-indústria, no último subperíodo, o oposto do ocorrido no primeiro e segundo, constatou-se que o comércio entre Brasil e Argentina foi marcado por mudanças desproporcionais nos fluxos de exportação e importação ao longo dos subperíodos. Segundo Menon e Dixon (1997), tal situação provoca deslocamentos de fatores entre diferentes indústrias, podendo ocasionar maiores custos para as indústrias, o que poderia resultar em um fator de empecilho e entrave para o comércio entre os parceiros.

Na Tabela 15 são apresentados os resultados para os fluxos de comércio bilateral entre Brasil e Paraguai. Verifica-se que entre 1990 e 1994, o fluxo de comércio para as seções selecionadas e para o comércio total apresentou taxas de crescimento positivas, ou seja, de 97,43% e 131,68%, respectivamente. Em ambos os casos, a maior parcela do crescimento deveu-se ao fluxo desproporcional nas exportações e importações referentes ao CEI.

Tabela 15 - Contribuição do comércio dinâmico inter e intra-indústria para o crescimento do comércio total entre Brasil e Paraguai. Valores percentuais

Seções	1990-94			1995-99			2000-04		
	Cdcii	Cdcei	cti	Cdcii	Cdcei	Cti	Cdcii	Cdcei	cti
I -	-143,35	74,43	-68,92	-67,89	31,04	-36,85	-14,96	8,19	-6,77
II -	66,42	404,77	471,19	-84,51	42,93	-41,58	-46,70	26,26	-20,43
III -	202,98	3845,46	4048,44	-102,59	62,96	-39,63	-58,52	4,64	-53,89
IV -	0,00	403,87	403,87	-118,64	62,11	-56,54	-91,20	61,10	-30,10
V -	1,11	44,51	45,62	-122,69	61,32	-61,37	-178,96	96,27	-82,69
VI -	-56,05	187,19	131,14	-45,04	22,92	-22,12	2,91	56,51	59,42
VII -	0,05	183,52	183,57	-104,17	53,01	-51,16	3,58	34,76	38,34
VIII -	414,65	371,51	786,16	-104,03	50,28	-53,75	-107,75	47,96	-59,80
IX -	-12,56	7,84	-4,72	-140,02	84,07	-55,95	-52,31	31,45	-20,86
X -	18,98	126,76	145,74	-10,53	23,72	13,18	-73,21	35,66	-37,55
XI -	5,11	13,58	18,69	-82,83	31,43	-51,40	-40,03	8,79	-31,24
XII -	0,49	177,57	178,06	-64,76	32,15	-32,61	-42,72	21,18	-21,53
XIII -	3,03	61,82	64,85	-54,00	26,75	-27,25	-56,32	27,50	-28,82
XIV -	-35,90	17,95	-17,95	-85,94	42,78	-43,17	-42,17	21,08	-21,08
XV -	53,04	116,88	169,92	-48,93	22,56	-26,37	-32,18	22,12	-10,05
XVI -	0,24	194,12	194,36	-90,28	45,14	-45,14	-0,12	32,90	32,78
XVII -	-0,18	156,40	156,22	-136,40	68,22	-68,18	-0,25	38,94	38,69
XVIII -	0,93	298,70	299,63	-61,22	32,52	-28,70	-4,16	28,95	24,79
XIX -	0,00	287,95	287,95	-181,87	90,94	-90,94	-143,35	71,67	-71,67
XX -	-0,29	145,42	145,13	-36,78	19,08	-17,71	-31,74	15,78	-15,96
XXI -	-	-	-	-	-	-	-52,35	26,17	-26,17
total	5,88	91,54	97,43	-61,26	16,61	-44,65	-29,68	17,86	-11,82
Seções*	3,78	127,90	131,68	-76,04	30,63	-45,41	-0,43	4,97	4,54

Fonte: Dados da pesquisa.

*seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, por meio das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Analisando de forma desagregada, constata-se que as seções I, IX e XIV foram as únicas a apresentar taxas negativas de crescimento. Tal fato se deve ao

resultado do CII dinâmico, que mostrou contribuição negativa e mais que proporcional ao comércio residual, decorrente do CEI. A seção VIII (peles, couros e obras destas matérias) foi a única a exibir CII dinâmico positivo maior que o comércio residual, que, somado à contribuição positiva desse tipo de comércio, resultou em uma taxa de crescimento nessa seção superior a 780%.

Ao contrário do que ocorreu no primeiro subperíodo de análise, o segundo apresentou grande número de seções com taxas de crescimento negativas, inclusive para o fluxo de comércio total (-44,65%) e para o comércio do conjunto de seções selecionadas (-45,41). Das 21 seções, somente a X apresentou taxa de crescimento positiva, devido a maior parcela de contribuição do comércio residual. O crescimento positivo no comércio da seção X parece demonstrar que mesmo diante de mudanças desproporcionais nas exportações e importações, a realocação dos fatores deu-se com menores custos de ajuste, possibilitando esse crescimento.

Todas as demais seções apresentaram taxas de crescimento do CII dinâmico negativos e superiores ao comércio residual. Isso indica que as variações no fluxo comercial entre Brasil e Paraguai, muitas vezes marcado pela desaceleração das exportações, resultaram no forte aumento do número de seções com taxas negativas de crescimento, com 20 das 21 seções analisadas exibindo taxas negativas.

O último subperíodo foi marcado pela recuperação no comércio das seções selecionadas (4,54%) e no fluxo total (-11,82%) que, apesar de continuar negativo deu-se em níveis inferiores aos apresentados no subperíodo anterior. Outra demonstração de recuperação foi o aumento no número de seções com crescimento positivo, que aumentou de uma no segundo subperíodo para cinco (VI, VII, XVI, XVII, e XVIII) no terceiro. As seções VI e VII passaram a exibir taxas positivas de crescimento do CII dinâmico, indicando menores custos de ajuste dos fatores e maiores facilidades para o crescimento do comércio nessas seções.

Mesmo nas seções que continuaram com taxas negativas de crescimento do CII dinâmico (Cdcii), verificou-se alguma recuperação. Isso indica que tanto as exportações quanto as importações passaram a variar (aumentaram ou

diminuíram) de forma mais proporcional, possibilitando menores custos de ajuste dos fatores.

Diante desses resultados, constata-se que o fluxo de comércio entre Brasil e Paraguai foi marcado por situações distintas em cada subperíodo analisado, ou seja, crescimento no primeiro, forte retração no segundo e recuperação no terceiro. Esse descompasso entre os fluxos de exportação e importação, causado, muitas vezes, por crises internas e externas vivenciadas pelos países, levou, em vários casos, a deslocamentos dos fatores dentro e fora de uma mesma indústria, gerando com isso mais um empecilho ao comércio Brasil-Paraguai.

Como pode ser observado na Tabela 16, o fluxo de comércio total entre Brasil e Uruguai, no subperíodo de 1990 a 1994, apresentou taxa de crescimento positiva de 48,51%. Da mesma forma, o fluxo de comércio nas seções selecionadas também exibiu taxa de crescimento positivo, porém em um montante ligeiramente inferior (35,39%).

Tabela 16 - Contribuição do comércio dinâmico inter e intra-indústria para o crescimento do comércio total entre Brasil e Uruguai. Valores percentuais

Seções	1990-94			1995-99			2000-04		
	Cdcii	Cdcei	cti	Cdcii	Cdcei	Cti	Cdcii	Cdcei	cti
I -	11,85	18,16	30,02	-57,86	31,45	-26,41	-119,84	63,90	-55,94
II -	29,30	1,51	30,81	-19,55	5,48	-14,07	-11,95	40,45	28,50
III -	65,66	54,67	120,33	9,68	31,31	40,98	-131,21	93,80	-37,40
IV -	123,78	119,72	243,50	-32,38	57,85	25,47	-21,89	9,78	-12,12
V -	-58,90	1192,49	1133,59	-100,81	21,50	-79,31	249,97	2,10	252,08
VI -	-77,82	48,19	-29,63	-1,01	25,85	24,84	-22,11	18,87	-3,24
VII -	30,21	18,51	48,72	-17,55	0,24	-17,31	13,07	9,39	22,45
VIII -	-160,16	76,98	-83,17	8,54	4,83	13,37	-28,08	37,11	9,04
IX -	2,99	426,13	429,12	8,73	17,70	26,43	-70,63	34,32	-36,31
X -	-30,03	168,38	138,35	7,27	18,60	25,88	-49,13	17,53	-31,60
XI -	-6,55	48,48	41,93	-50,21	15,94	-34,27	-71,76	35,95	-35,81
XII -	-115,60	236,78	121,19	-51,43	102,48	51,05	-17,72	7,56	-10,16
XIII -	76,97	126,92	203,89	-54,91	42,82	-12,09	-54,88	23,60	-31,27
XIV -	-161,83	422,02	260,20	-142,69	69,17	-73,52	-135,22	146,91	11,69
XV -	11,12	99,95	111,07	-42,93	27,02	-15,90	12,35	5,99	18,33
XVI -	-3,79	69,73	65,94	6,53	5,38	11,91	-11,92	3,30	-8,62
XVII -	75,21	78,92	154,13	-109,35	62,64	-46,70	-50,80	33,23	-17,57
XVIII -	65,28	103,88	169,16	-23,79	2,49	-21,30	-68,42	31,97	-36,45
XIX -	-13,56	226,54	212,98	-26,92	13,46	-13,46	-190,10	95,05	-95,05
XX -	188,31	200,97	389,28	-77,35	86,61	9,26	-112,31	52,46	-59,85
XXI -	-200,00	567,89	367,89	0,00	62,91	62,91	-131,21	65,60	-65,60
Total	-2,68	51,20	48,51	-18,09	2,38	-15,71	-12,42	6,09	-6,33
Seções*	-29,14	64,53	35,39	-24,99	12,40	-12,59	-15,00	8,13	-6,87

Fonte: Dados da pesquisa.

*seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, por meio das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Considerando as seções desagregadas, constatou-se que somente as seções VI e VIII apresentaram taxas de crescimento de comércio negativas de

29,63% e 83,17%, respectivamente, e, em conjunto com as seções V, X, XI, XII, XIV, XVI, XIX e XXI, apresentaram também taxas negativas de crescimento do CII dinâmico. Tal fato implica impactos negativos no custo de ajuste dos fatores, podendo ocasionar, em períodos futuros, desaceleração no crescimento do comércio total.

As demais seções apresentaram taxas positivas para o CII dinâmico, proporcionando contribuições positivas em direção a menores realocações dos fatores, podendo, ao final, possibilitar menores custos de ajuste.

Em relação ao segundo subperíodo, verificou-se desaceleração no comércio entre Brasil e Uruguai, tanto em relação ao fluxo total (-15,71%) quanto para o fluxo no conjunto das seções selecionadas (taxa de -12,59%). Outra demonstração dessa desaceleração foi o aumento no número de seções com taxa de crescimento negativa, que passou de duas seções para 11.

Quanto à contribuição dinâmica do crescimento no CII, constatou-se que apenas as seções III, VIII, IX, X e XVI apresentaram taxas positivas de crescimento relativo a menores custos de ajuste dos fatores (Cdcii), o que contribuiu para que todas essas exibissem taxas positivas de crescimento de comércio. As taxas de crescimento positivas das demais seções (IV, VI, XII, XX e XXI) deveram-se ao fato de a taxa de crescimento do comércio residual (Cdcei) apresentar valores mais que proporcionais àquele do Cdcii, compensando assim o efeito negativo dessa última variável.

Nos anos de 2000 a 2004, a taxa de crescimento do fluxo de comércio total também apresentou valor negativo (- 6,33%), porém em um montante inferior ao apresentado no segundo subperíodo (-15,71%)

Constatou-se que as seções II, V, VII, VIII, XIV e XV apresentaram taxas de crescimento positivas e que as seções V, VII e XV exibiram taxas positivas de contribuição do CII dinâmico. As seções II, VIII e XIV mostraram contribuições negativas do CII. Entretanto, o fluxo de comércio residual nessas seções, composto por diferentes mudanças nas exportações e importações, contribuiu de forma positiva e mais que proporcional, de forma que compensou o efeito negativo

em Cdcii, resultando, ao final, em crescimento do comércio total nas seções II, VIII e XIV entre Brasil e Uruguai.

Na Tabela 17 são apresentados os resultados da mudança dinâmica do CEI e CII e suas contribuições para o crescimento do comércio entre Brasil e o conjunto dos demais países que compõem o Mercosul.

Tabela 17 - Contribuição do comércio dinâmico inter e intra-indústria para o crescimento do comércio total entre Brasil e Mercosul. Valores percentuais

Seções	1990-94			1995-99			2000-04		
	Cdcii	Cdcei	cti	Cdcii	Cdcei	Cti	Cdcii	Cdcei	cti
I -	55,47	1,13	56,60	-36,29	25,70	-10,59	-88,08	36,14	-51,94
II -	23,89	53,93	77,82	-9,54	3,22	-6,32	-11,57	3,61	-7,96
III -	38,09	323,20	361,29	4,34	81,64	85,99	-143,93	70,86	-73,08
IV -	35,51	269,96	305,47	-39,87	15,27	-24,60	-57,98	43,25	-14,73
V -	198,79	227,76	426,55	-22,21	3,81	-18,40	-41,22	25,96	-15,26
VI -	6,53	91,36	97,89	10,06	16,98	27,03	30,42	10,14	40,56
VII -	75,79	146,78	222,57	-8,33	5,99	-2,34	38,00	8,42	46,41
VIII -	-25,92	14,32	-11,60	-28,80	20,08	-8,72	-55,06	28,85	-26,20
IX -	-80,60	464,24	383,63	22,16	54,31	76,47	-55,13	38,47	-16,65
X -	-70,10	257,89	187,79	13,57	9,74	23,31	-37,77	7,10	-30,67
XI -	156,46	46,19	202,65	-11,63	18,83	7,20	-19,61	12,34	-7,26
XII -	13,86	282,94	296,80	-69,59	109,02	39,43	-33,68	16,44	-17,24
XIII -	7,41	154,81	162,22	-32,10	30,58	-1,52	-44,43	22,40	-22,03
XIV -	-122,40	429,67	307,27	7,74	19,70	27,44	27,71	7,33	35,04
XV -	56,31	309,58	365,89	-6,90	11,63	4,73	7,73	13,31	21,04
XVI -	59,73	197,90	257,63	0,63	18,07	18,70	-9,90	8,82	-1,08
XVII -	558,42	190,86	749,28	17,59	4,92	22,50	-44,81	52,52	7,71
XVIII -	-47,41	362,00	314,59	34,74	28,14	62,88	-22,60	13,77	-8,83
XIX -	23,13	174,75	197,88	-127,77	62,08	-65,69	-63,08	31,33	-31,74
XX -	78,76	423,28	502,04	-46,26	59,48	13,22	-81,10	36,82	-44,28
XXI -	1266,3	24,62	1290,92	-31,82	554,58	522,76	-121,79	60,70	-61,10
total	140,12	70,72	210,84	3,97	3,18	7,14	-15,65	15,53	-0,12
Seções*	104,45	159,42	263,87	12,16	0,90	13,07	-5,63	15,18	9,55

Fonte: Dados da pesquisa.

*seções selecionadas, considerando-se os setores manufaturados e semimanufaturados, por meio das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Como pode ser observado na Tabela 17, o fluxo de comércio total entre Brasil e Mercosul, bem como do comércio das seções selecionadas, no

subperíodo de 1990 a 1994, apresentou taxas positivas de crescimento, ambas acima de 210%. Nesse caso, tanto o crescimento no CII dinâmico quanto CEI contribuíram de forma positiva.

Com relação às seções desagregadas, constatou-se que somente a seção VIII apresentou taxa negativa, devido a contribuição do CII dinâmico (-25,92%). As demais que exibiram contribuições negativas do CII dinâmico (IX, X, XIV e XVIII) mostraram taxas positivas de crescimento. Isso decorreu dos valores positivos apresentados pelo comércio residual, que, além de superarem o efeito negativo de Cdcii, possibilitaram o crescimento do comércio nessas seções.

A retração do comércio entre Brasil e Mercosul, no segundo subperíodo de análise, resultou em forte queda, tanto no fluxo total de comércio (7,14%) quanto no comércio das seções selecionadas (13,07%), permanecendo, porém, ainda positivos.

Quanto à contribuição dinâmica do crescimento no CII e CEI, entre os anos de 1994 a 1995, constatou-se aumento no número de seções (de 5 para 13) com contribuições negativas do crescimento do CII dinâmico. Já a contribuição do comércio residual, apesar de sempre positivo, como descreve a metodologia, apresentou valores menores no segundo período, passando, portanto, a contribuir menos com o crescimento do comércio Brasil-Mercosul.

Apesar da visível desaceleração no comércio e das contribuições negativas do CII dinâmico, a grande maioria das seções conseguiu manter taxas positivas de crescimento. Das 21 seções, apenas oito apresentaram taxas negativas de crescimento. As demais, em sua maioria, mantiveram níveis positivos e superiores a 20%.

Nos anos de 2000 a 2004, a taxa de crescimento do comércio total entre Brasil e Mercosul seguiu em queda, tornando-se ligeiramente negativa em 0,12%. A contribuição negativa do CII dinâmico (-15,65%) de certa forma compensou o efeito positivo da contribuição do CEI (15,53%). Já as seções selecionadas apresentaram taxa de crescimento positiva de comércio, devido a contribuição positiva do CEI dinâmico.

A variação nas exportações e importações entre Brasil e Mercosul provocou desequilíbrio nos fluxos de comércio entre os parceiros, ocasionando, ao final, grande aumento no número de seções com taxas negativas de crescimento do CII dinâmico. Segundo Menon e Dixon (1997), tal situação gera resíduos de comércio, que resultarão em deslocamentos dos fatores produção nas indústrias, o que pode ocasionar maiores custos e, portanto, mais um entrave para o comércio entre os membros do Bloco.

5. Resumo e Conclusões

A formação do Mercosul trouxe consigo uma nova oportunidade de aumento e diversificação no comércio entre seus países-membro. Essa maior aproximação dos países do Bloco vem possibilitando, além da expansão no comércio, uma forma mais competitiva de inserção no mercado internacional, em que o acesso de países menos desenvolvidos é, muitas vezes, difícil e restrito. Ao mesmo tempo, observa-se que os países que se tornam parceiros comerciais vêm-se tornando muito similares em tecnologia e recursos o que traz consigo maior papel no comércio de bens manufaturados.

Diante desse novo paradigma do comércio entre os países, o objetivo principal deste trabalho foi analisar a evolução do comércio intra-indústria, ao longo do período de 1990 a 2004, com o intuito de avaliar e explicar suas alterações perante as mudanças e choques ocorridos, bem como sua contribuição para o crescimento do fluxo comercial total entre Brasil e demais membros do Mercosul.

Os resultados confirmam a hipótese descrita de que a formação de blocos econômicos, como o Mercosul, é um fator relevante para o aumento nos índices de comércio intra-indústria. A integração entre os países do Cone Sul fez com que muitos setores, antes caracterizados por relações comerciais interindustrias, passassem a ser formados por fluxos de comércio intra-indústria. Tais resultados se deveram ao aumento no intercâmbio de produtos de uma mesma indústria após a implementação do Mercosul.

Em relação às duas maiores economias do Mercosul, Brasil e Argentina, os resultados apontam que passado o choque da desvalorização, em meados de 2000, a economia brasileira parecia haver retomado uma direção de estabilidade, enquanto isso a economia argentina começava a indicar alguns sinais de recuperação, após a forte crise de 1999, e um novo quadro de relativa normalidade começava a se formar, propiciando a retomada do crescimento do comércio entre os países.

Vale ressaltar que, por várias vezes, as oscilações nas relações comerciais entre Brasil e Argentina não contaram com a adoção de medidas internas condizentes com os problemas e acabaram representando mais um ponto de conflito do que de soluções aos países. Como consequência, surgiu na Argentina um conjunto de setores produtivos com deficiências estruturais e competitivas, “sensíveis” à concorrência externa, que repercutiu negativamente no processo de maior integração entre os países do Bloco.

Além disso, as grandes variações e choques sofridos pelos fluxos de exportação e importação acarretaram constantes deslocamentos dos fatores de produção entre diferentes indústrias, o que, ao final, resultou em maiores custos e, portanto, mais um entrave à expansão do comércio entre os parceiros do Mercosul.

Analisando o fluxo de comércio entre Brasil e Uruguai, observa-se, pelos resultados, que depois de alcançarem volumes de comércio superiores a US\$ 950 milhões, em 1999, ano em que a moeda brasileira sofreu forte desvalorização, ambos os tipos de comércio, inter e intra-indústria, sofreram bruscas reduções. A partir de então, os fluxos de comércio voltaram a apresentar taxas positivas de crescimento apenas nos anos de 2003 e 2004. Entretanto, houve aumento no número de seções com índices GL acima de 0,50, passando de seis seções em 1990, para nove em 2004.

Os resultados do comércio entre Brasil e Paraguai evidenciaram a predominância do comércio interindústria, na maior parte das seções, o que demonstra um comércio baseado em vantagens comparativas de diferentes segmentos industriais. Além disso, o número de seções com índices GL acima de

0,50 permaneceu praticamente inalterado, passando de duas seções, em 1990, para três em 2004.

Considerando o fluxo de comércio entre Brasil e o conjunto dos países do Mercosul, verificou-se que o índice GL para o fluxo total de comércio apresentou trajetória decrescente entre 1990 e 1993, período de pré-formação do Mercosul, mas, a partir de 1994, tal situação foi revertida, e o índice passou a apresentar valores crescentes até 1998. Em 1999, o índice sofreu pequena queda, passando para 0,59 e, a partir daí, manteve-se certa estabilidade até o fim do período.

O aumento no valor dos índices de comércio intra-indústria em várias seções e também no número de seções com índices GL acima de 0,50 indicou diferenciações produtivas condizentes com o maior relacionamento intra-setorial multilateral, entre os membros do Mercosul.

Vale ressaltar que, em várias seções, o Brasil consolidou-se como fornecedor de produtos de maior valor agregado, mostrando significativa vantagem, principalmente nas seções que envolvem setores manufaturados. Isso porque além de ter exibido padrão de comércio do tipo intra-indústria, apresentou saldo bilateral positivo em diversas seções, em vários anos, evidenciando o maior potencial competitivo da indústria brasileira nas seções que envolvem atividades industriais mais complexas.

Quanto à contribuição do comércio inter e intra-indústria para o crescimento do comércio total entre Brasil e os demais países que formam o Mercosul, concluiu-se, pelos resultados, que a contribuição tanto do comércio inter quanto intra-indústria variou de forma bastante significativa ao longo dos subperíodos. Enquanto no primeiro subperíodo (1990 a 1994) o comércio total cresceu a uma taxa superior a 200%, com o comércio inter e intra-indústria contribuindo com parcelas praticamente iguais, no segundo subperíodo (1995 a 1999) verificou-se forte desaceleração no ritmo de comércio entre os parceiros do bloco, o que implicou taxa de crescimento bastante inferior, de 7,14% com o comércio interindústria contribuindo de forma negativa (-0,62%). Essa desaceleração foi ainda maior no terceiro subperíodo (2000 a 2004), o que resultou em taxa de

crescimento ligeiramente negativa de 0,12%, com o CII contribuindo negativamente com 2,27 e o CEI, positivamente com 2,16.

Essa forte desaceleração comercial ocorrida principalmente após 1998 foi responsável pelo aumento na disparidade produtiva dos países, impondo, muitas vezes, maiores custos de produção e novos padrões de intercâmbio na região, impedindo o fortalecimento e a ampliação das relações internas ao Bloco. Isso foi contra a hipótese adotada no trabalho de que o comércio intra-indústria passaria a ter importância preponderante, contribuindo de forma significativa para a expansão do fluxo de comércio entre Brasil e demais membros do Mercosul.

Considerando que o intercâmbio de produtos semelhantes com mesma qualidade é bom indicador de similaridade industrial e de renda entre os países e que ambos dizem respeito ao esquema de integração regional, pode-se concluir que o processo de integração comercial tem apresentado falhas. Diante disso, há necessidade de se realizar outros estudos e estimular debates e pesquisas setoriais específicas sobre meios capazes de aumentar a participação do comércio intra-industrial, além de buscar averiguar seus efeitos sobre o comércio e as relações entre os países.

6. Referências Bibliográficas

BALASSA, B. **Tariff Reductions and Trade in Manufactures Among the Industrial Countries.** *American Economic Review*. Vol. 56, 1966, n .3, P.466-473.

BALASSA, B. **Trade Creation and Trade Diversion in The European Common Market: An Appraisal of the Evidence.** In. Balassa, B. *European Economic Integration*, 1975, p.79-118.

BALASSA, B. **Structural Change in Trade in manufactured goods between industrial and developing countries.** World Bank Staff. Working paper. N.396, Washington, june,

BARROS, A. R.; HIDALGO A.B. (Org.). **Comércio Internacional e Mercosul: impactos sobre o Nordeste Brasileiro.** Fortaleza: ETENE, 1997. P. 171-183.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; CONÇALVES, R. **Economia Internacional. Teoria e Experiência Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. 441p.

BRULHART, M. **Marginal Intra-industry Trade: Measurement and Relevance for the Pattern of Industrial Adjustment.** *Weltwirtschaftliches Archiv*, vol. 130, 1991. P. 600-613.

BRULHART, M.; MURPHY, A.; STROBL, E. **Intra-industry Trade and Job Turnover.** 1998. University of Manchester

CAMPBELL, J. **Aprender o Passado, Pensar o Futuro.** In: CAMPBELL, J. (Org.) *O Mercosul entre a Realidade e a Utopia.* São Paulo. Ed. Relumé Dumará, 2000. P.11-45.

CORREA, L. F. **O Comércio nos Países do Cone Sul.** MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em < <http://www.mre.gov.br>> capturado em 23 de setembro de 2003.

CORREA, P. G.; LOES, A. **Impactos Setoriais do Mercosul sobre a Indústria Brasileira: Uma Análise com Base no Padrão de Comércio.** Anais do Congresso de Economia da ANPEC, Florianópolis - SC, p. 313-332,1994.

COSTA, T. V. M. ; WAQUIL, P. D. **Comércio Intra-Mercosul de Frangos: Intensidade, Orientação Regional e Vantagens Comparativas.** In: Teoria e evidência Econômica, Passo Fundo. v.7, n.12, p. 9-35. maio-1999.

GALVÃO, O.J.A. Tendências recentes do comércio internacional: impactos sobre o Brasil e a região Nordeste. In: GALVÃO,O.J.; BARROS,A.R.; HIDALGO A.B.(Org.). **Comércio Internacional e Mercosul: impactos sobre o Nordeste Brasileiro.** Fortaleza: ETENE, 1997. P. 15-93.

GONCALVES, R.; BAUMANN, R.; PRADO, L. C. D.; CANUTO, O **A Nova Economia Internacional. Uma Perspectiva Brasileira.** Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1998. 389p.

GRUBEL H.G., JOHNSON H.G., **Nominal Tariff, Indirect Taxes and Effective Rates of Protection : The Common Market Countries 1959"**, Economic Journal, 1967, Dec., P. 761-776.

GRUBEL, Herbert and LLOYD, Peter J. **Intra-Industry Trade.** Macmillan, London. 1975

GUALDA, N. L. P. **Avaliação da Competitividade dos Setores Industriais do Rio Grande do Sul no Mercosul.** Porto Alegre. FEE. V.20,n.1 1999. p.228-257

GUIMARÃES, E. P. **Competitividade Internacional: Conceitos e medidas.** Estudos em Comércio Exterior. Vol.1,1997, n.3. P.1-24 (Mimeo.).

GUIMARÃES, E. P. **Componente Tecnológico Comparativo das Exportações ao Mercosul e ao Resto do Mundo.** Textos para discussão, n. 765. Brasília, outubro 2000.

HAMILTON, Clive e KNIEST, Paul. **"Trade Liberalisation, Structural Adjustment and Intra-Industry Trade: A Note"**. *Weltwirtschaftliches Archiv*, vol. 12, 1991. P. 356- 367.

HIDALGO, A. B. **Intercâmbio Comercial Brasileiro Intra-indústria: Uma Análise Entre Indústrias e entre países.** *Revista Brasileira de Economia*, V.1, n.2, abr./jun. 1993. P. 243-264.

HIDALGO, A. B. Especialização do Nordeste Brasileiro no Comércio Internacional: Mercosul e outros Blocos Regionais de Comércio. In: GALVÃO, O.J.; BARROS, A.R.; HIDALGO A.B.(Org.). **Comércio Internacional e Mercosul: impactos sobre o Nordeste Brasileiro.** Fortaleza: ETENE, 1997. P. 171-183.

KENEN, P. B. **Economia Internacional - Teoria e Política.** Rio de Janeiro: Campus, 1998. 648p.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional - Teoria e Política.** São Paulo: MAKRON Books, 1999. 807p.

KRUGMAN, P. R. *Intraindustry Specialization and the Gains from Trade.* **Journal of Political Economy**, Vol 89 (5), october, 1981, 959-73.

LAVAGNA, R. **Os Desafios do Mercosul.** *Revista Brasileira de Comércio Exterior.* Vol. 1, out/dez 2001, n.69. P.8-21.

LÍRIO, V. S.; CAMPOS, A. C. **Do Mercosul a Alca. Impactos sobre as Cadeias do Agronegócio Brasileiro.** Vicosa. Ed. UFV, 2003. 203p.

MACHADO, J. B.; RIBEIRO, F. J. **Mudança Cambial e Questões Estruturais.** *Revista Brasileira de Comércio Exterior.* Vol. 1, Out/dez 1999, n. 61. p.18-24.

MELLO, I. P. A Inserção do Mercosul na Economia Mundial. In: BRANDÃO, A. S.; PEREIRA, L.V. (Org.) **Mercosul: Perspectivas da Integração.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 75-120.

MENON, J.; DIXON, P. B. **Measures of Intra-industry trade as indicators of Factor Market Disruption.** Center of Policy Studies and the Impact Project. General Paper. n. G-113, p.2-5, abr-1995.

MENON, J.; DIXON, P. B. **Intra-industry versus Inter-industry Trade: Relevance for Adjustment Costs.** *Weltwirtschaftliches Archiv*, Vol. 133, 1997, P. 164-169.

MIOR, L.C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.** Campinas. CPDA/UFRRJ, 1993. 74p.

MONTOYA, M. A. Dimensão Econômica, Setores-chaves e Comércio Inter-regional induzido pela Demanda Final do Mercosul. In: MONTOYA, M. A. (Org.). **Relações Intersectoriais do Mercosul e da Economia Brasileira. Uma Abordagem de Equilíbrio Geral do Tipo Insumo Produto.** Passo Fundo. Ed. EDIUPF, 1998. p.19-58.

MONTOYA, M. A. **O agronegócio no Mercosul: dimensão econômica, desenvolvimento industrial e interdependência estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.** Revista. Brasileira de Economia., Out 2002, vol.56, n.4, p.605-660.

MOREIRA, S.V. **Aspectos Macroeconômicos do Mercosul: Uma Abordagem sobre o Desempenho das Empresas Brasileiras.** Brasília. Texto para Discussão. IPEA. n.982,2003. 63p.

PENA, F. **O Mercosul e as relações entre Brasil e Argentina. Perspectivas para avaliação e proposta de ação.** Revista Brasileira de Comércio Exterior. Vol. 1, out/dez 2004, n.81. P 3-11.

PILLETI, N.; PRAXEDES, W. **Mercosul, competitividade e Evolução.** São Paulo. Revista de Estudos Avançados. Set/dez. v.1 n.34,1998. p.219-234

PORTER, M. E. **A Vantagem Competitiva das Nações.** Rio de Janeiro, Campus, 1993, 897p.

RESENDE, R. M. **Relações Entre o Mercosul e as Exportações Brasileiras de Café.** Viçosa: UFV, 2001. 88 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) Universidade Federal de Viçosa, 1995.

SALVATORE, D. **Economia Internacional.** Rio de Janeiro: LTC, 2000, p. 175-209.

SANTOS, C. V. ; MARTINS, R. S. Impactos das Influências do Sistema Portuário Brasileiro sobre as Exportações Agroindustriais. In: MONTOYA, M. A. (Org.). **Relações Intersectoriais do Mercosul e da Economia Brasileira. Uma Abordagem de Equilíbrio Geral do Tipo Insumo Produto.** Passo Fundo. Ed. EDIUPF, 1998. P. 151-167

SICA, D. **Mudança Estrutural, Investimento externo e intercâmbio comercial nas duas Maiores economias do Mercosul.** Revista Brasileira de Comércio Exterior. Vol. 1, Out/dez 2004, n. 81. p.12-31.

SILVA, M.; ILHA, A. S. **Avaliação do Padrão de Comércio Brasil-Argentina no período 1989-2001: Uma Ênfase no Comércio Intra-indústria.** Revista de Integração latino-americano. Vol.1, 2004, n. 01. P.99 -122.

SOARES, H.; FILHO, M. E.; CASTRO, A. M.; REINIGER E.; NARDIN, M. **Competitividade: Conceituação e Fatores Determinantes.** Departamento de Estratégias de Desenvolvimento-DEESD. 1991. P.3-9 (Mimeo.).

VASCONCELOS, C. R. F. **O Comércio Brasil-Mercosul na Década de 90: Uma Análise pela Ótica do Comércio Intra-indústria.** Revista Brasileira de Economia. V. 57, n. 1, parte II, jan./mar. 2003. P. 283-313.

ANEXO

TABELA A1 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA/ARGENTINA US\$ FOB

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I -	2.630	12.147	99.166	111.104	82.009	58.678	107.601	128.092	146.556	111.394	109.830	100.171	25.418	61381	55073
II -	24.242	56.758	59.460	71.871	86.258	111.630	113.282	134.702	119.751	105.685	94.068	66.694	50.243	64804	63070
III -	1.408	2.140	2.667	4.245	5.222	11.056	11.430	9.377	8.987	5.740	5.276	5.881	2.424	3558	3592
IV -	20.634	52.358	96.919	129.926	197.672	186.972	202.516	246.961	184.630	174.689	242.826	260.609	104.991	133847	146981
V -	118.310	122.747	113.091	186.231	200.785	166.022	186.750	177.887	181.415	137.697	202.715	233.924	151.631	176657	257777
VI -	135.455	168.672	243.440	323.846	409.203	561.778	591.388	722.995	745.999	647.707	685.383	639.112	560.422	743588	951293
VII -	39.502	131.744	202.419	257.646	299.179	332.660	378.986	465.409	419.261	384.625	493.834	385.500	266.960	473930	653057
VIII -	89	897	1.953	2.039	1.998	2.071	4.278	3.156	5.266	8.016	9.285	10.524	7.500	5539	6342
IX -	1.200	5.579	18.253	30.803	34.059	24.636	28.812	43.417	55.709	51.993	48.469	37.847	6.626	16457	26847
X -	18.190	86.596	132.436	203.759	179.502	219.941	251.494	277.909	298.687	275.602	297.424	266.136	113.870	164471	228153
XI -	11.964	67.766	142.964	157.446	176.052	177.303	279.276	352.156	348.999	306.297	342.851	294.619	116.682	337663	375679
XII -	0	2.647	13.730	10.997	17.554	20.386	34.494	56.077	75.705	95.922	129.690	134.271	16.898	74113	107570
XIII -	6.942	26.611	37.902	61.015	64.636	59.159	78.066	93.446	92.899	90.513	92.956	75.267	30.506	49787	73455
XIV -	0	135	316	1.235	1.519	1.405	2.449	3.522	4.914	3.287	2.998	4.274	772	2212	3960
XV -	72.667	182.253	412.583	375.093	460.194	475.933	489.330	655.179	620.197	491.932	505.981	466.891	198.762	329743	646023
XVI -	118.210	273.089	523.101	737.521	816.648	761.732	1.055.630	1.343.775	1.269.967	1.154.601	1.571.942	1.082.486	303.543	848558	1624396
XVII -	65.498	261.055	882.996	910.310	1.000.226	781.094	1.260.833	1.929.657	2.042.532	1.184.622	1.226.545	783.241	338.070	1002621	2039314
XVIII -	0	8.272	22.141	24.559	32.766	27.348	29.161	40.442	47.900	53.905	54.254	52.459	25.445	33130	44117
XIX -	644	2.580	4.283	3.291	140	1.422	2.236	2.909	3.129	2.623	2.663	2.124	1.067	2764	2377
XX -	1.783	10.846	29.602	44.221	56.651	41.845	56.503	77.327	72.053	71.862	107.207	93.205	15.686	32662	61621
XXI -	12	0	15	0	109	125	45	5.548	3.646	5.244	6.551	7.247	4.348	3656	2514
TOTAL	639.381	1.474.890	3.039.436	3.647.161	4.122.382	4.023.196	5.164.560	6.769.941	6.748.204	5.363.954	6.232.746	5.002.482	2.341.864	4.561.141	7.373.211
seções	482.209	1.235.347	2.674.681	3.133.143	3.590.993	3.547.217	4.577.386	6.093.715	6.059.143	4.777.918	5.560.014	4.375.848	2.053.143	4.147.203	6.822.925

TABELA A2 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA/PARAGUAI US\$ FOB

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I -	168	688	2.696	2.164	3.733	6.593	6.044	5.393	5.145	5.331	5.539	6.420	4.561	4.963	5.861
II -	866	1.871	1.607	3.114	5.484	10.222	16.947	13.674	23.773	11.525	13.497	7.936	11.291	10.111	18.764
III -	13	33	245	218	1.177	1.469	4.392	4.426	9.758	9.504	9.358	7.019	2.764	2.167	3.700
IV -	38.331	69.933	94.387	164.223	196.055	275.993	241.145	298.845	344.008	109.148	132.890	86.835	53.393	52.318	63.025
V -	26.605	26.015	28.352	36.230	38.612	43.942	47.136	46.693	14.568	16.951	15.235	18.522	20.251	22.010	26.010
VI -	33.498	44.882	53.528	107.336	115.772	143.664	167.384	158.280	132.304	110.180	126.920	121.481	113.963	154.886	203.902
VII -	47.240	54.947	58.024	107.381	133.968	138.998	159.595	150.563	119.438	66.498	75.559	72.407	67.998	89.273	104.123
VIII -	464	3.056	3.235	2.964	3.620	1.854	1.157	4.037	4.035	1.748	1.733	3.635	611	749	1.038
IX -	736	588	525	837	1.226	1.733	1.802	1.671	3.251	6.214	2.131	2.303	2.469	2.036	2.626
X -	11.786	14.171	16.116	31.003	28.210	41.271	38.943	40.303	52.110	49.611	63.547	59.486	39.161	35.539	39.854
XI -	49.740	62.084	58.744	94.214	79.829	73.280	72.199	75.045	66.427	48.412	51.688	36.987	19.094	28.482	36.682
XII -	9.233	12.093	11.281	30.123	25.672	27.620	25.196	25.902	22.694	18.654	21.501	19.769	10.412	12.662	16.901
XIII -	20.101	23.423	22.325	35.605	32.852	44.170	48.203	54.080	44.950	32.205	32.131	25.689	17.551	20.703	23.023
XIV -	97	66	195	61	80	230	168	204	86	131	131	134	94	151	103
XV -	32.963	43.744	46.670	72.652	80.390	90.899	98.998	110.231	92.403	67.975	79.307	65.062	46.073	51.595	65.912
XVI -	63.261	91.573	96.921	173.808	186.142	234.214	259.222	233.031	185.585	128.295	131.198	122.355	103.688	152.423	174.386
XVII -	35.779	34.506	35.355	66.999	91.757	130.000	102.351	151.068	99.095	41.341	47.356	43.239	31.143	53.434	65.762
XVIII -	1.845	2.706	3.329	5.498	7.451	7.444	7.182	7.857	6.364	5.164	4.058	5.639	4.308	3.060	5.183
XIX -	1.547	1.766	997	1.730	6.001	9.461	6.993	4.263	2.086	857	106	4	32	474	30
XX -	6.099	7.868	8.654	15.344	14.976	17.219	19.175	20.700	20.709	14.048	17.507	15.930	9.259	10.375	14.660
XXI -	0	0	0	5	0	0	350	442	340	515	401	343	367	239	296
TOTAL	380.374	496.011	543.186	951.509	1.053.007	1.300.278	1.324.582	1.406.705	1.249.127	744.308	831.793	721.195	558.483	707.650	871.841
seções	324.141	433.695	477.588	856.202	948.866	1.165.237	1.173.372	1.255.160	1.124.462	647.026	735.758	636.895	489.844	634.421	776.768

Fonte:MDIC

TABELA A3 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA/URUGUAI US\$ FOB

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I -	1.024	976	2.970	8.265	9.571	7.559	9.920	12.877	12.097	13.074	10.452	14.643	8.759	12.347	16.602
II -	23.916	26.408	36.206	45.222	45.445	61.617	62.577	64.810	49.038	39.834	33.707	33.280	25.472	20.789	23.547
III -	834	780	1.156	2.237	2.557	3.412	4.149	4.448	5.051	3.847	3.380	3.380	5.930	6.782	8.049
IV -	4.876	9.005	13.625	29.995	32.517	44.244	97.572	97.283	139.920	78.506	71.722	57.713	48.652	44.126	62.502
V -	5.089	7.070	10.820	65.443	89.603	33.072	12.877	17.876	10.571	8.741	16.735	6.137	18.374	11.878	45.981
VI -	32.766	35.919	36.752	45.154	42.384	50.598	70.790	56.206	53.451	50.127	48.302	52.688	45.342	44.503	57.162
VII -	37.277	39.357	44.604	54.534	63.833	67.463	78.155	89.726	69.682	53.806	63.331	61.858	43.641	48.704	72.267
VIII -	5.227	5.236	2.116	2.289	2.044	2.208	3.094	3.347	3.072	3.720	10.080	39.551	23.012	12.070	15.421
IX -	2.379	3.520	6.320	11.464	12.550	12.560	11.080	14.832	17.590	15.336	13.181	11.682	6.194	5.118	8.453
X -	9.209	16.070	20.629	27.897	26.929	34.403	33.147	37.585	41.837	35.831	40.769	35.387	24.119	20.463	25.691
XI -	11.569	30.798	19.847	56.980	42.592	58.755	56.213	54.448	52.109	45.046	44.377	48.699	34.070	36.122	44.438
XII -	321	1.527	4.636	6.374	5.733	5.959	8.391	9.102	11.076	12.766	13.436	12.642	7.101	8.199	12.218
XIII -	3.110	6.648	3.917	12.459	15.798	15.634	14.860	16.522	22.424	19.388	21.714	19.451	11.061	11.102	15.406
XIV -	68	38	136	196	1.790	1.295	544	3.479	571	343	471	408	83	128	65
XV -	26.963	31.951	49.342	67.246	62.445	70.103	71.182	68.184	72.861	51.744	49.873	44.750	20.832	26.655	57.671
XVI -	60.722	52.078	80.499	120.971	107.203	111.918	111.500	122.309	109.049	115.874	96.487	88.164	39.727	47.344	90.063
XVII -	65.076	77.957	156.900	198.454	142.185	206.254	142.715	171.940	177.689	81.765	83.605	74.403	31.232	33.779	92.941
XVIII -	1.816	2.043	2.445	3.731	5.058	5.960	3.760	4.767	5.985	5.131	6.412	5.362	3.138	2.867	3.219
XIX -	367	457	615	480	1.233	348	239	599	323	301	889	36	676	199	44
XX -	1.955	2.665	6.911	15.658	19.392	16.712	17.215	18.796	25.282	33.176	37.354	28.389	12.370	9.620	14.526
XXI -	-	-	2	1	5	785	688	843	917	1.279	2.262	2.119	708	730	778
TOTAL	294.565	350.503	500.446	775.050	730.868	810.860	810.668	869.979	880.594	669.634	668.539	640.742	410.493	403.525	667.044
seções	255.823	301.941	431.395	613.626	532.923	657.865	676.520	714.896	736.730	534.315	528.394	521.217	320.866	324.832	533.593

Fonte:MDIC

TABELA A4 - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA /ARGENTINA US\$FOB

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I -	182.836	122.397	52.668	104.684	243.309	469.496	468.654	449.320	407.390	396.056	341.723	180.347	202.039	115.562	128.669
II -	565.958	670.887	750.394	906.194	1.028.387	1.362.410	1.506.662	1.319.045	1.706.178	1.290.560	1.368.958	1.280.422	1.013.369	1.170.289	1.090.071
III -	28.519	46.564	31.003	57.841	144.360	123.609	110.885	312.418	404.829	241.987	209.511	48.142	72.863	37.906	41.932
IV -	51.775	27.354	24.621	21.766	64.720	181.564	213.660	256.221	250.893	160.993	143.471	128.704	137.216	162.165	186.410
V -	27.904	60.666	116.591	532.585	619.206	833.443	1.253.006	1.241.543	730.271	726.158	1.535.172	1.123.211	894.191	896.658	1.137.820
VI -	113.754	128.671	124.146	118.669	166.711	234.777	313.550	382.890	416.254	438.549	462.093	471.896	414.129	506.377	677.911
VII -	36.218	48.014	57.898	62.971	100.817	193.415	230.592	225.578	246.614	221.646	329.224	405.701	407.201	413.852	587.315
VIII -	35.245	106.043	92.617	93.133	99.600	108.800	95.173	97.685	89.709	89.465	94.530	98.875	54.722	55.734	58.666
IX -	5.952	1.568	479	713	1.779	13.979	36.210	41.520	29.937	19.295	29.814	19.559	19.369	53.407	35.414
X -	46.182	20.342	10.687	9.609	17.172	95.543	109.057	129.773	159.121	113.687	149.703	97.514	81.883	76.075	86.035
XI -	50.675	53.796	61.789	80.528	194.522	294.494	417.319	454.588	345.924	291.647	217.937	170.019	113.510	91.115	126.576
XII -	1.337	1.831	360	951	4.027	41.988	50.103	61.769	35.122	9.870	947	1.456	733	616	468
XIII -	17.733	12.724	8.765	11.695	16.724	31.546	24.433	31.222	24.832	12.689	9.095	9.300	7.516	6.516	10.264
XIV -	273	47.912	49.226	69.444	146	559	725	737	224	724	88	15	136	185	420
XV -	33	42.054	29.563	37.392	37.378	80.346	100.620	133.998	155.405	135.544	133.509	157.576	157.683	153.745	150.835
XVI -	131.020	144.038	140.657	194.395	246.114	464.897	462.642	676.900	539.713	459.410	495.682	450.871	305.058	303.759	384.181
XVII -	59.706	108.755	222.060	476.345	669.073	1.026.227	1.367.223	2.293.501	2.634.640	1.304.876	1.397.801	1.501.984	823.008	609.886	802.790
XVIII -	8.081	8.170	5.628	4.890	4.391	7.905	10.254	10.549	14.781	17.903	40.338	52.460	32.701	30.724	43.169
XIX -	0	0	1	206	326	430	712	493	335	220	162	133	97	124	154
XX -	3.757	5.310	1.772	2.539	5.104	25.739	33.804	36.866	33.054	11.462	10.374	7.991	5.849	5.471	4.902
XXI -	2	1	16	64	101	228	157	196	113	47	23	0	2	1	4
TOTAL	1.366.959	1.657.096	1.780.938	2.786.614	3.663.966	5.591.393	6.805.440	8.156.813	8.225.337	5.942.791	6.970.154	6.206.176	4.743.275	4.690.167	5.554.006
seções	534.026	689.067	770.025	1.100.649	1.604.525	2.729.954	3.370.193	4.723.452	4.888.175	3.243.591	3.465.235	3.537.056	2.527.844	2.404.048	3.104.356

Fonte:MDIC

TABELA A5 - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA /PARAGUAI US\$FOB

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I -	129.275	33.116	4.836	12.991	36.498	36.908	31.541	45.190	50.468	22.142	39.632	17.754	34.810	29.453	36.254
II -	13.038	6.926	13.319	5.981	73.939	182.388	201.601	217.672	94.853	101.001	167.208	170.587	216.716	313.917	125.015
III -	1.134	9.543	30.519	30.790	46.397	67.422	63.827	50.838	58.080	32.085	9.979	6.837	9.884	5.756	5.217
IV -	722	266	795	755	723	5.265	25.474	68.146	28.282	13.099	20.327	39.482	62.090	61.310	44.078
V -	36	0	325	130	183	56	49	59	17	44	143.430	8	310	752	1.456
VI -	18.194	8.949	5.665	22.417	3.707	5.024	3.870	5.992	4.207	5.621	5.887	6.124	6.993	9.434	7.819
VII -	13	0	4	13	24	191	509	1.049	1.758	1.477	2.588	3.313	1.963	2.045	3.985
VIII -	1.057	1.766	606	11.081	9.866	4.238	1.163	1.802	1.628	1.069	10.014	1.483	183	1.752	3.685
IX -	30.801	20.080	22.835	31.271	28.821	30.131	28.529	16.935	15.200	7.823	7.212	8.696	6.045	3.707	4.768
X -	269	390	664	610	1.413	3.933	2.476	2.440	1.450	1.552	1.175	868	426	619	562
XI -	136.747	140.523	113.938	158.719	141.511	175.797	185.868	100.062	87.450	72.642	82.046	37.914	32.054	41.563	55.280
XII -	11	23	3	4	34	68	0	75	77	4	38	17	0	0	0
XIII -	32	0	1	7	337	140	53	16	5	30	213	185	73	219	0
XIV -	0	0	9	0	0	0	3	1	1	0	0	0	0	0	0
XV -	110	6	252	772	8.880	2.805	5.799	5.842	5.134	1.023	3.958	4.343	4.360	3.695	8.985
XVI -	1	13	37	19	78	431	1.358	563	1.141	436	308	2.353	7.047	558	228
XVII -	32	57	8	31	0	1	26	11	187	25	60	6	35	0	0
XVIII -	29	2	36	0	37	6	4	11	482	148	129	79	35	31	42
XIX -	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
XX -	12	11	17	16	3	23	89	815	200	142	435	158	62	155	419
XXI -	0	9	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL	331.513	221.681	193.873	275.609	352.453	514.825	552.239	517.518	350.622	260.362	494.637	300.207	383.086	474.966	297.793
seções	157.185	151.996	122.009	194.422	166.275	197.757	226.548	185.993	131.797	97.096	126.529	95.982	115.186	121.007	124.664

Fonte:MDIC

TABELA A6 - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA /URUGUAI US\$FOB

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
I -	143.191	59.751	28.847	63.879	177.930	211.274	232.433	245.877	272.169	147.969	143.887	73.525	106.060	67.900	51.407
II -	123.060	155.970	113.159	147.880	146.815	161.227	292.762	251.950	283.272	151.665	136.337	149.062	129.244	216.358	194.952
III -	4.415	4.796	7.235	4.686	9.008	5.561	7.554	7.492	12.780	8.805	13.177	6.644	3.081	8.798	2.315
IV -	10.344	6.603	4.461	7.188	19.764	38.003	41.259	57.263	78.230	24.686	12.502	9.921	16.641	11.561	11.517
V -	2.178	35	529	110	38	15.202	15.204	5.070	1.194	1.250	6.664	12.172	6.152	27.030	36.401
VI -	70.924	53.739	36.345	28.885	30.578	42.885	46.137	54.404	66.393	66.577	65.116	55.967	51.649	45.430	52.576
VII -	41.720	28.271	34.405	42.272	53.651	88.170	88.911	70.560	82.612	74.886	73.432	75.600	77.286	84.989	95.205
VIII -	97.565	25.894	15.357	21.833	15.252	14.408	12.867	14.186	7.564	15.118	13.067	13.966	14.224	12.561	9.818
IX -	0	111	0	0	36	23	351	557	840	572	207	2.403	158	171	73
X -	2.346	3.153	5.467	888	611	4.828	22.396	32.884	27.693	13.553	20.609	17.083	24.302	19.015	16.292
XI -	57.054	53.642	37.767	40.466	54.806	90.800	91.049	114.404	86.309	53.254	47.501	25.131	11.062	9.633	14.535
XII -	2.702	899	643	552	955	2.909	1.141	915	589	628	317	527	176	184	138
XIII -	4.561	4.048	3.695	6.492	7.513	8.803	7.829	6.926	5.251	2.094	1.277	548	459	422	395
XIV -	436	8	20	85	28	39	35	52	25	10	130	259	283	560	606
XV -	6.666	6.759	4.885	6.028	8.535	15.435	19.476	52.761	26.587	20.192	14.262	15.346	10.485	10.447	18.221
XVI -	7.796	5.788	4.074	3.932	6.499	9.193	9.961	46.631	41.014	19.664	11.309	12.574	4.417	6.852	8.437
XVII -	1.099	628	2.856	7.632	25.984	21.439	37.104	17.898	34.754	39.587	35.613	25.303	25.362	11.798	5.330
XVIII -	558	707	261	483	1.333	2.862	2.186	1.176	2.144	1.812	2.921	4.685	2.226	2.479	2.712
XIX -	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
XX -	3.953	2.059	1.934	2.090	9.516	17.632	15.186	12.911	12.696	4.349	3.297	2.364	1.577	1.633	1.794
XXI -	1	1	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0
TOTALL	580.594	412.863	301.940	385.379	568.850	750.694	943.841	993.927	1.042.113	646.672	601.622	503.080	484.844	537.821	522.724
seções	298773	186083	146521	160158	217967	330931	372486	463082	453887	329958	296648	256103	237830	214949	234781

Fonte:MDIC

TABELA A7 Códigos e Descrições de Mercadorias na NCM

Seções	Descrição
SEÇÃO I	ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL
SEÇÃO II	PRODUTOS DO REINO VEGETAL
SEÇÃO III	GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS OU VEGETAIS; PRODUTOS DA SUA DISSOCIAÇÃO; GORDURAS ALIMENTARES ELABORADAS; CERAS DE ORIGEM ANIMAL OU VEGETAL
SEÇÃO IV	PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES; BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES; FUMO (TABACO) E SEUS SUCEDÂNEOS MANUFATURADOS
SEÇÃO V	PRODUTOS MINERAIS
SEÇÃO VI	PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS OU DAS INDÚSTRIAS CONEXAS
SEÇÃO VII	PLÁSTICOS E SUAS OBRAS; BORRACHA E SUAS OBRAS
SEÇÃO VIII	PELES, COUROS, PELETERIA (PELES COM PÊLO*) E OBRAS DESTAS MATÉRIAS; ARTIGOS DE CORREEIRO OU DE SELEIRO; ARTIGOS DE VIAGEM, BOLSAS E ARTEFATOS SEMELHANTES; OBRAS DE TRIPA
SEÇÃO IX	MADEIRA, CARVÃO VEGETAL E OBRAS DE MADEIRA; CORTIÇA E SUAS OBRAS; OBRAS DE ESPATARIA OU DE CESTARIA

CONTINUAÇÃO:

SEÇÃO X	PASTAS DE MADEIRA OU DE MATÉRIAS FIBROSAS CELULÓSICAS; PAPEL OU CARTÃO DE RECICLAR (DESPERDÍCIOS E APARAS); PAPEL E SUAS OBRAS
SEÇÃO XI	MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS (Ver Notas de Seção)
SEÇÃO XII	CALÇADOS, CHAPÉUS E ARTEFATOS DE USO SEMELHANTE, GUARDA-CHUVAS, GUARDA-SÓIS, BENGALAS, CHICOTES, E SUAS PARTES; PENAS PREPARADAS E SUAS OBRAS; FLORES ARTIFICIAIS; OBRAS DE CABELO
SEÇÃO XIII	OBRAS DE PEDRA, GESSO, CIMENTO, AMIANTO, MICA OU DE MATÉRIAS SEMELHANTES; PRODUTOS CERÂMICOS; VIDRO E SUAS OBRAS
Capítulos	
SEÇÃO XIV	PÉROLAS NATURAIS OU CULTIVADAS, PEDRAS PRECIOSAS OU SEMIPRECIOSAS E SEMELHANTES, METAIS PRECIOSOS, METAIS FOLHEADOS OU CHAPEADOS DE METAIS PRECIOSOS, E SUAS OBRAS; BIJUTERIAS; MOEDAS
SEÇÃO XV	METAIS COMUNS E SUAS OBRAS (Ver Notas de Seção)
SEÇÃO XVI	MÁQUINAS E APARELHOS, MATERIAL ELÉTRICO, E SUAS PARTES; APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM, APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS E DE SOM EM TELEVISÃO, E SUAS PARTES E ACESSÓRIOS (Ver Notas de Seção)
SEÇÃO XVII	MATERIAL DE TRANSPORTE (Ver Notas de Seção)

CONTINUAÇÃO:

SEÇÃO XVIII	INSTRUMENTOS E APARELHOS DE ÓPTICA, FOTOGRAFIA OU CINEMATOGRAFIA, MEDIDA, CONTROLE OU DE PRECISÃO; INSTRUMENTOS E APARELHOS MÉDICO-CIRÚRGICOS; APARELHOS DE RELOJOARIA; INSTRUMENTOS MUSICAIS; SUAS PARTES E ACESSÓRIOS
SEÇÃO XIX	ARMAS E MUNIÇÕES; SUAS PARTES E ACESSÓRIOS
SEÇÃO XX	MERCADORIAS E PRODUTOS DIVERSOS
SEÇÃO XXI	OBJETOS DE ARTE, DE COLEÇÃO E ANTIGÜIDADES

Fonte: MDIC

Tabela A8 - Intercâmbio comercial entre Brasil e Paraguai nos sub-períodos selecionados

	1990-94				1995-99				2000-04			
	X	M	SBC	GL	X	M	SBC	GL	X	M	SBC	GL
I	9	217	-207	0,08	29	186	-158	0,27	27	158	-131	0,30
II	13	113	-100	0,21	76	798	-721	0,17	62	993	-932	0,12
III	2	118	-117	0,03	30	272	-243	0,20	25	38	-13	0,79
IV	563	3	560	0,01	1.269	140	1.129	0,20	388	227	161	0,68
V	156	1	155	0,01	169	0	169	0,00	102	146	-44	0,14
VI	355	59	296	0,28	712	25	687	0,07	721	36	685	0,10
VII	402	0	402	0,00	635	5	630	0,02	409	14	395	0,07
VIII	13	24	-11	0,50	13	10	3	0,66	8	17	-9	0,42
IX	4	134	-130	0,06	15	99	-84	0,26	12	30	-19	0,55
X	101	3	98	0,06	222	12	210	0,10	238	4	234	0,03
XI	345	691	-347	0,67	335	622	-286	0,70	173	249	-76	0,82
XII	88	0	88	0,00	120	0	120	0,00	81	0	81	0,00
XIII	134	0	134	0,01	224	0	223	0,00	119	1	118	0,01
XIV	0	0	0	0,04	1	0	1	0,01	1	0	1	0,00
XV	276	10	266	0,07	461	21	440	0,09	308	25	283	0,15
XVI	612	0	612	0,00	1.040	4	1.036	0,01	684	10	674	0,03
XVII	264	0	264	0,00	524	0	524	0,00	241	0	241	0,00
XVIII	21	0	21	0,01	34	1	33	0,04	22	0	22	0,03
XIX	12	0	12	0,00	24	0	24	0,00	1	0	1	0,00
XX	53	0	53	0,00	92	1	91	0,03	68	1	67	0,04
XXI	0	0	0	0,02	2	0	2	0,00	2	0	2	0,00
TOTAL	3.424	1.375	2.049	0,19	6.025	2.196	3.829	0,17	3.691	1.951	1.740	0,22
seções	3.040	792	2.249	0,22	5.365	839	4.526	0,18	3.274	583	2.690	0,25

Fonte: Dados da pesquisa.

*seções selecionadas considerando os setores manufaturados e semimanufaturados, através das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Tabela A9 –Padrão de Especialização e competitividade no comércio bilateral Brasil-Paraguai

Padrão de Comércio	Nível de Competitividade	Seções da NCM 1990-94	Seções da NCM 1995-99	Seções da NCM 2000-04
Especialização Intra-indústria GL ≥ 0,5	Maior potencial competitivo brasileiro	-	VIII	IV
	Maior potencial competitivo paraguaio	VIII e XI	XI	III, IX e XI
Especialização Inter-indústria GL < 0,5	Maior potencial competitivo brasileiro	IV, V, VI, VII, X, XII a XX	IV a VIII, X, XII a XXI	VI, VII, X, XII a XXI
	Maior potencial competitivo paraguaio	I, II, III, IX, XXI	I, II, III e IX	I, II, V, VIII

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela A10 - Intercâmbio comercial entre Brasil e Uruguai nos sub-períodos selecionados

	1990-94				1995-99				2000-04			
	X	M	SBC	GL	X	M	SBC	GL	X	M	SBC	GL
I	23	474	-451	0,09	56	1.110	-1.054	0,10	63	443	-380	0,25
II	177	687	-510	0,41	278	1.141	-863	0,39	137	826	-689	0,28
III	8	30	-23	0,40	21	42	-21	0,66	28	34	-6	0,62
IV	90	48	42	0,62	458	239	218	0,69	285	62	223	0,36
V	178	3	175	0,03	83	38	45	0,59	99	88	11	0,72
VI	193	220	-27	0,80	281	276	5	0,89	248	271	-23	0,94
VII	240	200	39	0,89	359	405	-46	0,89	290	407	-117	0,83
VIII	17	176	-159	0,18	15	64	-49	0,39	100	64	36	0,73
IX	36	0	36	0,01	71	2	69	0,06	45	3	42	0,13
X	101	12	88	0,22	183	101	81	0,71	146	97	49	0,80
XI	162	244	-82	0,72	267	436	-169	0,76	208	108	100	0,66
XII	19	6	13	0,28	47	6	41	0,23	54	1	52	0,05
XIII	42	26	16	0,73	89	31	58	0,52	79	3	76	0,08
XIV	2	1	2	0,15	6	0	6	0,05	1	2	-1	0,44
XV	238	33	205	0,24	334	134	200	0,57	200	69	131	0,51
XVI	421	28	393	0,12	571	126	444	0,36	362	44	318	0,22
XVII	641	38	602	0,11	780	151	630	0,32	316	103	213	0,49
XVIII	15	3	12	0,36	26	10	15	0,57	21	15	6	0,83
XIX	3	0	3	0,02	2	0	2	0,00	2	0	2	0,00
XX	47	20	27	0,53	111	63	48	0,71	102	11	92	0,19
XXI	0	0	0	0,00	5	0	5	0,00	7	0	7	0,00
TOTAL	2.651	2.250	402	0,38	4.042	4.377	-336	0,50	2.790	2.650	140	0,51
seções	2.136	1.010	1.126	0,43	3.320	1.950	1.370	0,62	2.229	1.240	989	0,63

Fonte: Dados da pesquisa.

*seções selecionadas considerando os setores manufaturados e semimanufaturados, através das seções IV a XVII (exceto as seções V, IX, XIII e XIV).

Tabela A11 - Padrão de Especialização e competitividade no comércio bilateral Brasil-Uruguai

Padrão de Comércio	Nível de Competitividade	Seções da NCM 1990-94	Seções da NCM 1995-99	Seções da NCM 2000-04
Especialização Intra-indústria GL ≥ 0,5	Maior potencial competitivo brasileiro	IV, VII, XIII e XX	IV, V, VI, X, XIII, XV, XVIII e XX	V, VIII, X, XI, XV e XVIII
	Maior potencial competitivo uruguaio	VI e XI	III, VII e XI	III, VI, VII
Especialização Inter-indústria GL < 0,5	Maior potencial competitivo brasileiro	V, IX, X, XII, XIV a XIX, XXI	IX, XII, XIV, XVI, XVII, XIX e XXI	IV, IX, XII, XIII, XVI, XVII, XIX, XX, XXI
	Maior potencial competitivo uruguaio	I, II, III e VIII	I, II, VIII	I, II e XIV

Fonte: Dados da pesquisa.